

ADRIANA ANGELITA DA CONCEIÇÃO

No vai e vem das cartas

A arte de governar da política colonial setecentista lusa através
da epistolografia

FLORIANÓPOLIS

2006

ADRIANA ANGELITA DA CONCEIÇÃO

No vai e vem das cartas

A arte de governar da política colonial setecentista lusa através
da epistolografia

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre.

Programa de Pós-Graduação em História Cultural,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores

FLORIANÓPOLIS

2006

ADRIANA ANGELITA DA CONCEIÇÃO

No vai e vem das cartas

A arte de governar da política colonial setecentista lusa através
da epistolografia

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, pela Comissão formada pelos professores:

Orientadora: Profa. Maria Bernardete Ramos Flores

Profa. Maria de Fátima Fontes Piazza
Departamento de História, UFSC

Prof. Marlon Salomon
Departamento de História, UFG

Profa. Maria Teresa Santos Cunha - Suplente
Departamento de História, UDESC

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2006.

Ao *Otávio* (meu irmão caçula) e
a *Lívia* (minha sobrinha),
para que um dia eles gostem de *História*.

Agradecimentos

No decorrer desta pesquisa muitas coisas aconteceram e minha vida mudou em muitos aspectos. Muitas decisões cruciais foram necessárias, mas, é assim que constituímos nossa história pessoal...

Com isso, cheguei ao final desta dissertação necessitando agradecer algumas pessoas que fizeram parte dessa caminhada. Primeiramente, gostaria de agradecer a *Deus* pela vida e aos *meus pais* (Adriano e Angelita) que nunca mediram esforços em me apoiar.

Quero também agradecer a minha irmã *Vanessa Conceição* que com toda ternura soube me escutar e me confortar quando tudo parecia tão complicado e sem solução, em muitos momentos foram fundamentais os abraços que recebi dela para que eu continuasse. Nesta seqüência, agradeço, especialmente, com *amor* e carinho a presença do *César Augusto Estanislau* na minha vida, pois, por tudo que compartilhamos e vivemos *ele* sabe o que significa sua existência na minha história, um *sonho* e uma *realidade*. Gostaria também de lembrar da *Mari* que desde o processo para a seleção do mestrado estivemos juntas.

Agora, em relação à vida acadêmica, eu reservo um enorme agradecimento a *Profa. Maria Bernardete*, que ainda não consigo chamar de *Berna*, por toda sua dedicação, carinho e rigidez historiográfica, que desde a graduação vem sendo uma grande Mestra e, acima de tudo, uma grande amiga. A *Berna* é uma daquelas pessoas que se passam por nossa vida, podemos dizer que tivemos um grande privilégio.

Agradeço também a *Profa. Maria de Fátima Piazza* que sempre esteve disposta a acompanhar minha pesquisa e a me oferecer uma bibliografia nova.

Assim, agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela bolsa de estudos que recebi. Agradeço também a Universidade de forma geral que desde a graduação tem me oferecido muitas oportunidades, tanto para meu desenvolvimento acadêmico como pessoal.

SUMÁRIO

Resumo, p. 7

Abstract, p. 8

Introdução, p. 9

I Capítulo – A epistolografia pensada como objeto de estudo da História, p. 29

As cartas entre futuro e passado, p. 29

As práticas de escrita do indivíduo moderno, p. 32

II Capítulo – A prática de escrita das cartas no pensamento setecentista luso, p. 48

Ações pombalinas para *alumiar* Portugal, p. 48

As idéias difundidas por Freire e Verney, p. 57

III Capítulo – A arte de governar na prática de escrita de cartas, p. 76

A escrita de cartas como um cerimonial, p. 76

A arte de bem governar passava pelo bom governo de si, p. 85

Honra, valor e piedade: sentimentos compartilhados, p. 114

As redes de interdependência, p. 128

As relações espaço/tempo, p. 134

Considerações Finais, p. 142

Fontes, p. 147

RESUMO

Esta dissertação tratou de pensar sobre governo colonial na sua relação com a prática da correspondência. Assim, para o desenvolvimento da pesquisa foi selecionado como objeto empírico, um grupo de cartas, da segunda metade do século XVIII, que envolveu o triângulo administrativo: Portugal (metrópole), Rio de Janeiro (sede do vice-reino) e a ilha de Santa Catarina, durante o episódio da invasão castelhana na ilha, em 1777. Com isso, abordamos a prática de escrita de cartas entrelaçada a uma política escriturística como arte do governo da colônia. Deste modo, as cartas receberam um tratamento que as analisou para além da categoria da fonte, na abordagem de dados e fatos que envolveram a invasão castelhana. As cartas foram lidas como uma prática de escritura repleta de subjetividades da sociedade de corte setecentista lusa, nas suas preocupações com a arte de governar e, na manutenção de um dos principais objetivos da política colonial, ou seja, a preservação e a conservação do território ultramarino. De tal forma, ponderamos a prática de escrita de cartas nas subjetividades da elite governamental, para assim, levantarmos algumas problemáticas: pensar a escrita de cartas como um cerimonial, como um rito, da sociedade de corte; analisar as relações entre o governo de si com o governo do território; pensar as redes de interdependências mantidas na troca epistolar; analisar os sentidos de honra, valor e piedade, que eram impressos na escrita das cartas; e, ainda, abordar a especificidade do tempo e do espaço, vivida entre os setecentistas lusos, tendo nas cartas o único meio de comunicação entre mundos distantes.

ABSTRACT

This thesis deals with colonial government in its relationship with the practice of correspondence. Thus, for the development of the research, a group of letters from the second half of the 18th century, involving the administrative triangle Portugal (metropolis), Rio de Janeiro (headquarters of the vice-kingdom), and the island of Santa Catarina, during the Castilian invasion of the island in 1777, was chosen as the empirical object. We approach the practice of letter writing entangled in a writing policy as art of the government of the colony. This way, the letters received a treatment that analyzed them beyond the category of source, in the approach of data and facts that involved the Castilian invasion. The letters were read as a practice of writing full of subjectivities of 18th century Portuguese court, in its concerns with the art of governing and with the maintenance of one of the main goals of the colonial policy, that is the preservation and conservation of the overseas territory. This way we pondered on the writing practice in the subjectivities of the governmental elites, in order to raise some problems: to think about the writing of letters as a ceremony, a ritual, of court society; to analyze the relationships between the government itself with the government of the territory; to think about the interdependency nets kept in the epistolary exchange; and, to approach the specificity of time and space, lived among 18th century Portuguese, having letters as the only means of communication between distant worlds.

INTRODUÇÃO

Desde 1769, o marquês do Lavradio ocupava o posto de vice-rei da América portuguesa, cargo que lhe fazia representante do rei no ultramar. Em 20 de fevereiro de 1770, numa natureza ainda pouco tocada do Rio de Janeiro colonial, bastante apreensivo diante de suas novas funções, o vice-rei precisava *conversar* com o secretário de Estado dos Negócios do Reino, marquês de Pombal¹. Lavradio estava no Rio de Janeiro, Pombal em Lisboa. Para que Lavradio pudesse efetivar sua *conversa*, comunicar sua posse como vice-rei, dentre outras notícias, foi preciso escrever. A prática de escrita de cartas, no século XVIII, durante o governo colonial consagrou-se como uma prática pertinente e costumeira entre os lusos setecentistas letrados, do aparato governamental.

Nesta carta, Lavradio escreveu: “*tomei posse no dia 4 de Novembro de 1769, por satisfazer sem mais demora ás reaes ordens de Sua Magestade*”². Desse momento, até sua substituição por outro vice-rei, em 1779, Lavradio passou a ser o representante máximo do rei D. José I na possessão portuguesa da América. O vice-rei continuou sua escrita: “*cuidei logo em dar principio ás minhas obrigações, vendo as diferentes repartições de que se compõe este Governo, de que a V. Exa. vou dar a exacta conta que posso e o pouco tempo me permite*”³. Lavradio, então, começou sua *conversa* com Pombal, levando ao conhecimento do secretário as condições encontradas no vice-reino e o que seria preciso para manter o bom governo da colônia.

Ao encerrar a carta, Lavradio escreveu: “*este é o estado em que achei esta repartição, segundo as diligencias que me couberam no tempo fazer para poder dar conta a V. Exa., eu muito*

¹ Sebastião José de Carvalho e Melo será sempre citado como marquês de Pombal, mesmo que a referência seja anterior a 1769, quando ainda era conde de Oeiras.

² Carta do marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de fevereiro de 1770. Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador, para o Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e Marquês do Lavradio. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962. p. 191.

³ Idem.

*estimaria não ser tão extenço, porem não me foi possível o fazer mais reduzida esta minha narração*⁴. E assim, após uma extensa missiva, Lavradio escreveu para Portugal comunicando a situação do vice-reino e, as providências que deu início ao assumir um cargo “*tão trabalhoso, tão importante – e tão arriscado*”⁵, segundo suas próprias definições.

Com estes fragmentos da carta de Lavradio, expomos o objetivo da discussão que será desenvolvida no decorrer desta dissertação: *pensar o governo colonial na sua relação com a prática da escrita de correspondências*, uma vez que, pensamos a condução do governo colonial inseparável da escrita de cartas, como o único meio que proporcionava: chegar à presença, permitia o contato, levava a conversação. No momento da escrita de uma missiva, remetente e destinatário sentem-se, respectivamente, *olhados*, um suscita a presença do outro, seja no ato da escrita ou no ato da leitura. A escrita de cartas, além de suscitar o que observamos acima, também estava ligada profundamente com os sentimentos e subjetividades, assim sendo, com as redes de sociabilidades compartilhadas entre os portugueses setecentistas, pertencentes à sociedade de corte lusa, envolvidos com o governo da colônia.

Com isso, apresentamos as missivas coloniais, fontes historiográficas, não inéditas, como o objeto empírico dessa pesquisa, para assim, abordarmos o governo colonial inerente à prática da escrita de cartas. Deste modo, propomos um estudo de caso sobre missivas, da segunda metade do século XVIII, que pertenceram ao circuito comunicativo: Portugal (metrópole), Rio de Janeiro (sede do vice-reino) e a ilha de Santa Catarina, circunscritas na temática da defesa do território, no que tange ao episódio da tomada da ilha de Santa Catarina, pelos castelhanos⁶, em 1777. Os principais destinatários e remetentes deste circuito comunicativo que aqui será analisado, são: marquês de Pombal (secretário de Estado dos

⁴ Idem. p. 202.

⁵ Idem. p. 191.

⁶ Nesta dissertação faremos referências aos espanhóis como *castelhanos*, para manter a nomenclatura como são majoritariamente citados nas correspondências analisadas.

Negócios do Reino), Martinho de Melo e Castro (ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos), marquês do Lavradio (vice-rei), brigadeiro Antonio Carlos Furtado de Mendonça (responsável militar pela ilha), Pedro Antonio da Gama Freitas (governador da capitania de Santa Catarina) e Roberto Mac Dovall⁷ (comandante da esquadra portuguesa).

Há muito tempo, esse conjunto de cartas, que envolve o episódio da invasão castelhana na ilha de Santa Catarina, vem sendo interrogado pela historiografia local e nacional que estuda a América portuguesa, como fonte de pesquisa, na análise dos fatos, na busca dos erros, acertos, armamentos, planos táticos militares, ordens, traidores, inocentes, porém, proponho uma outra leitura interpretativa.

A composição das cartas e a análise dessa produção para o estudo da História é uma temática bastante recorrente e utilizada pelos pesquisadores. As cartas são lidas pela historiografia como fonte de pesquisa, na análise dos fatos, números, dados, relatos, informações, ou seja, como *rastros*, na tentativa de refletir e compreender o pretérito. Não estamos negando esta importante abordagem em que as cartas foram e são utilizadas pela história para dar indícios dos fatos ocorridos no passado, mas, proponho um uso diferente, através da problematização de pensar a prática da escrita de missivas como prática de governo da colônia no século XVIII.

Para isso, é imprescindível levantarmos algumas considerações pertinentes ao governo colonial e aos objetivos que conduziram a política pensada para a colônia. Dentro deste contexto, também falaremos da invasão castelhana na ilha. Assim, veremos que a política colonial tem na preservação do território ultramarino uma das principais *chaves-mestre* de sua política – temática firmemente recorrente nas cartas que aqui serão abordadas.

As providências iniciadas por Lavradio, assim que assumiu o cargo de vice-rei, com a leitura de sua carta, não fugiram as prerrogativas da política colonial setecentista. A segunda

⁷ Em algumas correspondências lemos *Mac Dovall* e em outras *Mak Dowall*, assim optamos por citar sempre do primeiro modo, ou seja, como *Mac Dovall*.

metade do século XVIII foi marcada por inúmeras tensões vividas na Europa, muitos tratados foram assinados, muitos acordos foram cancelados. Neste contexto, Portugal já se encontrava como uma nação enfraquecida e com poucos recursos. A discutida política pombalina⁸, iniciada pelo secretário de D. José I, marquês de Pombal, procurava afastar Portugal de seu atraso político, econômico e social. Para tais objetivos, a América portuguesa apresentava-se como um importante instrumento de apoio e revigoração para o reino.

Muitas medidas foram tomadas, em relação à política colonial, com o intuito de *levantar* Portugal. Podemos citar a transferência da sede do vice-reino (1763) da Bahia para o Rio de Janeiro, como uma dessas medidas. Pois, o Rio de Janeiro ficava mais próximo das regiões auríferas, e também, mais próximo da América meridional – região de intensos conflitos nas fronteiras com a América espanhola. Porém, a indispensável medida empreendida para o vice-reino foi uma reavaliação do sistema defensivo utilizado e praticado.

As diferentes regiões da colônia começaram a receber a atenção da corte portuguesa, que objetivava aumentar a capacidade militar, cuidar da ocupação do território, ter maior controle da exploração dos recursos, como da cobrança de impostos. Deste modo, cada governador, que assumia um cargo de governo no ultramar, precisava trabalhar com base nestas questões. Segundo Boschi, “zelar e desenvolver uma política de defesa e definição das fronteiras, de povoamento, e ocupação territoriais, de exploração dos recursos naturais e de cobrança de tributos eram obrigações de cada um dos governadores não só fora, mas sobretudo e, em especial, dentro das áreas sob sua responsabilidade administrativa”⁹. Com isso, cabia ao marquês do Lavradio, como vice-rei, *coordenar* essa política para cada região da colônia, que logo de início, foi visto por ele como um trabalho *arriscado*.

⁸ O marquês de Pombal consagrou-se como um importante secretário durante o reinado de D. José I. Segundo a historiografia, recebeu total autorização do rei para governar Portugal.

⁹ BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. In.: Tempo/Universidade Federal Fluminense/Departamento de História. vol. 7, n.º. 13, julho. Rio de Janeiro: Sette letras, 2002. p. 79.

Com tais considerações, podemos perceber que a política colonial empreendida por Pombal, assumiu, como objetivos principais, a defesa e conservação do território, a expansão econômica – visando o crescimento de Portugal – e, com isso, o fortalecimento do poder central. Pombal, para concretizar seus objetivos políticos, enviou para a colônia administradores que estavam articulados às suas pretensões políticas. Pois, “o Estado estabelecia e mantinha o controle na Colônia através de um corpo de administradores e burocratas, escolhidos dentro de determinados critérios e atendendo a perfis comportamentais definidos”¹⁰, ou seja, que estivessem de acordo com os intuitos pombalinos.

Com isso, percebemos que a prática do governo, dentro da política portuguesa, passou a ser uma ação dirigida à conservação e à preservação do território, como um dos principais objetivos e, principalmente, no que se refere às possessões coloniais. Como observamos, na segunda metade do século XVIII, a política colonial setecentista praticada na colônia colocava o território como o principal ponto a ser observado e cuidado por um governador.

Meses após a posse do marquês do Lavradio, no início da década de 70 do século XVIII, Portugal começou a preocupar-se fortemente com suas possessões no sul da América. A região meridional da colônia era marcada por constantes disputas de fronteiras entre os ibéricos. Com isso, tal região passou a ser preocupação costumeira nas cartas que iam e vinham de Portugal para a América, e da América para Portugal.

Neste período, começaram a circular rumores de que os castelhanos estavam organizando uma grande esquadra que partiria em direção a América do Sul. Com isso, as preocupações da política colonial em reavaliar o sistema defensivo da colônia passaram a intensificar-se na prática de escrita de cartas, como o meio que informava e dava continuidade às pretensões de todo o circuito administrativo colonial.

¹⁰ Idem. p. 82.

Diante das preocupações com o território sulino, a ilha de Santa Catarina começou a ganhar destaque pelo reconhecimento de seu porto como um dos melhores da região. Além do porto, a ilha servia como um ponto de ligação entre o Rio de Janeiro com o extremo sul da colônia, proporcionando o abastecimento das embarcações.

A construção das primeiras fortificações, da ilha, começou por volta do final da década de 30 do século XVIII, quando a mesma começou a ser percebida pelo governo colonial como um ponto estratégico para a garantia dos territórios de fronteira com a América espanhola. A ilha era citada pelos viajantes estrangeiros como um excelente ponto para abastecimento, juntando-se isso, com a proximidade das fronteiras, a ilha foi ganhando espaço nas inquietações da política colonial.

Assim, segundo Marlon Salomon, o início da construção das fortalezas da ilha está relacionado, “à emergência do espaço como um problema do poder e que vai permitir que se veja na presença constante de embarcações estrangeiras nas costas do Brasil meridional uma ameaça para a segurança e conservação destes domínios”¹¹. Com isso, desde meados da primeira metade do século XVIII, a ilha de Santa Catarina vai se apresentando, de acordo com as relações de poder da política colonial, como um espaço merecedor de cuidados dentro dos objetivos empreendidos de conservar e preservar o território ultramarino.

A região da Colônia do Sacramento e do Rio Grande de São Pedro, durante o setecentos, foi marcada por constantes conflitos entre Portugal e Espanha. As lutas de posse foram assíduas, assim, cada vez mais, o porto da ilha merecia a atenção dos administradores coloniais. Da década de 30 até a década de 70 do século XVIII, foram sendo construídas fortificações no território da ilha. Porém, retomando o que começamos acima, de acordo com as notícias da organização castelhana para tomar a ilha de Santa Catarina, as preocupações passaram a ser intensificadas, no contexto do governo de Lavradio.

¹¹ SALOMON, Marlon. O saber do espaço: ensaio sobre a geografação do espaço em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis, 2002. Tese de doutorado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. p. 37

Para dar conta das ordens, instruções, planos, contra-ordens, para a preparação militar da ilha, muitas cartas foram escritas e muitos navios tiveram que atracar, tanto na colônia, quanto na metrópole, trazendo e levando as missivas. Assim, relembramos que nosso estudo embrenha-se por pensar a prática da escrita de cartas como prática do governo colonial e, para isso, selecionamos correspondências que envolvem o contexto da invasão castelhana na ilha.

Como vimos, a ilha apresentava-se bem posicionada geograficamente e com um porto conhecido como um dos melhores da região. Deste modo, mereceu a atenção da metrópole no sistema de defesa da América meridional que incluía a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro. No ano de 1775, foi enviado para a ilha de Santa Catarina o brigadeiro Antonio Carlos Furtado de Mendonça, com a missão de seguir o que tinha começado o brigadeiro José da Silva Paes, há mais de 30 anos, ou seja, intensificar o sistema militar da ilha, transformando-a em território fortificado.

Em torno do contexto da invasão, a prática da escrita de cartas, como o único meio de comunicação à distância, formou uma substancial massa documental, na qual se pode escutar clamores de honra e piedade, manifestações de cansaço, entre as ações que eram descritas, e assim, a missão de cada português envolvido com a política colonial era oferecer a vida para assegurar o território do rei.

Em 02 de maio de 1775, o marquês de Pombal escreveu para Lavradio dizendo,

*soubemos com certeza: Que o Armamento do Ferrol e de Cadix se descobriu, que era geral em todos os Portos do Continente de Espanha: Que constituía uma força muito mais considerável, do que aquelas, que até agora couberam nas faculdades, e providências da Corte de Madrid: Que tem meditado a Conquista da Ilha de Santa Catarina, e de todo o Sul do Brasil: Que com este intento hão de aparecer os Castelhanos nessas Costas (...)*¹².

¹² MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A rendição da Ilha de Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 321, out.-dez., 1978. p. 15.

Com esta carta, a corte lusa comunicava oficialmente a colônia da *verdadeira existência* da expedição castelhana, que tinha o intuito de partir em direção a região sulina. Deste modo, os portugueses aguardavam a comentada expedição.

As embarcações castelhanas partiram do porto de Cádiz, em novembro de 1776, sobre o comando do futuro vice-rei do Prata, D. Pedro Antonio de Cevallos. Enquanto a ilha encontrava-se com mais soldados, aparatos bélicos, fortalezas restauradas, soldados preparados para içar bandeira e lançar tiros de canhão.

Em fins de fevereiro de 1777, os castelhanos, com mais de cem embarcações, foram avistados nas proximidades da praia de Canasvieiras (norte da ilha). O tão esperado momento de combate estava próximo. Porém, as bandeiras não foram içadas e tiros, tanto lusos como castelhanos, não foram ouvidos e o combate não aconteceu.

Facilmente, os castelhanos desembarcaram na praia de Canasvieiras e por terra, mato adentro, alcançaram a vila de Desterro. Os portugueses não utilizaram os aparatos bélicos. O regimento da ilha e de Pernambuco, assim como, as companhias do Porto e as da artilharia do Rio de Janeiro, não entraram em luta e, através da assinatura do termo de capitulação, a ilha, de possessão lusa passou a ser território de D. Carlos III, rei da Espanha.

Muitos portugueses fugiram em direção sul, outros em direção norte, e outros ainda para o interior (Lages). Os oficiais maiores foram levados por embarcações da Espanha para o Rio de Janeiro, onde foram mantidos presos nas fortalezas daquele porto, até que se apurassem os acontecimentos, e após a conclusão dos inquéritos militares foram levados para Portugal.

Na tentativa de entender o que tinha acontecido, o vice-rei deu início a investigações militares e um auto de devassa foi desenvolvido. Em agosto de 1777, começou definitivamente o processo do auto, que ouviu mais de cem testemunhas. Os responsáveis

militares pela ilha, no momento da capitulação, foram punidos pela rainha Dona Maria I, filha do falecido D. José I, que morreu no mesmo mês em que a ilha foi invadida.

Assim, as cartas que são o objeto empírico dessa dissertação, fazem parte deste peculiar contexto da política colonial. Tratou-se de um acontecimento que colocou em discussão o não cumprimento de uma das principais metas do governo colonial, ou seja, a preservação do território, já que a ilha foi tomada pelos castelhanos. Esse contexto, analisado através da prática de escrita de cartas nos permite perceber as discussões em torno das noções da arte de governar da política colonial, pois os representantes lusos na colônia não pretendiam ter suas imagens vinculadas à capitulação. Com isso, a análise se estenderá pelas cartas que envolvem os antecedentes, o momento e os procedimentos após a invasão.

Algumas questões teórico-metodológicas

Agora, faremos algumas observações em relação à materialidade do objeto empírico, envolvendo considerações em relação à situação e acesso dos acervos das cartas. O conjunto da correspondência trocada durante o episódio da invasão, está distribuído em três formas de acervo. O grupo inicial é formado pelas missivas transcritas e publicadas nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB¹³. O segundo grupo pertence ao fundo Marquês do Lavradio¹⁴, inventariado pelo Arquivo Nacional. Este acervo encontra-se microfilmado e foi doado pela Academia Brasileira de Letras ao Arquivo Nacional. Tal acervo pertencia ao historiador Marcos Carneiro de Mendonça, em que o mesmo

¹³ Tal grupo é formado por mais de cinquenta cartas que estão transcritas em duas revistas do IHGB: 1º - Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador, para o Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e Marquês do Lavradio. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962. 2º - Bicentenário da transferência da capital do Brasil, da cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 256, julho-set., 1962. As cartas citadas da revista volume 255 serão marcadas com um (*) e as do volume 256 marcadas com (**).

¹⁴ Fundo Marquês do Lavradio: inventário/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

“transcreveu, reproduziu e fez diversas anotações nos próprios originais”¹⁵. Por fim, o terceiro grupo é formado pelas correspondências digitalizadas pelo projeto Resgate¹⁶. Essas cartas precisaram ser transcritas do antigo português, através da paleografia, para a pesquisa.

É importante salientar que será mantida a ortografia e a gramática utilizadas nas correspondências, pois penso, como observou Chartier, “é preciso lembrar que dar a ler um texto em uma forma que não é a sua forma primeira é mutilar gravemente a compreensão que o leitor pode dele ter”¹⁷. Assim, não irei mais uma vez interferir na composição das missivas, principalmente, nas transcritas, pois já sofreram alterações no processo de transcrição. Com isso, tentarei proporcionar uma maior aproximação com o tempo delas.

As missivas coloniais lusas formam uma vasta e abundante massa documental e recebem uma variadíssima tipologia. Na apresentação do *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina*¹⁸, consta que, segundo José Sintra Martinheira, “as tipologias documentais produzidas pela Administração Central são muitas e variadas consoante a autoridade, a matéria e a forma do diploma. (...) O soberano, ao expressar a sua vontade aos vassallos por meio dos diplomas que faz publicar, introduz ou retira elementos que modificam a forma, sem que por isso lhe altere a autoridade”¹⁹. Portanto, diante das variadas tipologias – avisos, ofícios, alvarás, provisões, regimentos, resoluções, decretos, portarias, consultas, dentre outros – optarei por uma tipologia mais comum, ou seja, me referindo ao objeto empírico como *cartas*, pois, como apontou José Martinheira, cada tipologia carrega a sua forma, que embora se misturem, não modificam a autoridade ou os objetivos de quem escreve.

¹⁵ Idem. p. 3.

¹⁶ Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Santa Catarina (1717 – 1827). Projeto resgate de documentação histórica – Barão do Rio Branco. Conselho Ultramarino/Brasil. Ministério da Cultura. Cd-rom.

¹⁷ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 248.

¹⁸ SERPA, Élio; FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à capitania de Santa Catarina – 1717-1827*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

¹⁹ MARTINHEIRA, José J. Sitra. *Tipologia documental nos arquivos. Um caso: tipologias documentais da administração central no antigo regime*. Lisboa: mimeografado, 1997. In. SERPA, Élio. op. cit. p. 11.

Ao fazer das cartas o objeto empírico desta dissertação precisei levar em consideração algumas questões, incluindo as finalidades da escrita, com os interesses de destinatários e remetentes; bem como a conservação e preservação das cartas como memória de um tempo escoado, para assim, retirar dos arquivos uma certa ingenuidade de um mero lugar depositário de documentos do passado.

As cartas, que serão aqui analisadas, colocam em discussão um especial momento dos administradores coloniais, a perda do território. Este acontecimento foi assunto em um grande número de cartas, porém, anos depois, a rainha D. Maria I, decretou para que tudo ficasse *em perpétuo esquecimento*. Mas, as correspondências foram conservadas e preservadas até os dias atuais. Lembro, então, que existe uma intencionalidade na preservação dos documentos e, pensamos essa intencionalidade como uma prática cultural que propõe o registro de uma memória.

Em linhas muito gerais, levando-se em consideração a conservação das cartas coloniais até hoje em dia, ressaltamos como observou Foucault, uma abordagem que oferece uma outra noção de arquivo, que abandona uma visão de simples lugar depositário das marcas deixadas pelo passado, ou espaço, onde estão conservados os discursos de uma memória coletiva²⁰. Assim, acrescento a complexidade da análise das correspondências que carregam uma denominação de caráter oficial. Deste modo, alguns pontos devem ser levantados, incluindo perguntas que abrangem as finalidades da escrita, as relações entre destinatário e remetente e, assim, pensarmos na própria conservação das correspondências como marcas de *enunciabilidade* de uma época e que foram permitidas existirem como tal, como práticas discursivas de um tempo e conservadas dentro de uma noção de memória.

Com esta discussão, torna-se relevante pensarmos na própria trajetória de um documento como marca do passado. Segundo Jorge Ó, que se baseou em leituras de Foucault,

²⁰ FOUCAULT, Michel. L'archéologie du savoir. In.: Ó, Jorge Ramos do. O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: EPUCA, 2003. p. 85-86.

o arquivo “surge como a lei do que, num determinado momento, pode ser dito e que rege a aparição dos discursos”²¹, em um sistema que forma e transforma os enunciados. Com isso, pensamos que a *entrada* em um arquivo abandona o *status* de contato com o *paraíso do passado*.

Refletiremos agora alguns exemplos dos diferentes usos teórico-metodológicos usados para a análise da prática de escrita de cartas como tema e objeto de estudo da história, superando sua leitura como fonte.

Certas abordagens pensam a produção de cartas como sendo um *lugar de memória*, já que os indivíduos através da escrita podem buscar a construção de sua própria memória, oferecendo por intermédio da escrita, como a de uma correspondência, um *olhar* para a sua história de vida. Na observação de Angela de Castro Gomes, a constituição dos regimes de memória dos homens modernos são subjetivos e fragmentados, como suas práticas de vida²².

Historiadoras como Cécile Dauphin e Danièle Pouban, no estudo desenvolvido por elas, *Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX*²³, as missivas são abordadas como um objeto construído e inscrito no tempo e espaço social à qual pertencem²⁴. Para as autoras, a conservação de cartas dentro de uma família, apresenta uma caracterização identitária para a memória familiar,

As cartas, quanto mais antigas e abundantes, mais terão poder de legitimar o patrimônio transmitido de geração em geração. Ao lado dos ‘lugares de memória’ definidos por P. Nora (monumentos, bandeira, livros, representações, cantos, museus, instituições, etc.), podemos também inscrever as correspondências familiares: elas são construídas e reconstruídas pelas gerações sucessivas que lhes dão sentido e que não cessam de interpretá-las²⁵.

Pois, existe uma vontade coletiva de conservar e preservar uma memória que deve ser lembrada.

²¹ Ó, Jorge Ramos do. op. cit. p. 86.

²² GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 13.

²³ DAUPHIN, Cécile e POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In. BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) et. al. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

²⁴ Idem. p. 76.

²⁵ Idem. p. 82.

As autoras apresentam, ao encerrar o artigo, que a correspondência familiar “apresenta-se, definitivamente, como o lugar estratégico onde se realiza, se inculca e se transmite uma visão dual de um mundo para si, a ser protegido do exterior. Ilustra, através das palavras, esse processo de inclusão e de exclusão”²⁶. Com isso, pensam que a conservação de uma memória através das missivas, permite a percepção de uma identidade representada nos papéis preservados.

Outro uso metodológico para a análise de cartas é abordá-las como um *enunciado*. No artigo *Escreva-me urgente... Um estudo dos elos comunicativos na carta*²⁷, Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo trabalha com cartas trocadas entre duas adolescentes, no período de 1990 a 1996. Seu trabalho apresenta as dificuldades de pensar as cartas como objeto de estudo, inserindo-as assim, nas discussões de gênero discursivo, com Mikhail Bakhtin.

Para Bakhtin todas as atividades humanas, diante de suas infinitas variedades, estão sempre relacionadas com o uso da língua. Assim, “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”²⁸. Bakhtin diz que dentro das utilizações da língua, são usados *tipos relativamente estáveis de enunciados*, sendo o que denomina como gêneros do discurso.

Para o autor, assim como as esferas da atividade humana são infinitas, também são as variedades dos gêneros do discurso. “Cumprе salientar de um modo especial a *heterogeneidade* dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (...), o relato familiar, a carta (com suas varias formas), (...)

²⁶ Idem. p. 87.

²⁷ CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. *Escreva-me urgente... Um estudo dos elos comunicativos na carta*. In.: BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) et. al. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. op. cit.

²⁸ BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. [Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. p. 279.

o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (...)”²⁹, e desta variedade pensar os enunciados. Pois, assim como uma palavra, uma oração, um documento oficial, a carta, pode ser analisada dentro da categoria de enunciado.

Abordar as questões do gênero discursivo, segundo Bakhtin, coloca em discussão a mútua relação entre a linguagem (oral e escrita) e a visão de mundo. Sendo o que justamente Camargo desenvolveu no seu artigo, afirmando: “neste trabalho, tentar compreender a natureza do enunciado escrito na carta é entranhar, penetrar no vínculo da linguagem com a vida cotidiana das duas adolescentes, como sujeito da escrita”³⁰.

Agora, seguimos uma outra maneira metodológica de analisar as cartas, no que se denominou chamar de uma *escrita de si*. “A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser bem entendida a partir da idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos”³¹. Assim, indivíduos do meio privado ou público, começaram a produzir uma *constituição do eu*, através da prática da escrita, ou seja, da escrita do eu. Porém, a *constituição do eu* pode ou não se estabelecer de forma intencional, na materialização do objeto escrito.

Estudar a escrita do eu também envolve o estudo de um *cuidado de si* que se deixa inscrever na composição de uma carta. Pois, escrever em relação ao próprio eu, através da prática epistolar, coloca o escrevente em um posicionamento de si próprio diante do *outro*, em que, o *eu* vai ser lido, apresentado, olhado, pelo outro, por intermédio das trocas epistolares.

O pesquisador Michel Foucault analisou o individualismo grego e, desse estudo, abordou a formação de uma *cultura de si*. Dentro destes estudos, Foucault pesquisou a estruturação da cultura de si, especialmente nas correspondências de Sêneca. No entanto,

²⁹ Idem. p. 279.

³⁰ CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. Escreva-me urgente... Um estudo dos elos comunicativos na carta. In.: BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) et. al. Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar. op. cit. p. 168.

³¹ GOMES, Angela de Castro. op. cit. p. 10.

elucidamos que mencionar uma escrita do eu, não implica em pensar na composição de uma autobiografia, que em uma narrativa vai sendo elaborada – tendo explicitamente ou implicitamente esta intenção. Identificar uma escrita de si em uma correspondência, passa por lê-la, cuidadosamente, tentando localizar os cuidados com o próprio eu que o remetente *vai deixando escapar*, durante a composição da missiva.

Foucault apresenta em suas pesquisas que a temática do cuidado de si, passava, essencialmente, por um cuidado com a alma. Dentro de advertências e práticas para esse cuidado, observava-se: as conversas entre amigos, acrescentando a prática de correspondências, concebidas por Sêneca,

onde se expõe o estado da própria alma, solicita-se conselhos, ou eles são fornecidos a quem deles necessita – o que, aliás, constitui um exercício benéfico até para aquele chamado preceptor, pois assim ele os reatualiza para si próprio: em torno dos cuidados consigo toda uma atividade de palavra e de escrita se desenvolveu, na qual se ligam o trabalho de si para consigo e a comunicação com outrem³².

Assim, percebemos que a *escrita de si*, presente nas correspondências, está intrinsecamente relacionada com o *outro*, envolvendo uma prática social que os pesquisadores devem levar em consideração ao analisar as missivas. A escrita de uma carta marca um constante intercâmbio entre remetente e destinatário, em que o *outro* mesmo ausente, se faz presente, deste modo, a preocupação do *eu* no ato da escritura alcança o remetente. Foucault, ao estudar as epístolas de Sêneca, fala que a carta funciona como um *olhar*, proporcionando uma presença quase que física, tanto para quem escreve, quanto para quem lê³³. A carta vem representar uma *marca material* de quem está distante, proporcionando um certo tipo de *reencontro* entre ausentes.

³² FOUCAULT, Michel. História da sexualidade III: o cuidado de si. [Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque]. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 57.

³³ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In. Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 156.

No artigo “*Veja como ando grego, meu amigo*”. *Os cuidados de si na correspondência machadiana*³⁴, Maria Helena Werneck trabalha com os apontamentos de Foucault nas correspondências trocadas por Machado de Assis com alguns intelectuais renomados e jovens literatos. A autora diz que a análise das missivas machadianas permite identificar na sua escrita uma relação de Machado consigo mesmo. Werneck diz que na correspondência machadiana existe um *corpo* que busca disfarçar o cuidado de si na relação da comunicação epistolar. A autora constrói seu estudo com cartas machadianas dialogando constantemente com as análises de Foucault. Werneck aponta que Machado na relação com seus correspondentes vai amadurecendo as maneiras de posicionar-se em relação ao seu *eu*, e de como manifestar tal posicionamento na relação com o outro – destinatário.

Marlon Salomon, no livro *As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita do Vale do Itajaí*³⁵, analisou as cartas trocadas, nas três primeiras décadas da segunda metade do século XIX, entre imigrantes alemães que se dirigiram para o Vale do Itajaí. Tais correspondências já tinham sido estudadas por historiadores das áreas de imigração européia como uma importante fonte de informação, valorizando, principalmente, o conteúdo das mesmas. Porém, Marlon Salomon propõe pensar a escrita dessas cartas como uma prática que possibilita analisar as relações sociais, a constituição da esfera privada, assim como, a constituição dos indivíduos imigrantes como sujeitos. O autor ressalta que seu objetivo foi, “chamar a atenção de que o próprio conteúdo dessas correspondências encontra-se diretamente relacionado com as regras de escrita que lhe permitiram existir tal como as conhecemos, e que exterior à própria correspondência não são os seus conteúdos, mas as práticas de escrita, freqüentemente deixadas de lado pelos historiadores”³⁶.

³⁴ WERNECK, Maria Helena. “Veja como ando grego, meu amigo”. *Os cuidados de si na correspondência machadiana*. In.: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org.). Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas. op. cit.

³⁵ SALOMON, Marlon. As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

³⁶ Idem. p. 67.

Diante destes diferentes usos teórico-metodológicos para a análise da prática da correspondência, a abordagem que desenvolveremos, nesta dissertação, pensará a escrita de cartas, entre os setecentistas lusos envolvidos com o governo colonial, como fazendo parte de um *saber* que permitia a concretização das questões administrativas tratadas entre metrópole e colônia. Mas, ao mesmo tempo, abria espaço para um momento de exposição de si, em que circulavam as redes de subjetividades da sociedade de corte lusa, os privilégios, os interesses, a *constituição do eu* dos administradores, tanto na colônia, quanto na metrópole, envolvidos com a arte de governar.

Como já mencionei, a intenção em propor uma outra leitura das cartas está na interpretação que proponho: pensá-las como lugares de sensibilidades nas redes de subjetividades – como saberes daquele tempo – e não apenas como um meio que informou de maneira objetiva dados e números nos acontecimentos entre colônia e metrópole para a efetivação da política colonial.

Propomos analisar as sensibilidades expressas na escrita de cartas, no exercício do governo colonial, como no exemplo que traremos a seguir. Em 19 de abril de 1776, Lavradio escreveu para Pombal dizendo, “*julgo não haver um só soldado, que deixe de querer dar até a última pinga do seu sangue, pela gloria e felicidade do Estado*”³⁷. Nossa intenção não é questionar a existência real do ato de dar a vida – *última pinga do seu sangue* – em nome do rei, mas pensarmos a constante deste sentimento nas representações da arte de governo setecentista para a política colonial e na própria sociedade de corte.

Refletirei esse momento peculiar da política colonial de fragilização do território, condicionando-me as palavras escritas que os envolvidos no episódio elegeram para o descrever, pois, esta própria escolha também implica nas intenções que se queriam ver reconhecidas. *Olhar* o passado constitui-se em uma atividade indeterminada, constantemente

³⁷ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 19 de abril de 1776. p. 266.

relacionada com as inquietações que o olhamos. Assim, concordamos com Jorge Ó, “a verdade não está *no* passado mas há sempre uma verdade *sobre* o passado”³⁸.

Alguns questionamentos conduziram a problemática proposta nesta pesquisa: como podemos pensar a *arte de bem governar* na prática da escrita de cartas?; como devemos analisar a sociedade de corte diante das correspondências?; e como podemos ponderar o sistema de governo colonial entrelaçando a relação do *governo de si* com o governo do território? Assim, ao envolver o pensamento da sociedade de corte, nas suas relações sociais, culturais e políticas, tentei perceber as sensibilidades expressas nas cartas: os sentimentos de honra, valor e piedade; os clamores das tentativas de acertar em nome do rei; o cuidado de si no exercício de representantes do monarca; as estratégias que envolviam os sentimentos que buscavam livrar os nomes da culpa pela capitulação.

* * *

Desta forma, conduziremos a análise da prática de escrita das cartas na sua relação com o governo colonial, dividindo a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, discutiremos a prática de escrita de cartas de maneira geral, – sejam elas de carácter público ou privado – como sendo, elas mesmas, um objeto de estudo da história e, assim, envolvendo questões que abrangem uma política de escritura. Com isso, abandonamos uma análise que as questiona como sendo apenas uma fonte de informação, mas, um objeto cultural que deve ser pensado dentro de sua própria constituição, como um acontecimento. Discutimos, ainda, a produção de uma carta como uma *arte* cotejada deste a antiguidade clássica, merecedora de atenção no processo de sua produção. Com isso,

³⁸ Ó, Jorge Ramos do. op. cit. p. 95.

percebemos que a composição de uma carta supera sua função de meio de comunicação, pois, ocasiona sentimentos e sentidos de acordo com as práticas de cada contexto social e cultural.

Com estas considerações metodológicas partimos para o segundo capítulo. Neste, nos propusemos a discutir as ações empreendidas em Portugal, no reinado de D. José I, com a intenção de afastar a metrópole do atraso econômico, político e social. Tais empreendimentos foram marcados pelas ações do secretário do rei, Sebastião José de Carvalho e Melo, o comentado marquês de Pombal.

Dentre as ações pombalinas, trouxemos para discussão as reformas educacionais, envolvendo as ações que pretendiam *iluminar* Portugal. Com isso, temos o afastamento da Companhia de Jesus do monopólio da educação e a entrada da Congregação dos Oratorianos. Tal discussão tornou-se proeminente para pensarmos a relevância das reformas educacionais, na relação com a prática de escrita e com a formação do homem público, que seria enviado para a colônia como representante do rei.

Para abordar as relações dos setecentistas lusos com a prática da correspondência, colocamos em discussão dois teóricos portugueses: Francisco José Freire, que em 1745 publicou a obra *O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas*, dentre outras; e Luis Antonio Verney³⁹, que em 1746 publicou o *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*⁴⁰, ambos os teóricos estavam envolvidos com as reformas do ensino. Ao inserirmos Freire e Verney nas discussões da prática da escrita de cartas e das questões pedagógicas, tivemos a intenção de entender a política da correspondência que fazia do *vai e vem* das cartas o comando do governo colonial.

Com isso, darei *espaço* ao ambiente setecentista português para poder colocar em análise as correspondências e, assim, considerar a arte de governar dentro do contexto

³⁹ Em algumas obras lemos *Verney* e em outras *Vernei*, assim optamos por citar sempre do primeiro modo, ou seja, como *Verney*.

⁴⁰ Ambos os exemplares foram consultados na Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

colonial, que se fazia fundamentalmente por meio da escrita de missivas. O exercício de aproximação com século XVIII tentará *sentir* um pouco desse ambiente cultural e intelectual. Sem a intenção de sentir como *Eles* sentiram, mas, tentando ver com os olhos do presente o tempo que se foi. Para com isso, ponderar as cartas coloniais como objeto da História, analisando-as como produtoras de história.

Após estas discussões, começarei o terceiro capítulo, trazendo então para análise, o objeto empírico desta pesquisa, ou seja, o grupo de correspondências que envolveram o episódio da invasão da ilha de Santa Catarina. Assim, coloquei como primeiro ponto de abordagem, uma leitura das cartas que as pensa como sendo um *cerimonial*, um *rito*, dos tantos existentes nas relações da sociedade de corte.

Com isso, fomos selecionando alguns tópicos que incluíam as relações existentes entre a prática da escrita com a política do governo colonial, sem esquecer, das subjetividades e sensibilidades envolvidas na sociedade de corte. Como exemplos dos tópicos levantados temos: o governo do território e o governo de si; as subjetividades compartilhadas; os sentimentos de honra, valor e piedade; as relações de interdependências; e, as especificidades de tempo e espaço.

Estas temáticas foram analisadas com a leitura interpretativa, aqui aspirada, de pensar o governo colonial – dentro da sociedade de corte, tendo a distância como fator recorrente – inerente a prática da correspondência que não apenas informava as notícias de um lado ao outro do Atlântico, mas, carregava também, uma prática de si e uma arte de governo. Assim, este trabalho busca alcançar uma compreensão da arte de governar no governo colonial, tendo na prática da escrita de cartas seu modo de expressão e comunicação e ao final, de realização.

A epistolografia pensada como objeto de estudo da História

As cartas entre futuro e passado

México, início de 2020,

Permita que me ria! Hoje não nos resta outra alternativa senão escrevermos cartas. Todas as demais formas de comunicação se inviabilizaram... Querido Nicolás, eu desafio o mundo. Vou escrever cartas... Se não funcionam os sistemas de comunicação, se não há telefones, nem fax, nem e-mail, nem sequer o humilde telégrafo de outros tempos – impressionante –, nem pombos-correio... Essa cruel e extrema reação de Washington: deixar-nos sem comunicação, em uma espécie de deserto da globalização⁴¹.

Rio de Janeiro, agosto de 1777,

*Ilmo. e Exmo. Snr. No dia 1º do corrente entraram neste porto duas embarcações, vindas da Praça da Colônia com trinta e oito dias de viagem, por ellas recebi as desgraçadas noticias que V. Exa. verá nos papeis incluzos. (...)
Na presente occazião é o que se me offerece dizer a V. Exa., para o pôr na real prezença da Rainha minha senhora, protestando aos seus reaes pés a minha constante fidelidade, e o ardente pezar com que sentirei, que da falta dos meus talentos possa por qualquer modo ser a origem das infelicidades que experimentamos. Deos Guarde a V. Exa. Rio de Janeiro a 4 d'Agosto de 1777⁴².*

Gostaria de iniciar esta reflexão sobre o passado, abandonando o presente e partindo em direção ao *futuro*. A passagem para a viagem foi aberta pela ficção, pensando o futuro como temporalidade do incerto, da ilusão, depósito de expectativas. Permito-me invocar o futuro, pelas possibilidades de confluência entre História e Literatura, e assim, trago para análise o objeto empírico proposto para esta dissertação – a carta.

Na primeira citação, presenciamos o ano de 2020, em que o meio técnico usado para a comunicação foi a forma epistolar. O futuro pertence à imaginação de Carlos Fuentes, no romance *A cadeira da águia*. Nessa obra de ficção, o México é apresentado vivenciando um

⁴¹ Carta de María del Rosário Galván a Nicolás Valdivia. FUENTES, Carlos. *A cadeira da águia*. Trad. Marcos Arzua. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. p. 17; 20 e 40.

⁴² (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 04 de agosto de 1777. p. 100; 103.

verdadeiro caos, em que os modernos meios de comunicação, baseados na rapidez – proporcionando imediatismo – não funcionam, o país estaria incomunicável, argumentam os personagens do romance. Na carta do conselheiro do presidente mexicano, Xavier Zaragoza, a questão fica evidente,

*amanhecemos no segundo dia de janeiro com nosso petróleo, nosso gás, nossos princípios, mas incomunicáveis com o mundo. Os Estados Unidos, alegando uma falha do satélite de comunicações que amavelmente nos concedem, nos deixaram sem fax, correio eletrônico, sem rede e até sem telefones. Estamos reduzidos à mensagem oral ou ao gênero epistolar, como comprova esta carta que lhe escrevo com vontade de mastigá-la e engoli-la*⁴³.

Sem comunicação por satélite a única alternativa, de comunicação com os distantes, era escrever cartas. Os personagens reclamavam da opção que lhes restava, temendo o registro escrito, diante das intrigas políticas que estavam envolvidos. Como mostra a primeira carta do romance: “*ontem, ao conhecê-lo, afirmei que em política não se pode entregar nada por escrito. Hoje, não disponho de outra maneira para comunicar-me com você. Esse fato lhe mostrará a urgência da situação*”⁴⁴. Mesmo correndo *perigos* a composição epistolar era o único meio para informar. Através de cartas, Fuentes compõe seu romance, em uma obra que mescla política, sexo, corrupção, sedução e chantagens.

Passamos à segunda citação epistolar. Presenciamos o ano de 1777, tempo passado, pertencente à História. No século XVIII, a missiva fazia parte do cotidiano, era uma prática costumeira que possibilitava às notícias atravessarem os oceanos. A carta era o meio de comunicação vigente e única forma de comunicação à distância. Segundo um teórico epistolar setecentista, todos os letrados escreviam cartas.

As citações epistolares que iniciam este capítulo apresentam sentidos diferenciados. No passado a carta apresentava-se como um importante meio de informação; para a História, um registro de um tempo que já se foi. As missivas para as relações políticas entre metrópole

⁴³ Carta de Xavier Zaragoza a María del Rosário Galván. FUENTES, Carlos. op. cit. p. 22-23.

⁴⁴ Carta de María del Rosário Galván a Nicolás Valdivia. Idem. p. 15.

e colônia, foram à garantia da conservação do governo colonial. No futuro – na imaginação do romancista – a carta é a negação da comunicação ante os modernos meios via satélite. Só diante do caos sua prática é necessariamente retomada, embora seja o registro escrito para as relações políticas mexicanas do século XXI, apontado como um problema. A escrita de cartas para o século XVIII representava um uso social e cultural, essencialmente, diferente do que o seu uso pode ou poderia representar para a sociedade do século XXI.

Realizei um exercício de reflexão viajando do passado ao futuro, visitando a História e a Literatura, para que na identificação da alteridade do tempo, possamos refletir que as práticas sociais e culturais existem nas significações que as definem, de acordo com um determinado tempo.

Com isso, exponho as intenções deste capítulo: fazer alguns questionamentos, em torno das práticas da correspondência e de como podemos pensar uma política da escrita, abordando a prática epistolar como uma prática cultural. Relacionaremos tal discussão com o objeto empírico dessa pesquisa, a correspondência colonial como prática política da sociedade de corte setecentista.

As práticas de escrita do indivíduo moderno

Como apresentado na introdução, o objeto empírico dessa pesquisa são cartas da segunda metade do século XVIII, que pertenceram ao circuito comunicativo: Portugal, Rio de Janeiro e a ilha de Santa Catarina. Esse grupo de correspondências, não inédito, vem sendo investigado pela historiografia que estuda a América portuguesa, como fonte de pesquisa, na busca dos erros, acertos, culpados, inocentes, traidores, envolvidos no episódio da invasão castelhana da ilha de Santa Catarina, em 1777, mas, como dito, propomos uma outra leitura interpretativa. Porém, não negamos a relevância dessa abordagem, em que, as missivas são utilizadas pela historiografia para dar indicativos dos fatos ocorridos no passado.

O uso de cartas como fonte de pesquisa não é apenas um privilégio da história. Outras áreas do conhecimento também utilizam as cartas como fonte. Na literatura, as cartas têm suas pesquisas enquadradas no gênero literário. No campo lingüístico, os estudos têm-se voltado para as práticas discursivas, os usos gramaticais, dentre outros aspectos. Escolho apresentar um estudo das cartas, que lhes dá uma posição que as diferencia da abordagem delas como meras fontes. Proponho uma abordagem que as coloca como sendo o próprio tema da história, em que são pensadas pela historiografia como sendo o próprio objeto de pesquisa, o próprio acontecimento histórico. Quer dizer, minha investida é pela própria historicidade da prática epistolar no governo da colônia.

As abordagens sugeridas pela nova História Cultural assumem uma postura diferente diante das fontes, adotando “um outro olhar que interroga o passado a partir de pressupostos que constroem novos objetos e formulam novas questões”⁴⁵. É deste modo, que a prática de escrita de cartas será formulada. Portanto, o historiador levanta outras perguntas diante da fonte de pesquisa, pensando-a como produção de um registro e, tentando entendê-la dentro de

⁴⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Apresentação. In.: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural. Bauru: EDUSC, 2004. p. 7.

sua própria constituição como acontecimento. Assim, levantaremos algumas discussões que envolvem as práticas da escrita como práticas culturais que deram a sociedade uma outra dimensão para as sociabilidades.

As *práticas da escrita*, no qual, as cartas fazem parte, têm sido um tema bastante recorrente dentro da atual historiografia. Nessa perspectiva, observamos um leque de publicações relacionado às práticas de escrita que tem aumentado os acervos de livrarias e bibliotecas na última década. Essas publicações apresentam temáticas presenciadas em cartas, diários, biografias, autobiografias, com olhares que se lançam para uma prática de escrita pessoal de indivíduos do meio público ou privado⁴⁶.

Na época moderna, a partir do século XVIII, com o crescimento da alfabetização, conseqüentemente, verificou-se uma ampliação das práticas de escrita e de leitura, como exaustivamente estudou Roger Chartier. Porém, o acesso à alfabetização nas sociedades ocidentais, nesse período, não foi um processo linear e contínuo. “Entre os séculos XVI e XVIII, a escrita penetra na intimidade de grande número de pessoas sob a forma de impressos de forte conotação afetiva, associadas a momentos importantes da vida familiar ou pessoal”⁴⁷, ocorrendo assim, mudanças nos convívios sociais e culturais.

Com o crescimento da escrita, muitos pesquisadores apontam para uma mudança nas competências culturais das populações. A difusão das práticas de leitura e de escrita suscitou novas sociabilidades entre as pessoas. Sendo que, segundo Chartier, a escrita vai servir de base para a construção do Estado moderno, pois, através da escrita a justiça teve uma nova maneira de ser proferida e a sociedade de ser governada⁴⁸.

Escrever em relação a *si*, ou em relação ao outro por intermédio das relações epistolares, não é uma prática restrita do indivíduo moderno, mas dentro da constituição deste

⁴⁶ GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*. In.: GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 07.

⁴⁷ CHARTIER, Roger. *As práticas de escrita*. In.: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Org.). *História da vida privada, 3 – da Renascença ao Século da Luzes*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991. p. 156.

⁴⁸ Idem. p. 119.

indivíduo ganhou especificidades. Para esta abordagem, retorno a Angela de Castro Gomes, compartilhando de suas observações relacionadas à idéia de indivíduo moderno que está sendo pensada. A autora diz que:

a idéia de indivíduo que aqui se deseja fixar vincula-se à longa transformação das sociedades ocidentais chamadas de tradicionais por oposição às modernas. Um processo de mudança social pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição, deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna ‘moderno’ justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo⁴⁹.

As práticas de escrita, diante de tais mudanças, direcionaram-se também para um espaço privado, para um certo isolamento, verificando-se um crescimento de uma escrita pessoal, uma representação do *eu* transformada em um objeto escrito, ligada à idéia de concepção do individualismo moderno. Assim, a escrita deixou de pertencer exclusivamente ao meio público e aos homens participativos da vida pública.

Angela de Castro Gomes nos diz que os registros de memória, característicos dos indivíduos modernos “são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas”⁵⁰. Deste modo, o que passa a interessar para o historiador na análise de registros privados e/ou públicos é entendê-los dentro de suas definições e subjetividades, que passam a constituir o indivíduo moderno, dentro de uma individualidade própria.

As recentes perguntas lançadas pela historiografia, envolvidas com o espaço privado/público dos indivíduos modernos, levaram os pesquisadores a analisarem o que se denominou como uma *escrita do eu*, quando os indivíduos do meio privado ou público começaram a produzir um certo tipo de preocupação com a constituição do eu, através da prática da escrita. E como abordaremos, os registros epistolares trocados entre metrópole e

⁴⁹ GOMES, Angela de Castro. op. cit. p. 11-12.

⁵⁰ Idem. p. 13.

colônia, na manutenção do governo colonial, trazem em suas escritas às preocupações dos homens destinados a representarem o rei no ultramar com a constituição de uma *memória ideal* de corretos representantes do rei.

O marquês de Lavradio ao escrever para o representante militar da ilha, dando as providências que deveriam ser tomadas diante do inimigo castelhano, advertiu a Furtado: “isto porem se entende depois de se terem feito nessa Ilha a mais assignalada e exemplar rezistencia, tendo V. Exa. a certeza de que esta occasião poderá ser aquella que immortalize o nome de V. Exa., e encha a Patria e o Estado da maior gloria”⁵¹. Podemos perceber no escrito de Lavradio as preocupações com a *constituição* do seu *eu* que seria preservada através das escritas epistolares.

A reflexão das práticas de escrita, envolvidas em uma escrita pessoal ou pública, requer dos investigadores mais aplicação na utilização e na análise, culminando, assim, em uma maior atenção às questões teórico-metodológicas⁵². Os procedimentos críticos de questionamento dos objetos passam a serem outros. Angela de Castro Gomes na apresentação do livro *Escrita de si, escrita da História*, levanta algumas observações que merecem a atenção dos pesquisadores em relação às pesquisas com as práticas de escrita.

A autora observa que o pesquisador deve afastar a idéia da existência de um *eu* que seja coerente e contínuo, que produziria na sua escrita um *efeito de verdade*, na medida que nenhum tipo de documento expõe a realidade ou a verdade, pois se trata de uma representação. Outro ponto que a autora aborda seria o paradoxo da existência de um indivíduo/autor anterior ou posterior ao texto. “Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente,

⁵¹ (*) 24 de fevereiro de 1777 - Cópia escrita por um auditor por ordem de Antonio Carlos Furtado de Mendonça, no qual são apontadas as providências que deveriam ser tomadas de acordo com Lavradio. p. 306-307.

⁵² GOMES, Angela de Castro. op. cit. p. 10.

através dessa modalidade de ‘produção do eu’⁵³. E uma terceira questão, levantada pela autora, ressalta a necessidade de pensarmos dentro das novas práticas culturais da época moderna, a escrita de si, em um conjunto de novas relações íntimas “que consagrou o individualismo”⁵⁴.

Consideramos as observações de Angela de Castro Gomes para a análise das cartas que aqui foram selecionadas para pesquisa. Embora, os objetos empíricos não sejam escritas particulares e, sim cartas reconhecidas como oficiais, as observações da autora são pertinentes para nossa pesquisa. A leitura interpretativa, aqui almejada das cartas, as afasta de uma leitura que percebe as missivas como relatos verdadeiros de administradores portugueses, tanto na metrópole como na colônia, mas sim, as pensa como representações escritas daqueles homens diante dos acontecimentos. Tais questões serão analisadas, cautelosamente, no decorrer do terceiro capítulo.

Após levantarmos estas questões que colocam em discussão as práticas de escrita nas sociabilidades dos indivíduos modernos é preciso lembrar a sutileza, ainda existente, entre as marcas de um espaço público e privado dentro da sociedade de corte no antigo regime, que é o nosso período de análise. Embora, a partir do século XVI, os pesquisadores identifiquem uma maior divisão entre os espaços públicos e particulares e nos papéis e práticas desempenhadas, é preciso recordar “em compensação, o cuidado em distinguir entre o que o cargo público exige e o que pertence à vida privada, protegida e secreta, leva a desprivatizar o exercício da autoridade pública – embora tardiamente subsista a indecisão que confere aos arquivos dos administradores do Antigo Regime uma condição ao mesmo tempo pública e pessoal”⁵⁵. Assim, as práticas de escrita pertencentes à sociedade de corte apresentam de

⁵³ Idem. p. 16.

⁵⁴ Idem. p. 16.

⁵⁵ A comunidade, o estado e a família. Trajetórias e tensões. Introdução. In.: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (orgs.). História da vida privada, 3 – da Renascença ao Século da Luzes. São Paulo: Companhia da Letras, 1991. p. 409.

maneira muita tênue a fronteira existente entre uma escrita de um *eu* individual e de um *eu* que exerce cargos públicos.

As práticas de escrita, que se relacionam com o eu, são compostas por diferentes materialidades: diários, autobiografias, cartas, biografias, bilhetes. Diante desta diversidade, o que estudaremos serão as cartas, pois, são as correspondências coloniais – já mencionadas – o objeto empírico de pesquisa desta dissertação. Uma vez que, dentro das práticas de escrita a composição de uma carta, seja ela privada ou pública, implica constantemente na existência de um correspondente, mais especificamente, de um destinatário.

Deste modo, podemos dizer que a dimensão comunicativa das práticas de escrita é inseparável da cultura, pois a vida social e cultural é marcada constantemente pela troca de informações. Como observamos, com o aumento do uso da escrita a partir do século XVI, as sociedades começaram a produzir exaustivamente artefatos escritos. Segundo Pedro Cardim, esses artefatos escritos “desempeñaron un papel fundamental como instancias de registro, de aprovechamiento y de transmisión de muchos datos culturales”⁵⁶. Assim, apontamos as fortes relações existentes ente cultura e escrita.

As relações vividas, entre o meio cultural e social, com as funções da escrita são marcadas pela alteridade do tempo, cada época possui um relacionamento diferente com a escrita. Tais relacionamentos apresentam-se de acordo com as sensibilidades compartilhadas naquele período. Assim, analisar as práticas de escrita de uma época nos permite uma maior aproximação com as sensibilidades das pessoas que escreveram e produziram os registros escritos, sejam eles públicos ou particulares. Sobre esta perspectiva, busco analisar as missivas coloniais, aqui selecionadas, na tentativa de perceber as sensibilidades envolvidas na arte de governar empreendida para a colônia, marcada pelo registro epistolar, como o meio que levava as notícias de um lado ao outro do Atlântico.

⁵⁶ CARDIM, Pedro. La presencia de la escritura (siglos XVI-XVIII). In.: GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada. Gijón: Ediciones Trea, 2002. p. 272.

Com o aumento da alfabetização e com o impulso da imprensa o número de arquivos e bibliotecas também aumentou, assim, segundo muitos historiadores, percebemos o sintoma de uma sociedade cada vez mais governada e regida pela escritura. Mais ainda, com as grandes navegações e, conseqüentemente, com os governos ultramarinos, pois a prática de escrita, especificamente a composição de cartas, mantinha os governos, como o único meio, naquele período, que proporcionava a comunicação à distância.

Em 20 de janeiro de 1770, Lavradio escreveu para Pombal. No trecho que inicia a missiva, podemos perceber a prática de escrita de cartas na sua relação com o governo colonial. Lavradio escreveu, “*Ilmo. e Exmo. Snr. Achando-se a Nao de guerra a sahir deste porto, entra nelle no dia 14 do corrente o Corsario por invocação SanctAnna Carmo e São José —, trazendo-me uma carta de V. Exa. com a infausta e horrorosa noticia (...)*”⁵⁷. Neste fragmento, percebemos as notícias chegando da corte na colônia através de sua materialização nas cartas.

Segundo Pedro Cardim, com o aumento da cultura escrita as identidades locais do mundo jurídico também foram desenvolvendo-se e produzindo o crescimento dos discursos sobre a comunidade e também sobre o governo, assim, devemos aos juristas as principais reflexões, durante os séculos XVI e XVII, sobre a arte de governar⁵⁸. Com isso, estas construções discursivas alcançaram uma ordem de pensar e praticar a política, envolvendo a arte de governar, fortemente, às práticas escriturárias, tanto para preservar as ordens e modos da política, como para garantir sua existência na distância, como no caso da arte de governar no ultramar, conduzida e prevalecida pela produção de cartas.

A política colonial do século XVIII, para o contexto que os lusos vinham enfrentando, representava a esperança de fazer novamente de Portugal um território rico dentro do contexto europeu. A sociedade de corte lusa dependia direta ou indiretamente do império ultramarino, especialmente, da América portuguesa. Deste modo, a coroa lusa

⁵⁷ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de fevereiro de 1770.

⁵⁸ CARDIM, Pedro. op. cit. p. 285.

dependia de sua colônia na América, bem como, a prática de escrita de cartas, como o único meio que comunicava os distantes, era a mantenedora dessa política interconectada entre metrópole e colônia.

Além da conversação, entre as formas de sociabilidade de comunicação, a prática de escrita de cartas que permitia a comunicação à distância, apresentava um grande lugar de destaque entre os letrados do século XVIII. Para Pedro Cardim, “la carta, auténtica *conversación escrita*, se revestía del poder de *mantener presentes* a quienes estaban físicamente ausentes, convirtiéndose en un medio privilegiado para exhortar, para pedir consejo, para enaltecer, para criticar, para informar, para agradecer o para pedir un favor cualquiera”⁵⁹. Assim, a prática de escrita de epístolas manteve as ações de governo empreendidas no ultramar.

A troca de cartas implica em um elo de comunicação, da mão que escreve com os olhos que lêem, numa vicissitude de presença e ausência. Quem escreve uma carta projeta uma série de intenções a um destinatário. Neste ponto, gostaríamos de discutir a observação de Pedro Cardim, quando o autor apontou a carta como uma “*conversación escrita*”, já que a ação de escritura de uma carta não pode ser pensada como uma conversação direta, que coloca emissor e receptor no momento da comunicação, pois, questões mais complexas envolvem essa produção.

A escrita de cartas, como meio de comunicação, supõe o uso de recursos que ultrapassam as necessidades requeridas pela conversação. Sejam cartas públicas ou privadas, sua elaboração requer *a passagem* da linguagem falada para a linguagem escrita. Para a realização dessa passagem, a fala não pode ser equiparada à escrita, ambas apresentam suas diferenciações dentro das sociabilidades de cada época. O uso de cartas envolve a presença de receptor e emissor, que simultaneamente alternam os papéis – pois, a mensagem está sendo

⁵⁹ Idem. p. 287.

trocada entre eles – mas, estão ausentes e recebem a mensagem em tempo diferente. Além disso, a produção de uma missiva, como neste caso de análise – as cartas coloniais –, suscita as sociabilidades daquele período, em que, sentimentos são evidenciados, práticas de etiqueta são requeridas, valores são anunciados, tudo isso, inerente à prática de escrita de cartas, diferenciando-se assim, de uma comunicação direta pela conversação.

A composição de uma carta tem em si uma originalidade que permite a relação de presença na ausência, que tem sua merecida diferenciação em relação à fala. Como observou Cláudio Guillén, “a escritura não se opõe à oralidade, não a deixa atrás, mas a supõe, implica-a e a contém e ainda mais sobretudo a complementa, no trânsito crucial da fala à carta”⁶⁰. Não pretendemos definir um estatuto de superioridade entre fala e escrita, mas que ambos os processos da comunicação humana e uso da língua, fazem parte de diferenciadas produções culturais. Ao lermos as cartas aqui analisadas percebemos normas e valores, que compõe a prática de escrita de cartas para os setecentistas envolvidos com a arte de governar a colônia, em que, cada carta não apenas *falava* dos acontecimentos passados na colônia ou na metrópole, mas, a escrita apresentava-se como um dos cerimoniais sociabilizados na sociedade de corte, registrando além de dados objetivos, sentimentos e sensibilidades daqueles homens, como analisarei no terceiro capítulo.

Da época clássica à intensificação do uso das missivas como importante suporte de comunicação, a produção epistolar foi abrindo espaço para preocupações. As cartas foram merecendo a atenção de estudiosos que propunham formas e maneiras para sua constituição. Observação considerável para ponderarmos que o uso das cartas como meio de comunicação não se estabeleceu como uma *prática natural*, diante dos meios que permitiam o contato com

⁶⁰ GUILLÉN, Cláudio. La escritura feliz: literatura y epistolaridad. In: GUILLÉN, Cláudio. Múltiples moradas. Ensayo de Literatura Comparada. Barcelona: Tusquets, 1998. p. 181. Aput. GÓMEZ, Antonio Castilho. “Como o polvo e o camaleão se transformam” Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) et. al. Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar. op. cit. p. 25.

os distantes. Mas, que se caracterizou como uma prática que foi digna de análises e estudos para sua estruturação.

Segundo os estudos realizados por Antonio Gómez, “a forte implicação social da carta se manifesta igualmente na contemporânea divulgação de um amplo número de artes, estilos de escrever, formulários e manuais de escreventes (...)”⁶¹. A produção contemporânea de manuais funcionava como instrumento para contribuir com a escrita, promovendo uma certa política de escritura. Os manuais foram produzidos com a intenção de contribuir com as necessidades humanas de escrever e/ou de comunicar, em sociedades que a composição de uma missiva foi uma escritura necessária para a comunicação à distância, que acontecia pelo vai e vem destas.

Junto à idéia de promover uma certa política de escritura, caminhou o temor de transformar a arte de escrever cartas em apenas reproduções de formulários pré-existentes. A temática esteve envolvida com as discussões do Humanismo, na defesa pela livre produção epistolar dos secretários, que de escreventes humanistas não pretendiam passar a simples funcionários reprodutores de formulários. Com isso, é importante pensar como demonstra Antonio Gómez,

À medida que as cartas, missivas, mensageiras ou familiares, passaram a ser um instrumento cotidiano da comunicação escrita na sociedade dos séculos XVI e XVII, os autores dos tratados compreenderam que a melhor maneira de atender essa crescente demanda era proporcionar um mostruário, o mais variado possível, e isso nos levaria também, conforme se disse em outros estudos, a considerar o século XVII como o momento em que a sociedade de corte exacerbou os controles sobre os gestos e as atitudes⁶².

As discussões em torno da elaboração epistolar caminharam entre preservar a *livre composição* ou o uso proposto de alguns tipos de manuais.

Antonio Gómez, no seu estudo, apresenta uma espécie de rastreamento de alguns manuais entre os séculos XVI e XVIII identificando, por volta do século XVII, uma livraria

⁶¹ GÓMEZ, Antonio Castilho. op. cit. p. 29.

⁶² Idem. p. 32.

de Madri que possuía cerca de 400 formulários destinados à composição de missivas⁶³. Deste modo, pensamos a importância e necessidade da prática de escrita de cartas entre estes séculos, e que se intensificou após as *grandes navegações*, ou seja, nas relações de governo entre metrópoles e colônias no ultramar.

Outra ressalva levantada por Antonio Gómez deve ser levada em consideração, em que os destinatários dos manuais eram definidos, os manuais possuíam um público alvo: “os membros de uma comunidade mais restrita composta fundamentalmente por secretários, burocratas, profissionais da escritura e, em geral, os representantes da sociedade de corte, onde mais efetiva podia ser sua funcionalidade retórica e social”⁶⁴. Assim, acrescentamos a este pensamento o que foi questionado no início do capítulo – em relação ao acréscimo das taxas de alfabetização – e de como o aumento de leitores e escritores refletiu nas práticas sociais e culturais da Europa Moderna, pois, até então, os que dominavam a escritura faziam parte desta comunidade mais restrita, como ressaltou Gómez. Com isso, relembramos que as cartas analisadas dentro da presente pesquisa, fazem parte desta comunidade mais restrita, os membros da sociedade de corte setecentista portuguesa.

A observação de Gómez também foi abordada por Miranda, no artigo em que estuda a epistolografia portuguesa. Para o autor, o gênero epistolar expandiu-se logo no início da Idade Moderna, dentro de um projeto humanista, na tentativa de assegurar para o convívio social tipos de regras que todos pudessem acolher e entender. A escrita foi uma das práticas sociais e culturais, que mais sofreu a projeção desta idéia. Miranda diz que para os manuais “tentava-se estruturar mais claramente pequenos conjuntos de regras, que podiam referir-se, por exemplo, à forma dos cabeçalhos e das frases de despedida” e “o alvo das primeiras

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem. p. 33.

edições foram nobres e burgueses. Com o passar do tempo, desenvolveu-se também o interesse de camadas sociais menos favorecidas”⁶⁵.

Deste modo, como estamos ponderando a escrita de cartas, desde os antigos, consagrou-se como uma prática merecedora da produção de muitos tratados que procuravam demonstrar as melhores maneiras de se produzir uma missiva. Assim, foram produzidos muitos tratados e/ou manuais que evidenciavam a *arte de escrever cartas*. Para Emerson Tim, entre os modernos, o chamado Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam e Justo Lípsio, foram os três melhores exemplos da arte de escrever cartas. Estes tratadistas produziram obras que buscavam ensinar as melhores maneiras de se escrever uma carta de acordo com cada situação. Emerson Tim traduziu esses tratados e publicou a obra *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio*⁶⁶. Tais autores foram grandes influentes da arte epistolar, pois tiveram suas obras exaustivamente divulgadas pela Europa.

Mencionamos esses autores, sem entrar detalhadamente no que disseram sobre a arte de escrever cartas, com o objetivo de evidenciar o quanto a prática da escrita de cartas apresentava-se como uma preocupação pertinente à cultura letrada. Observamos também que não temos a intenção de encontrar evidências destas obras no objeto empírico desta dissertação. Mas, citamos tais obras para pensarmos a pertinência da escrita de cartas, como uma prática que carregava as sensibilidades vividas por seus remetentes e destinatários, e como uma prática que na preocupação de sua produção refletia as sociabilidades da sociedade de corte setecentista lusa, envolvida com a arte de governar a colônia, no nosso caso de análise.

⁶⁵ MIRANDA, Tiago C. P. Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádía Batella (Org.). Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas. São Paulo: Companhia das letras, 2000. p. 44.

⁶⁶ Do chamado Anônimo de Bolonha foi traduzido *Regras para escrever cartas* (1135), de Erasmo de Rotterdam *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar* (1520) e de Justo Lípsio *A arte de escrever cartas de Justo Lípsio* (1590).

TIM, Emerson. A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

As sociabilidades do meio cortesão contaram fortemente com a presença da escrita, tanto na *escrita de si* – na produção de diários, anotações, cartas – como também, nos manuais de civilidades, que buscavam apresentar as práticas de etiqueta, refletindo as vivências da corte, as boas maneiras e o bom governo de si. No terceiro capítulo, desta dissertação, analisaremos as práticas de etiqueta na sua relação inerente a prática de escrita de cartas, como um cerimonial que, além de proporcionar o governo a distância, carregava os *ecos* da sociedade de corte setecentista.

Com o aumento da cultura escrita, segundo Pedro Cardim, podemos dizer que o domínio das práticas de escrita se converteram em uma competência indispensável às ações de governo⁶⁷, especialmente, para as ações de governo empreendidas no ultramar, já que a prática epistolar conduziu o funcionamento do governo colonial, pois, somente através das cartas, da comunicação epistolar, do ir e vir de missivas, os administradores coloniais, como Lavradio, podiam *chegar* até a metrópole.

Em 19 de abril de 1776, Lavradio escreveu para o marquês de Pombal dizendo,

*Ílmo. e Exmo. Snr. Depois de ter escripto já a V. Exa. por esta embarcação com a data de 17 do corrente mez, véspera do dia em esta mesma embarcação estava para sahir, entrou no mesmo dia nesta barra uma embarcação vinda de Sancta Catharina, com a carta do Tenente General João Henrique de Bôhim e mais papeis a ella juntos, que tenho a honra de pôr na prezença de V. Exa. por copia.*⁶⁸

Neste trecho analisamos as relações do governo colonial com a escrita. Lavradio ao escrever para Pombal, comunicou o recebimento de correspondências, vindas de outras partes da colônia para a sede do vice-reino, e que seriam também enviadas como cópias para a metrópole. Com isso, percebemos todo um elo comunicativo sendo mantido à distância através da prática epistolar.

O domínio da escrita apresentava-se como uma distinção social, sendo assim, uma prática que cada vez mais tinha sua dimensão política ampliada. Para as ações de governo a

⁶⁷ CARDIM, Pedro. op. cit. p. 291.

⁶⁸ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 19 de abril de 1776. p. 264.

escrita tornou-se uma tecnologia indispensável, pois as práticas de governo – a arte de governar – chegou ao século XVIII sem poder separar-se da comunicação escrita e da produção de arquivos. Assim, a escrita possibilitou uma maior circulação dos programas que pretendiam disciplinar e fixar padrões de etiqueta e cerimonial para conduzir os costumes e comportamentos da sociedade de corte. Com isso, refletimos dentro das práticas políticas a fundamental relevância do registro epistolar, como único meio de comunicação a distância, dentro das práticas sociabilizadas pela arte de governar compartilhadas entre metrópole e colônia.

André Crabbé Rocha no livro *A epistolografia em Portugal* pensa as cartas dentro da necessidade do homem de se comunicar, e também, das subjetividades literárias que esta prática permite,

A carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante. Compartilhado por todos os homens, quer sejam ou não escritores, corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. *Communicare* não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda “pôr em comum”, “comungar”. Escreve-se, pois, ou *para não estar só*, ou *para não deixar só*. Lição de fraternidade, em que as palavras substituem os actos ou os gestos, vale no plano afectivo como no plano espiritual, e participa, embrionária ou pujantemente, do mecanismo íntimo da literatura – dádiva generosa e apelo desesperado, ao mesmo tempo.⁶⁹

É conveniente pensarmos que dentro de uma sociedade cortesã, o cuidado e meticulosidade que a produção de cartas requeria, integra-se em um conjunto de práticas de civilidade, cujos manuais de escritura e de boas maneiras foram contribuindo na constituição e na própria expansão da sociedade de corte. Dentre as práticas de civilidade, as relações epistolares são o que principalmente nos interessa, pois oferecem uma perspectiva de abordagem que percebe essas relações ademais de sua conotação como meio de comunicação, mas, intrinsecamente ligada com a compostura da sociedade cortesã da Europa Moderna.

Muitos manuais destacavam em suas apresentações que o objetivo não era a produção única de formulários. Os manuais pretendiam colaborar em idéias e formas com a

⁶⁹ ROCHA, André Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965. p. 13.

composição da carta, em que o escrevente possuiria uma certa liberdade na produção, como observou um autor setecentista de um compêndio em Portugal, que será analisado no segundo capítulo, dentro do contexto português do século XVIII das práticas sociais e culturais sociabilizadas entre os setecentistas lusos.

Lembramos que a necessidade de um controle e de um regulamento identificado na leitura dos manuais, fazia parte dos modos da sociedade cortesã. “Na Espanha, entretanto, como na França, Portugal e Itália, os tratados de finais do século XVI e do século XVII recolhem um repertório de modelos nos quais costumam estar ausentes os assuntos íntimos ou privados, enquanto que abundam as cartas de consolação, oferecimento de serviços, cumprimentos (...)”⁷⁰. As regras de etiqueta, honra, polimento, podiam variar, mas, essencialmente, regiam as articulações da sociedade de corte.

No decorrer deste primeiro capítulo percorremos uma trajetória que sutilmente foi colocando em discussão as práticas de escrita, e dentro destas, a prática da escrita de correspondências como objeto de pesquisa da História. Assim, as cartas, como objeto empírico desta dissertação, serão lidas não apenas para revelar acontecimentos, mas, como o próprio acontecimento produto e produtor de cultura; – interessando-nos sua forma, seu estilo, seu conteúdo, suas intenções e, seu momento de escritura.

A análise aqui proposta com as cartas coloniais irá privilegiar uma *leitura* – em cartas tantas vezes já lidas e relidas, por diferentes gerações de historiadores – que supere a identificação de fatos, e pense as missivas na sua constituição dentro da arte de governar a colônia.

A carta inserida no contexto colonial do século XVIII não representava unicamente o *meio técnico* responsável pela comunicação entre metrópole e colônia, para relatar os acontecidos, fazer demandas e dar ordens. A composição de uma missiva estava

⁷⁰ GÓMEZ, Antonio Castilho. “Como o polvo e o camaleão se transformam” Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. op. cit. p. 38.

intrinsecamente relacionada com a arte de governar, no pensamento setecentista, envolvendo preocupações com o registro da memória do governo, com o bem governar, com o governo de si; ícones de uma sociedade de corte. Atentamos para o fato de que todo o governo colonial funcionou por meio da escrita, e por ela a soberania portuguesa exerceu o poder. Sobre esta reflexão a dissertação desenvolverá sua análise no segundo e terceiro capítulos.

As correspondências selecionadas para esta pesquisa relacionam-se entre si por temáticas referentes ao governo, enquanto poder exercido na colônia. Embora o episódio da invasão dos castelhanos, na ilha de Santa Catarina, com suas causas, motivações e conseqüências, não seja a análise prioritária, este fato, envolve a discussão do território do soberano, ponto de condução de toda a política colonial no setecentos – conservar e preservar o território ultramarino.

Antes de partimos em direção a análise das missivas, iremos conduzir o segundo capítulo objetivando compreender o ambiente intelectual onde as cartas estavam inseridas, para assim, apreender um pouco da sociedade de corte e do espaço setecentista português. Portanto, abordaremos questões da política lusa e da arte de governar destinada a colônia, levando-se em consideração as práticas de escrita pensadas dentro da sociedade setecentista portuguesa.

A prática de escrita das cartas no pensamento setecentista luso

Ações pombalinas para alumiar Portugal

Este capítulo não tem a intenção de estudar o contexto português setecentista, com o objetivo de abranger toda a segunda metade do século XVIII, passando pelos diferentes aspectos que envolvem uma época. Portanto, tomará algumas direções articulando discussões que colaborarão para pensarmos um pouco do governo colonial, das políticas educacionais e da sociedade de corte. Para assim *urdir* alguns elementos de análise que contribuirão para estudarmos as cartas *públicas*, das relações coloniais, pela perspectiva de pensá-las como constituição de uma prática de governo e que requeria a atenção dos escreventes.

Portugal enfrentou grandes mudanças após a primeira metade do século XVIII, que afetaram desde o trono até os novos modos de ensinar. O reino lusitano ligado à política colonial estava vivenciando transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse emaranhado, o aspecto educacional enfrentou fortes alterações, não de maneira isolada, mas entrelaçado a outros aspectos que agiram junto às reformas na educação. Assim, buscaremos apreender um pouco dessas mudanças para contribuir com o estudo das missivas coloniais, que deve levar em consideração as práticas sociais e culturais ligadas ao momento em que estavam sendo produzidas e, como veremos, discussões que acompanharam alguns teóricos setecentistas.

Abordar o século XVIII nas alterações que circulavam na Europa, remete-nos a falar do Iluminismo. De maneira simplificada como definiu Kant, o Iluminismo foi o momento no qual o Homem alcançou a *maioridade*. As novas idéias foram marcadas pela secularização e pelo racionalismo. Em distintas dimensões para os países distribuídos pela

Europa. Na reflexão de Falcon, o “Século XVIII e Século das Luzes, Europa e Europas, Ilustração como mentalidade e como conceito histórico são etapas preliminares e essenciais ao estudo no movimento ilustrado propriamente dito”⁷¹.

Falamos então de *Europas* e de nações com correntes de idéias e aspectos políticos-econômicos bastante diferenciados. Existiam os países que *irradiavam* para os outros centros os movimentos das novas discussões, como era o caso da França, Itália, Alemanha e Inglaterra. Em outro extremo existiam os países que ocupavam a posição de receptores das atuais discussões, segundo Falcon, as “sociedades defasadas, que buscam no movimento ilustrado uma ideologia de progresso e civilização, um argumento a favor das políticas ‘modernizadoras’: Espanha, Portugal, Suécia, Rússia, Polônia e parte do Império Otomano”⁷².

Dentro da definição proposta por Falcon, Portugal ocupava uma posição de receptora das discussões que circulavam entre os europeus. Porém, Portugal não deixou de vivenciar e articular-se nas idéias que envolviam o Iluminismo. A península Ibérica atuou com projetos que propunham a modernização, passando por um processo contínuo que buscava alcançar reformas nas distintas formações da coroa.

Para o período histórico que temporalmente abrange o contexto dos objetos de análise aqui propostos, ou seja, cartas setecentistas, a historiografia pode nos propor falar de um *personagem* luso, em especial. Esse personagem pode oscilar, ora como mito, herói, grande homem, ora como traidor ou um paradoxo do seu tempo. Não temos a intenção de fazer do passado um feito de *grandes homens*, pois assim estaríamos fugindo do nosso compromisso com a ciência histórica. Mas, para abordar Portugal no momento estudado e para falar das mudanças que começaram a gerenciar um defendido *ideal* iluminista falaremos de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conde de Oeiras (1759) e mais tarde, marquês de Pombal (1769).

⁷¹ FALCON, Francisco José Calazanas. A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. p. 102.

⁷² Idem. p. 104.

As missivas coloniais que trazemos para análise fazem parte do momento em que a coroa lusa pertencia ao rei D. José I (1750-1777). Durante o seu reinado e mais especificamente, após o terremoto de Lisboa (1755), o marquês de Pombal recebeu autoridade completa do rei para governar⁷³. Maxwell nos traz a informação de que, “o período, especialmente após a década de 1750, é visto em Portugal como a própria corporificação do Iluminismo”⁷⁴, equivalente a forte atuação do marquês na coroa lusa.

Dentro do contexto europeu de grandes alterações no campo das idéias e na *visão racional* de pensar o mundo, Portugal ainda ocupava um lugar à margem das discussões. Na abordagem de alguns pesquisadores os lusos viviam em profundo atraso. Porém, a política empreendida pelo governo de Pombal tinha como viés principal inserir os lusos nas mudanças propostas pelo pensamento iluminista. As alterações principiaram com a redução do poder da Inquisição, com o fim da escravatura (em Portugal, mas não nas colônias) e com as importantes reformas no sistema educacional; almejando deslocar Portugal da margem, ou seja, do atraso, que tanto os lusos das idéias reivindicavam.

A política pombalina buscou governar sob as *luzes*, mas viveu no desconchavo entre Iluminismo e poder soberano. Segundo Maxwell, Antonio Ribeiro dos Santos, um dos colaboradores de Pombal, após a morte do marquês resumiu o paradoxo do autoritarismo e do iluminismo deste as seguintes palavras: “quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la. Quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo”⁷⁵.

A participação e atuação política de Pombal no governo português, até hoje é debatida pela historiografia, segundo Maxwell, Portugal na política pombalina de certo modo,

⁷³ Entretanto, o início da vida pública de Carvalho e Melo foi bastante anterior, iniciou em 1738, quando foi mandado em missão diplomática à corte de Londres, por D. João V, onde permaneceu até 1745.

⁷⁴ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.17.

⁷⁵ Citado por C. R. Boxer, *The Portuguese seaborne empire, 1415 – 1825*, Oxford, 1963, p. 191. In.: MAXWELL, Kenneth. op. cit. p. 02.

era um produto híbrido, entre absolutismo e despotismo⁷⁶. O governo do marquês teve um caráter modernizador para os lusos, com um ideal que buscava livrar Portugal da defasagem cultural e econômica. Sendo que a *esperança* para os problemas na economia, cada vez mais, era a exploração das colônias, com isso, era necessário livrá-las dos interesses estrangeiros, especialmente britânicos. Dentro deste contexto, a ação primordial da política colonial era a conservação e preservação dos territórios ultramarinos, assim, Pombal tentou conter o domínio econômico britânico, enfraquecendo alianças e tratados; e com a Espanha a intenção era assegurar aos lusos as disputadas fronteiras da América portuguesa.

Deste modo, o *motor* da política destinada às colônias era assegurar a preservação, e com isso, a conservação do território, temática constantemente recorrente nas missivas que aqui serão abordadas, especificamente, quanto à conservação da parte meridional da América portuguesa, nas discussões de fronteiras com a Espanha. Ademais, o governo defendido por Pombal buscava restabelecer e revitalizar o controle nacional, nas questões econômicas para que assim, Portugal pudesse reconquistar seu poder e influência no mundo⁷⁷.

Diante das propostas e consolidações políticas praticadas por Pombal o que mais nos interessa é mencionar as reformas educacionais. A reforma incluía o afastamento dos jesuítas da colônia e da exclusividade que detinham no sistema educacional, com a aplicação de instruções que iam de encontro aos métodos por eles defendidos.

A expulsão⁷⁸ da Companhia de Jesus, seguramente, ultrapassou as questões do domínio religioso e educacional. Para a política colonial, o afastamento dos jesuítas tinha a intenção de *misturar*, na colônia portuguesa na América, lusos e índios, objetivando um crescimento populacional, para garantir a preservação da mesma. Isto incluía um projeto

⁷⁶ Idem. p. 168.

⁷⁷ Idem. p. 17.

⁷⁸ A Companhia de Jesus foi expulsa oficialmente de Portugal pela lei de 3 de setembro de 1759, além de acusados pelo atraso cultural, também foram acusados por comprometer o crescimento econômico, já que possuíam autonomia econômica e muitas riquezas. Através desta lei foram desnaturalizados, proscritos e exterminados de Portugal e das colônias.

maior de incentivar e impor o ensino da língua portuguesa aos indígenas, proibindo o uso das línguas nativas. Com o crescimento da população – especialmente nas principais fronteiras da América portuguesa, na Amazônia e no Rio Grande de São Pedro – e com a intensificação da língua portuguesa, o propósito era transformar e pensar os indígenas como súditos do rei português, atuando na preservação da colônia. Para os jesuítas a não proteção dos índios, neste aspecto, poderia gerar uma exploração desumana⁷⁹.

Dos variados motivos que envolveram o antijesuitismo o que nos interessa – como mencionamos – é a desvinculação do monopólio jesuíta da educação. De acordo com Maxwell, as reformas educacionais de Pombal, articularam-se em torno de três perspectivas: “trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo”⁸⁰.

Na ação política das Luzes contra o pensamento jesuítico é necessário recordar, como refletiu Falcon, que “o antijesuitismo ilustrado dos países católicos justifica-se, no nível ideológico, como sendo o produto de uma razão humanitária que pretende subordinar a si, na pessoa do príncipe, a administração, a justiça, a assistência e a educação, em nome da utilidade e da felicidade públicas”⁸¹. A intenção era transferir para o Estado o poder ideológico, e assim, *racionalizar* a educação em um projeto que defendia o bem estar público, em nome do Estado.

A implantação de uma nova estruturação do ensino, sobrepujava o sistema educacional configurado pela Companhia de Jesus. A reflexão do historiador Jorge Ramos do Ó esclarece que,

⁷⁹ É importante observar que os jesuítas temiam a exploração desumana dos indígenas, e que isso viesse a gerar uma possível dizimação. Porém, de maneira simplificada, é necessário lembrarmos que o projeto da Companhia de Jesus buscava *humanizar* os índios, fazendo-os conhecedores da palavra de Deus, para poderem torná-los *homens com alma*. Assim, a preocupação com a conservação dos índios, pelos jesuítas, não levava em consideração, ou respeitava, as diferenças culturais, mas sim, segundo eles, os índios necessitavam da cultura cristã.

⁸⁰ MAXWELL, Kenneth. op. cit. p. 104.

⁸¹ FALCON, Francisco José Calazanas. op. cit. p. 135.

o projeto de Pombal apresentava-se de facto como uma alternativa – ‘um acto de fé *iluminista* tão querido da ilustração estatal’ – ao *obscurantismo* da Companhia de Jesus. Nestes termos, a chamada primeira reforma, e que se contém no Alvará de 28 de junho de 1759, apareceu apenas cerca de cinco meses após a expulsão dos jesuítas, e estava cheia de considerações tendentes a escarpelizar o que designava de métodos *escuros* e, sobretudo, *fastidiosos* dos inacianos⁸².

O Alvará de junho de 1759 era bastante enfático nas suas pretensões de alterar o sistema de educação, o objetivo era estabelecer “a regularidade dos Estudos do Latim, novas Aulas de Língua Grega, Hebraica, e de Retórica, e se proíbe a Arte, o Método de ensinar dos Padres Jesuítas”⁸³. Para a coroa lusa que tinha uma pretensão maior, os culpados pelo atraso português eram os jesuítas, já que eram os responsáveis pelo ensino. Na leitura do Alvará identificamos a relação estabelecida entre ensino e *felicidade da coroa*. “Eu EL-REY faço saber aos que este Alvará virem, que da cultura das Ciências depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio delas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e igualdade”⁸⁴. No trecho que segue observamos a intensificação da culpabilidade sobre os inacianos,

se vê nestes Reinos extraordinariamente decaído daquele auge, em que se acham, quando as Aulas se confiaram aos Religiosos Jesuítas; em razão de que eles com o escuro, e fastidioso Método, que introduziram nas Escolas destes Reinos, e seus Domínios; e muito mais com a inflexível tenacidade, com que sempre procuram sustentá-lo contra a evidencia das sólidas verdades⁸⁵.

Assim, o Alvará constitui-se de um documento que propôs a reforma educacional, sem deixar de atacar os jesuítas.

Junto a este Alvará acompanhava o anexo, *Instruções para os professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas e mandadas publicar por EL-REY Nosso Senhor*. No início, as instruções apontam as ordens que os professores deveriam seguir: “por esta razão somente devem usar os professores do Methodo abbreviaado

⁸² Ó, Jorge Ramos do. O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: EPUCA, 2003. p. 180.

⁸³ Alvará – Palácio N. Sra. da Ajuda, 28 de junho de 1759. In.: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Aula do Commercio. Rio de Janeiro: Xerox, 1982. p. 209.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem.

feito para uso das Escolas da Congregação do Oratório, ou da Arte de Grammatica Latina reformada por Antonio Felix Mendes, que tem as referidas circunstancias”⁸⁶. As instruções indicam o que seria a nova condução do sistema educacional, que seguiria os preceitos oratorianos, evidenciando o importante embate entre estes e os jesuítas. Com a expulsão da Companhia de Jesus, foi a Congregação dos Oratorianos quem assumiu o ensino em Portugal. Alguns dos oratorianos foram fortes aliados de Pombal, porém, como veremos não por todo o governo do marquês.

A Congregação do Oratório foi fundada na Itália em meados do século XVI e introduzida em Portugal em 1668. Desde sua fundação, o envolvimento da congregação com o poder político era uma prática constante. Os oratorianos dedicavam-se ao ensino e a publicação de obras didáticas para a formação popular. Não eram ligados por votos, como na maioria das instituições religiosas. Os vínculos que os congregavam eram de mútua caridade e amor em Cristo. Também não faziam voto de pobreza, com isso, podiam possuir bens. Segundo as considerações de Falcon, tinham como principal objetivo: educar na verdade os que constituiriam a sociedade e iriam dirigir os negócios da administração pública⁸⁷.

Muitos oratorianos eram adversários dos jesuítas, principalmente no que dizia respeito aos debates pedagógicos. Foram até considerados como uma espécie de *panacéia* para o ensino português. Em Portugal os oratorianos são reconhecidos como os promotores das ciências naturais e os que introduziram as idéias de Bacon, Descartes e outros. “Entre 1755 e 1760, os oratorianos estavam no apogeu do seu prestígio: o Padre João Baptista publicara a sua *Philosophia Aristotélica Restituta*, obra de referência na modernidade da filosofia em Portugal e a expulsão dos jesuítas transformara-os em protagonistas e aliados do ministro para a superação da lacuna aberta no ensino”⁸⁸.

⁸⁶ Idem. p. 470.

⁸⁷ FALCON, Francisco José Calazanas. op. cit. p.208.

⁸⁸ SANTOS, Eugênio dos. Pombal e os oratorianos. In.: *Camões*. Revista de letras e culturas lusófonas. Lisboa, jan./junho, número 15 e 16. Edição especial: Marquês de Pombal. p. 78.

A congregação não foi apoiada ou apoiou o marquês durante todo o seu governo, um período marcado por diversos desentendimentos, chegando-se a quase extinção da mesma. O principal motivo que fundamentalizava este desentendimento da congregação, como uma instituição, em relação a Pombal, era a censura aberta contra o *regalismo* pombalino. O marquês não suportava que grande parte dos membros fosse de encontro a sua política e as suas práticas de governo.

Pombal impôs lutas no campo das idéias e das convicções para garantir seu pensamento de governo. Entre os oratorianos, algumas práticas de devoção ainda não condiziam com o pensamento Iluminista. Para Eugênio dos Santos os oratorianos eram “iluminados no plano das idéias filosófico-científicas e pedagógicas eram-no, sem dúvida. Não porém, nas devoções, nas práticas religiosas, delas emergindo o apego às devoções marianas, ao culto do Sagrado Coração de Jesus”⁸⁹, e para alguns iluministas, apesar das virtudes, essas práticas “na verdade, eram formas de alienar e corromper a juventude”⁹⁰. Dentro do que podemos pensar como Iluminismo e pensar da Congregação do Oratório, nada era certo ou seguia uma única linha de pensamento.

O governo pombalino foi apoiado por oratorianos comprometidos intelectualmente, assim como foi resistido por outros. Mas, isso não foi decisivo para muitos dos colaboradores de Pombal, que eram oratorianos, contribuírem e tomarem a frente nas propostas de reforma do ensino. Segundo a historiadora Ana Rosa Cloquet da Silva, o governo de Pombal foi associado à reforma ilustrada, fundamentando-se “pelo prisma do binômio *Reformismo-Pedagogismo*, as quais foram seguidas e aprimoradas no reinado mariano”⁹¹. As reformas que modificaram as práticas pedagógicas da educação, junto com “medidas extra-acadêmicas, direcionadas pela busca de uma exata composição entre *política e ciência* a serviço da

⁸⁹ Idem. p. 85.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *A formação do homem-público no Portugal setecentista (1750-1777)*. Revista Intellectus / Ano 02 Vol. II – 2003. p. 03. www2.uerj.br/~intellectus.

Monarquia absolutista”⁹² foram compondo a efetivação do governo pombalino. Dentro do conjunto de idéias pensadas como modernizadoras, existia uma intenção maior – do que apenas as orientações pedagógicas – que conduziu a formação ideal do *Homem* setecentista que atuaria no governo da metrópole e da colônia.

As diversificadas ações administrativas do marquês de Pombal merecem considerações mais profundas, porém ultrapassariam os âmbitos desta proposta de pesquisa. O que realizamos foram alguns apontamentos de questões complexas da política do marquês, como: a expulsão dos jesuítas, as reformas educacionais e as discussões das idéias iluministas, para assim, chegarmos a alguns teóricos portugueses que tematizaram a prática de escrita de cartas. Com isso, advirto que a condução destas discussões tem como intenção pensarmos o governo colonial intrinsecamente ligado à prática de escrita de cartas.

⁹² Idem.

As idéias difundidas por Freire e Verney

O primeiro teórico epistolar das missivas no século XVIII, reconhecido pelos estudos da epistolografia portuguesa, foi Francisco José Freire, também conhecido como Cândido Lusitano⁹³. Em 1745, publicou a obra *O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas*⁹⁴, que causou grande repercussão em Portugal, trazendo aos lusos algumas idéias discutidas em outras partes da Europa. O próprio Freire aponta que compôs sua obra favorecendo-se da leitura dos escritos do italiano Isidoro Nardi.

Miranda nos diz, em relação obra de Freire que,

nas pequenas dissertações que introduziam os modelos propostos para cada tipo de carta, Francisco Freire procurava esclarecer os passos a observar para melhor atingir os objetivos imaginados. Esses textos põem a descoberto uma sensibilidade ainda francamente barroca, que se movia, elegante, por entre jogos de ‘louvores’, ‘engrandecimentos’ e ‘dissimulações’... Em certa medida, o remetente era encarado como um orador cuja performance deveria convencer por completo o destinatário⁹⁵.

Freire, na apresentação, assinala seu escrito como o primeiro, “que desde gênero lerá Portugal”⁹⁶. Em seguida aponta o motivo que o impulsionou para a composição do compêndio, “o motivo, foy o zelo, e amor da Pátria, virtude engrandecida por muitos e praticada por poucos”⁹⁷. Embora, Freire reconheça as leituras que realizou de obras estrangeiras – pois, neste momento Portugal inseria-se nas discussões das idéias que circulavam em outras partes da Europa através do contato com estrangeiros⁹⁸ – ele segue

⁹³ Francisco José Freire foi rebatizado pela Arcádia como Cândido Lusitano.

⁹⁴ O título completo da obra é *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso*. O exemplar consultado pertence ao setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). A obra está bastante danificada devido à ação do tempo. Todas as citações referentes à obra manterão a ortografia do original.

⁹⁵ MIRANDA, Tiago C. P. Reis. op. cit. p. 50.

⁹⁶ FREIRE, Francisco José. op. cit.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Nos estudos de Falcon temos uma reflexão interessante para esta questão: “(...) o fenômeno do ‘estrangeiramento’ como sendo o produto de uma cisão entre aqueles que, viajando e conhecendo outras realidades, ou, entrando em contacto com os que vinham de fora, militares e diplomatas de outras nações, puderam mudar suas maneiras de ver e de sentir, e os demais que, insulados, ficaram impermeáveis a tudo que viesse do estrangeiro. Foi esse o ponto de partida para a divisão ideológica entre nacionais ou ‘castiços’ e os ‘estrangeiros’, questão magna da Ilustração portuguesa (...)”. FALCON, Francisco José Calazanas. op. cit. p. 204.

dizendo: “sim, ainda espero, que os eruditos Estrangeiros conheção, que não necessita Portugal de seus documentos, para fazer seus filhos insignes na verdadeira composição epistolar, e no honroso exercício de Secretários”⁹⁹. A reflexão de Freire na apresentação de seu compêndio vai ao encontro de um pensamento, perspicazmente, relacionado com os sentimentos de uma sociedade de corte. Pois, a honra em servir na prática exercida pelos secretários, condiz com a importância conferida a escrita de cartas, não apenas como um meio de comunicação predominante, mas, como uma prática que enfatizava as normas e condutas da sociedade cortesã.

Segundo Elena del Rio Parra “a lo largo de los siglos XVI y XVII se va consiguiendo todo un subgénero didáctico que atiende a la formación de los secretários, de modo que proliferan los manuales orientados tanto a su educación y comportamiento como a la manera en que deben escribir cartas”¹⁰⁰. O secretário configurava-se entre os principais serventes de um senhor pelo domínio do discurso escrito, marcando relações de poder e honra, deste modo, cabia aos secretários preservar os segredos. Através das considerações de Parra elucidamos a importância da função de um secretário na produção epistolar, em que era necessário o domínio da prática de escrita de correspondências. A obra de Freire vai intensificar a observância dessa prática entre os lusos setecentistas.

Logo após a apresentação, a obra traz as autorizações que eram necessárias para a publicação no período. Eram autorizações conferidas pelo Santo Ofício, Desembargo do Paço e Ordinário; constituindo-se de pequenos textos provenientes dos respectivos órgãos que reconheciam o valor da obra, e que sua publicação não colocaria em *desordem* as idéias em Portugal.

⁹⁹ FREIRE, Francisco José. op. cit.

¹⁰⁰ PARRA, Elena del Rio (Brown University). [La figura del secretario en la obra dramática de Lope de Vega.](http://www.ucm.es/info/espetaculo/numero13/secretos.html) www.ucm.es/info/espetaculo/numero13/secretos.html. p. 1.

Ao pensarmos a importância da composição epistolar outorgada como uma prática no governo setecentista, a observação levantada pelo Padre D. Caetano de Gouvêa C. R., na obra de Freire, é bastante considerável.

Todos os que sabem escrever, escrevem Cartas, porém muitos ignoram totalmente o estylo com que as devem escrever; e até muitos dos que sabem as regras deste estylo, não as podem pôr em pratica; porque os pensamentos não de ter a nobreza que permite a matéria, que se trata, a linguagem há de ser pura, a locução corrente, e elegante, e no mesmo tempo familiar, o que poucas vezes se acha junto¹⁰¹.

A composição de missivas nas práticas de governo, como podemos observar, não era apenas a escrita de um documento destinado a informar e noticiar. A estruturação de uma epístola requeria uma série de cuidados identificados à sociedade de etiquetas e normas.

O comentário do Abade Diogo Barbosa Machado também permite-nos analisarmos o lugar conferido a carta entre os setecentistas. “Não se podia excogitar mais nobre empreza, do que este methodo tão necessário ao commercio humano, com o qual sem operação milagrosa, se fazem presentes os ausentes, e se reproduzem nas quatro partes do Mundo”¹⁰². Como sistema de comunicação vigente, a carta permitia o contato, especificamente, para o que estamos abordando das relações do governo colonial, pois a voz do soberano só chegava à colônia através das missivas, em que os ausentes se faziam presentes.

No trecho, “com mayor assombro forma a penna em o papel de huma Carta, a imagem de quem a escreve do que a representa em hum pano a valentia do pincel; pois nelle somente se dibuxa a symetria do corpo, quando naquella se exprime a excellencia do espírito”, para o Abade a escrita conseguiria superar a pintura, exprimindo “a excellencia do espírito”. Tal apontamento é relevante para pensarmos que mesmo no exercício administrativo de um secretário, a escrita de uma carta oficial – se assim podemos denominar – contribui como um objeto de um tempo passado, que lido aos olhos do presente, pode

¹⁰¹ FREIRE, Francisco José. op. cit.

¹⁰² Idem.

permitir o *sentir* dos sentimentos e sensibilidades envolvidas na sociedade de corte lusa setecentista.

Francisco Freire inicia a *Instrução Preliminar* evidenciando que todos escreviam cartas, pois era uma necessidade de comunicação, para um sistema social que reservava as cartas, entre outras funções, a responsabilidade de principal meio de informar os que estavam distantes. Seu compêndio, “se encaminha a instruir o Secretario principalmente nas regras, que há de observar, para com respeito, e louvor sustentar o caracter de sua nobre occupação, e igualmente o da pessoa, a quem servir”¹⁰³. Com isso, o secretário no exercício de compor uma missiva tornava-se o responsável por *materializar* a informação que seu senhor necessitaria enviar, devendo honrar a escrita, assim como, a pessoa que representava.

Da análise sobrescrita precisamos desenvolver uma reflexão. Muitos dos homens que assinavam as cartas, não eram propriamente os escritores das mesmas, já que incumbia aos secretários a produção epistolar. Assim, teríamos uma problemática se pensarmos a análise das cartas levando em consideração o momento de sua produção, pois contaríamos com uma narração, para depois a escritura. Porém, a alternância entre *amo*¹⁰⁴ e Secretario, narração e escrita, caracterizasse como uma prática recorrente entre os setecentistas, e na maioria dos casos, não teríamos hoje como marcar essa diferença.

Ao observarmos que no intercâmbio proposto pela modalidade da escritura epistolar, que se complementa entre ausência e presença, o fator narrador/escritor não seria relevante. De tal modo, compartilhamos do pensamento de Gómez em que, “a carta conforma o lugar onde confluem as estratégias do autor/narrador e o receptor/leitor, que nem sempre devem entender-se como casais coincidentes, pois o gênero epistolar comporta tanto a distância entre a mão que escreve e a voz que narra como entre o leitor implícito e o destinatário ou

¹⁰³ FREIRE, Francisco José. op. cit.

¹⁰⁴ Fizemos uso da expressão *amo* para fazermos referência ao modo como Freire designa o superior de um secretário.

destinatários reais”¹⁰⁵. De tal modo, independente da *mão que escreve* ou da *voz que narra* a escritura epistolar não perde sua peculiaridade como uma prática de escrita, fortemente caracterizada entre os setecentistas, em que o *eu* que materializa a escrita deixa de ser, neste caso, um fator predominante, pois, a composição da missiva não perde o que a constitui como uma prática.

Segundo Freire, a composição da carta deveria seguir uma estrutura básica, “todas as Cartas (reservando as de narração, e descrição) se dividem em quatro períodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça o respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se oferece o préstimo; e no quarto se deseja felicidades”¹⁰⁶. Com isso, o secretário deveria prestar atenção no amo, para quem trabalha, e para quem a carta estaria sendo escrita. Deste modo, aponta: sugestões, termos e expressões de engrandecimento, exaltações e congratulações, posto que, o secretário deveria observar quais seriam, no momento da escrita, as mais próprias e elegantes.

Neste caso, Freire reconhece que a produção epistolar é marcada por rebuscadas composições, “aqui se abre hum largo theatro ao engenho do Secretario principiante, para mostrar as suas idéias; porque depois de estar práctico nos quatro modos sobreditos, poderá desta cauzal extrahir com facilidade muitos, e novos princípios para a sua carta”¹⁰⁷. Com esta observação, Freire não anulava a criatividade do secretário durante a constituição da missiva, apesar de sua obra apresentar-se como um compêndio de regras, elas não necessariamente deveriam ser fixas.

Para as regras que regiam o comércio epistolar setecentista, defendido por Freire, eram necessários os seguintes aspectos: “respeito ao amo, a quem se serve; respeito das pessoas, a quem se escreve; ou acercadas matérias, de que se escreve”¹⁰⁸. Destes aspectos

¹⁰⁵ GÓMEZ, Antonio Castilho. op. cit. p. 23-24.

¹⁰⁶ FREIRE, Francisco José. op. cit.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

Freire estabeleceu dez regras¹⁰⁹, para serem observadas nas qualidades de um secretário; e conseqüentemente, na sua escrita, sendo as cinco primeiras os *predicados e perfeiçoens*, e as cinco últimas os *vícios, e imperfeiçoens, de que deve fugir* o secretário.

Entre as *perfeiçoens* estão o *Segredo*, a *Erudição*, a *Generalidade*, a *Reflexão* e a *Eloquência*. Para o *Segredo* Freire diz que o secretário deve conservá-lo, sendo: “o maior elogio, com que pôde deixar recommendada a sua memória”¹¹⁰, argumento proeminente para uma sociedade preocupada com a imagem que deveria ser preservada e guardada para a *eternidade*.

Para a *Erudição*, Freire traz um elaborado apontamento dizendo: “houve hum subtil engenho, que disse, que a Arte de escrever ensina hum maravilhoso segredo: o qual he, de pintar a palavra, fallar aos olhos, e dar cor, e alma aos pensamentos. Se isto convêm a qualquer escrito, quanto melhor convirá as Cartas, por meyo das quaes se explicaõ, e manifestaõ os conceitos aos auzentes?”¹¹¹. Essa reflexão contribui para analisarmos o valor da carta como um objeto que *levava* os ausentes aos lugares mais longínquos, assim, considerada como uma importante arte, dando *cor* e *alma* aos pensamentos. Portanto, observamos que não estamos tratando unicamente de cartas pessoais, mas, também da escrita de documentos responsáveis pela garantia de manutenção de sistemas de governo e, assim, confluindo a observação com os aspectos constitutivos da sociedade de corte, estruturada em valores e afetos que deveriam ser manifestados segundo uma rede de prestígios que precisava ser mantida ou adquirida.

A *Reflexão* entre as *perfeiçoens* serviria para o secretário refletir o papel do amo e para quem estava escrevendo e, com isso, analisar os modos com que as notícias estavam

¹⁰⁹ Segundo o artigo de Tiago Miranda, as dez regras citadas por Freire são baseadas na leitura que ele teria feito da obra do italiano Isidoro Nardi, pois a mesma divide os dez princípios primordiais em cinco virtudes e cinco defeitos: *Segretezza, Erudizione, Generalità, Riflessione, Eloquenza, Tardità, Ampliezza, Rigidezza, Ignoranza e Oscurità*. MIRANDA, Tiago C. P. Reis. op. cit. p. 46.

¹¹⁰ FREIRE, Francisco José. op. cit.

¹¹¹ Idem.

sendo materializadas na escrita, “quando houver de dar noticias de cousas presentes, será de modo, que na narração as adorne mas sem a mínima affectação: porque esta, como sabem os doutos, he o mayor vicio do escritor”¹¹², pois, o adorno era necessário, entretanto, sem exageros. A *Eloquência* completaria os conselhos para a composição de uma carta, já que era “precizo adornar huma, e outra com as flores da eloquência”¹¹³.

Entre os *Vícios* e *Imperfeições* que o secretário deveria fugir estavam: a *Demora*, a *Prolixidade*, a *Aspereza*, a *Ignorância* e a *Escuridade*. Para a *Escuridade*, Freire aponta que, “as Cartas, como expressoens de hum coração a outro, nunca se pode saciar de clareza”¹¹⁴. Com isso, reputamos a prática de escrita de cartas como um meio predominante para o circuito comunicativo entre os setecentistas, ocupando verdadeira importância na sua composição.

Não bastava apenas fazer da escrita um meio de informar. Nas correspondências do século XVIII observamos *marcas* do passado social e cultural de uma sociedade baseada em normas de etiqueta, como fio condutor e primordial das suas relações. Segundo Pesavento, “recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou”¹¹⁵. Assim, procuraremos sentir a sensível experiência de uma ação de governo – como o colonial – baseada na troca epistolar, intrinsecamente ligada e objeto de preocupação de uma sociedade cortesã.

Após a *Instrução Preliminar* em que a temática das cartas foi inserida, Freire propôs uma divisão para as missivas em três gêneros: *Demonstrativo*, *Judicial* e *Deliberativo*. Dentro dos três gêneros as cartas foram divididas em catorze tipos: (Demonstrativo) de *Parabéns*, de *Offerecimento*, de *Agradecimento*, de *Avizo*, de *Louvor*, (Judicial) de *Desculpa*, de *Justificação*, de *Queixas*, (Deliberativo) de *Pezames*, de *Recomendações*, de *Boas Festas*,

¹¹² Idem.

¹¹³ FREIRE, Francisco José. op. cit.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades*. p. 09. <http://www.chess.fr/cerma/Revue/indexCR.htm>. Acessado em 04/03/2004.

de *Consolação*, de *Exhortação* e de *Conselho*. Para cada tipo de carta, o autor elaborou uma introdução explicando a função daquele tipo, e depois organizou uma série de exemplos para as cartas com suas possíveis respostas.

Freire diz que as cartas denominadas como de *Avizo* carregam o objetivo principal de uma carta, ou seja, avisar, passar uma notícia adiante. “Por tanto, devendo ser a Carta hum Mensageiro, que exponha a outrem o nosso pensamento, e negocio, devemos logo no princípio captar a benevolência do amigo, e só podemos evitar em trás occasioens”¹¹⁶. Assim, uma carta de *Avizo* deveria observar seis qualidades: “brevidade, clareza, probabilidade, elegância, desembaraço, e propriedade”¹¹⁷, para que o secretário pudesse fazer de sua escrita um verdadeiro *mensageiro*.

Em meio aos exemplos sugeridos pelo autor, para as cartas de *Avizo*, a carta 19 é bastante interessante para pensarmos as relações dentro da sociedade de corte. Eis a sugestão de Freire para um aviso de retorno,

Dou a V. Excellencia parte em como, depois de huma taõ prolixa jornada, cheguei hontem a esta Corte com feliz successo; e por este precizo acto da minha fiel servidão, reconhecerá evidentemente V. Excellencia, que nem a larga distancia, nem o dilatado curso de muitos annos me poderão fazer esquecer de V. Excellencia; e se em mim se deste tão indigna acção, offenderia gravissimamente as invioláveis leys da amizade, que V. Excellencia me professa, e também as da gratidão, pelos muitos beneficios que a sua natural benignidade me tem feito¹¹⁸.

Dentro de uma mensagem que tem como proposta essencial avisar um retorno, percebemos deleites de etiqueta e valores continuamente lembrados dentro da vida cortesã. Pois, a *fiel servidão* não é esquecida nem pela *larga distancia* e, sim, constantemente, lembrada pela *gratidão* conferida ao superior. Observamos, como analisou Norbert Elias, a sociedade de corte é fortemente marcada por redes de interdependência¹¹⁹.

¹¹⁶ FREIRE, Francisco José. op. cit.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ ELIAS, Norbert. A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 29.

Freire encerrou sua obra com a apresentação de um *Formulário de Tratamentos muy necessario ao Secretario portuguez*. O autor esclarece que o secretário deveria saber o devido tratamento que pertence a cada pessoa da hierarquia *Ecclesiastica* e da hierarquia *Secular*. Freire sugere palavras de tratamento e algumas propostas de encerramento para as correspondências. Junto com a formulação de tratamentos o autor também apresenta um *Formulário de Sobrescritos*, dizendo “fechará o Secretario a Carta em meya folha de papel da mesma qualidade. Por lhe há Sineta, que será pequena, se a pessoa for superior, mayor alguma coisa, se for igual, e grande, se for inferior”¹²⁰, marcando as hierarquias. Porém, a questão dos sobrescritos não será levada em consideração na análise das cartas coloniais.

Após a publicação do *Secretário Portuguez*, em 1745, a obra foi reeditada em 1759, 1786 e 1801, tamanha sua repercussão e relevância entre os lusos. Além desta obra, Freire publicou outras que mantinham esse aspecto de tentar instruir e *esclarecer* os portugueses, culminando com a política do marquês de Pombal.

Entre as obras, o autor publicou o *Diccionario Poetico – para uso dos que principião a exercitar-se na poesia portugueza: a obra igualmente útil ao Orador Principiante*¹²¹, argumentando ser útil e novo, jamais tratado por algum outro escritor europeu. O dicionário foi composto por expressões com os significados e exemplos de emprego em poesias de renome na época. Segundo Freire, “todos os dicionários esperão por este beneficio; o de Moreri, o de Calepino, e outros muitos começáraõ a correr pobres ribeiros, e com o tempo engrossando em cabedaes, fizeraõ-se rios: o mesmo pode succeder a este, no caso que se julgue em nós tanto merecimento próprio, quanto foi o desejo de ajudarmos o estudo alheio”¹²². O autor destacava a pretensão de contribuir com a educação lusa.

¹²⁰ FREIRE, Francisco José. op. cit.

¹²¹ O exemplar foi consultado na Biblioteca Nacional, com edição de 1820, contento o seguinte comentário na capa: “Terceira impressão correctã, a augmentada com mais de mil frases, cujas vão em letra differente”.

¹²² FREIRE, Francisco José. *Diccionario Poetico – para uso dos que principião a exercitar-se na poesia portugueza: a obra igualmente útil ao Orador Principiante*. Edição de 1820. p. 30.

Outra obra composta por Freire foi *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*¹²³. No contexto das mudanças empreendidas para a educação, as discussões em torno da temática da língua portuguesa foram muito recorrentes, em uma junção com a proposta da obra de Freire. O objetivo do livro, apontado pelo autor, era dar “á Mocidade Portuguesa reflexões mais judiciosas, e eruditas em um argumento tão importante, qual é o de fallar e escrever com propriedade, pureza, e correcção”¹²⁴. Freire ainda lembrava a importância de seu escrito, dizendo: “visto não haver até aqui em Portuguez um único tratado, que instrua theoreticamente aos Escritores principiantes a usarem da nossa linguagem com a correção, e energia que lhe é devida”¹²⁵.

Evidenciamos citações e observações para refletirmos a acuidade do escrito, dentro de uma *política de escritura* que tinha nas missivas o *intercâmbio* entre os distantes. Assim, resolvendo questões de amizade, de família, de amor, ou seja, de cunho privado-pessoal, entretanto, não apenas, mas, também a sustentação de sistemas de governo mantidos a distância, nas relações entre metrópole e colônia.

Neste ambiente de ânimos exaltados, de propostas de mudança, onde a intenção era *iluminar* Portugal, uma outra publicação teve grande proeminência. O oratoriano Luis Antonio Verney publicou em 1746 o *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*¹²⁶. Verney também era conhecido como Barbadinho, epíteto no qual assinou a autoria do *Verdadeiro Método de Estudar*. A obra foi publicada primeiramente em Nápoles, depois em Valença e a terceira edição em Lisboa, todas do ano de 1746¹²⁷.

¹²³ Exemplar também consultado na Biblioteca Nacional, com edição de 1842, publicado com algumas anotações pela *Sociedade propagadora dos conhecimentos úteis*, de Lisboa.

¹²⁴ FREIRE, Francisco José. *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Edição de 1842. p. 4.

¹²⁵ Idem. p. 1.

¹²⁶ A edição pesquisada foi organizada e comentada por Antonio Salgado Júnior, editada em 1946. A ortografia e a gramática foram revisadas por Salgado, segundo ele, com o argumento de facilitar a leitura do *individuo comum*.

¹²⁷ A maior parte da historiografia atribui ao ano de 1746 as três edições, porém, algumas pesquisas atribuem o ano de 1747 a publicação em Lisboa.

O *Verdadeiro Método de Estudar* é composto por dezesseis cartas. E como apontou André C. Rocha, “o artifício que consiste em ‘fingir’ a forma epistolar é de todos os tempos, (...). Sem ele, contudo, não teríamos hoje o Verdadeiro Método de Estudar (...)”¹²⁸. As dezesseis cartas possuem uma abrangência ricamente variada, e na divisão nomeada por Salgado Júnior são as seguintes: Língua Portuguesa, Gramática Latina, Latinidade, Línguas orientais, Retórica, Poesia, Lógica, Metafísica, Física, Ética, Medicina, Direito Civil, Teologia, Direito Canônico e Regulamentação geral dos estudos – e compreensão pela reprodução da versão francesa *Sinopsis primi tentaminis pro Litteratura scientiisque instaurandis* apud. Lusitanos.

A obra inicia atribuindo grande valor para a escrita de cartas e ao estudo da língua portuguesa. De acordo com Verney, uma das principais necessidades e objetivações para a publicação, seria porque lhe parecia “racional para formar homens que sejam úteis para a Republica e religião, o que coisa se pode mudar, para conseguir o dito intento”¹²⁹, ou seja, proporcionar aos responsáveis pela administração uma melhor educação, inserida nas novas idéias circulantes.

Na introdução ao estudo da língua portuguesa, Verney diz que,

A Gramática é arte de escrever e falar corretamente. Todos aprendem a sua língua no berço; mas, se acaso se contentam com essa notícia, nunca falarão como os homens doutos. Os primeiros mestres das línguas vivas comumente são as mulheres ou gente de pouca literatura, de que vem que se aprende a própria língua com muito erro e palavra imprópria, e, pela maior parte, palavras plebéias¹³⁰.

Com isso, insistia, enfaticamente, no ensino do português aplicado em um sistema educacional que oferecesse suportes para o alcance do *falar e escrever* bem.

A Retórica é um aspecto emblemático nos escritos de Verney e que interessa para a análise que nos propomos com as correspondências coloniais. Nos alvitre das reformas

¹²⁸ ROCHA, André Crabbé. op. cit. p. 26-27.

¹²⁹ VERNEY, Luis Antonio. op. cit. p. 17.

¹³⁰ Idem. p. 26-27.

pedagógicas¹³¹ falava-se de uma *nova retórica* que enquadrava o *falar bem*, proporcionando aos administradores lusos a constituição de um discurso de poder, para que os interesses fossem alcançados e para que as propostas convencessem – na política pombalina de *remexer* Portugal, superando o atraso cultural e econômico. O argumento de Verney no *Verdadeiro Método* era que, “sendo a Retórica arte de persuadir tinha lugar em todo discurso que seja proferido com este fim”¹³², por isso, deveria ser de domínio dos homens públicos.

Segundo o *Verdadeiro Método*, desde um discurso proferido no púlpito até a composição de uma carta, ou seja, todo o exercício da língua, necessitaria de direção retórica para ser convincente. “O Retórico não tem cores com que imitar a natureza, como o pintor; mas tem palavras para imitar aquelas que profere um homem dominado da paixão que ele quer persuadir; e, como estas paixões tenham diferenças caracteres, é necessário que se sirva de diferentes para as exprimir”¹³³. Observa-se a ênfase dada à retórica, assim como, a diversas áreas do conhecimento propostas na obra. Pois, o homem responsável pela condução de uma nação deveria ser culto, saber usar as palavras, sejam elas escritas ou faladas, para convencer, assim, Verney alertava para as devidas qualificações que um governante deveria possuir. Tais preceitos estavam *atrelados* em um projeto maior, que os defensores do Iluminismo propunham – modernização, racionalização e secularização. Segundo Silva, o pedagogismo defendido no Iluminismo tinha como preocupação a formação do próprio rei, como de seus colaboradores¹³⁴.

Para Maria Elisabeth Carvalho, que analisou o *Verdadeiro Método*, a temática da arte de persuadir é abordada por Verney como indispensável às relações humanas, deste modo, as formas de expressões escritas ou faladas precisavam de método, ou seja, de condução retórica.

¹³¹ Para Ana Rosa Cloquet da Silva, entre as principais frentes empreendidas pelo novo modelo educacional encontrava-se esta idéia de *nova retórica* acompanhada das ciências físicas e naturais. Assim, para promover este ensino, novos livros foram adotados, entre eles, a obra de Verney foi um exemplo. SILVA, Ana Rosa Cloquet da. op. cit. p. 18-19.

¹³² VERNEY, Luis Antonio. op. cit. p. 62.

¹³³ Idem. 72.

¹³⁴ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. op. cit. p. 02.

A autora diz que as resultantes pedagógicas da obra foram a “indicação de que, para persuadir, é preciso excitar paixões. Para nós isso é motivação. É preciso encontrar receptividade no ouvinte, para isso, necessários se faz atingir seu ‘nível de aspiração’”¹³⁵.

Verney aos vinte e três anos migrou para a Itália, permanecendo entre os italianos até sua morte em 1792. Da Itália difundiu seu pensamento, graças a sua influência política com o marquês de Pombal. Verney, segundo as pesquisas de Luis Cabral Mancada, representou o Iluminismo italiano, que era, “essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista”¹³⁶.

De acordo com uma consciência de época, Verney sentia-se um instrumento que deveria contribuir para mudar Portugal. Assim, da Itália desempenhou esse papel, com o aval da política pombalina. Com isso, enfatizava o estudo como uma das *peças chaves* para a formação de uma nobreza letrada e *iluminada*. Nas palavras de Antonio Alberto de Andrade, “tudo isso faz com que o Arcediago de Évora tenha sido sempre e continue a ser pomo de controvérsias, motivo de contradições, porque lídimo representante de um tipo de cultura revolucionária, iconoclasta, irreverente”¹³⁷. Verney defendia a concepção de que o rei deveria ser cercado por consultores e ministros, estudiosos e envolvidos nas novas correntes das idéias, incumbindo aos pensantes apontarem as melhores soluções.

Com as propostas inseridas pela publicação do *Verdadeiro Método*, Verney, assim como Pombal, reconhecia nos jesuítas os males que pesavam sobre Portugal, dentro de uma reflexão que já desenvolvemos anteriormente, de que a repulsa aos jesuítas envolvia distintas questões, e não só os assuntos pedagógicos. A historiografia aponta que Verney temeu um *conflito aberto* com os jesuítas, o que teria sido um dos principais motivos por ele ter

¹³⁵ CARVALHO, Maria Elisabeth Cadete C. *Verney e o Verdadeiro Método de Estudar*. Cornélio Procópio: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, Dep. de Pedagogia, 1970. p. 29.

¹³⁶ MANCADA, Luis Cabral. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luis Antonio Verney*. São Paulo: Saraiva & C., 1941. p. 12.

¹³⁷ ANDRADE, Antonio Alberto de. *Verney e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1965. p. 451.

permanecido na Itália. Verney na introdução da obra foi muito cauteloso nesse aspecto. “Mas, porque poderá ler esta carta algum importante ou malévolo, que entenda que eu, dizendo o que me parece dos estudos, com isso digo mal da Religião da Companhia de Jesus, que neste Reino é a que principalmente ensina a Mocidade, devo declarar que não é esse o meu animo”¹³⁸. Talvez, Verney estivesse se precavendo de críticas e perseguições, tentando não atacar diretamente os jesuítas.

As idéias defendidas no *Verdadeiro Método* iam de encontro aos jesuítas. Entretanto, estes não pouparam críticas a Verney, embora estivessem em uma situação bastante complicada, com as restrições em relação ao ensino e depois com a expulsão. Para Falcon

em sua essência mais íntima, a tempestade desencadeada contra o *Verdadeiro método*, sob a liderança jesuítica, comprova que o *Barbadinho* tocara em pontos cruciais dos hábitos mentais, dos interesses institucionalizados, e, principalmente, da ideologia dominante. As inovações filosóficas e os progressos científicos estavam prestes a tomar de assalto o velho reino¹³⁹.

Assim, o principal inimigo não era propriamente Verney, mas, “o movimento ilustrado”¹⁴⁰. As críticas eram recíprocas, cada qual defendendo seus interesses e convicções.

Maxwell diz que nas reformas educacionais, “Pombal inspirou-se diretamente, o que não é de surpreender, na recomendação dos antigos inimigos dos jesuítas, em especial em Luis Antonio Vernei, nessa altura consultor pago do governo português”¹⁴¹. Verney reivindicava para si o papel de conselheiro e mentor do regime pombalino, com a finalidade de iluminar a nação¹⁴². A presença de Verney nas reformas do marquês é uma questão pertinente entre a historiografia. Porém, o fato de ser *oficialmente* um consultor e receber um bom pagamento, para seu serviço, é um ponto de controvérsias. Muitas epístolas de

¹³⁸ VERNEY, Luis Antonio. op. cit. p. 21.

¹³⁹ FALCON, Francisco José Calazanas. op. cit. 337.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ MAXWELL, Kenneth. op. cit. p. 104.

¹⁴² MANCADA, Luis Cabral. op. cit. p. 33.

Barbadinho para amigos em Lisboa, estão repletas de reclamações em relação aos pagamentos, como na correspondência enviada ao padre oratoriano Joaquim de Foyos¹⁴³,

Tive largas promessas de prêmios, e de renda, e ajudas de custo, e vieram recomendações repetidas aos Ministros para me darem um conto de réis sobre os Benefícios do reino que ca se provessem. (...) Escrevi entam de pisa ao Marques de Pombal, que tendo-me o rei D. José prometido de me pagar a impresam de todas as minhas obras (...) Mas o Marques não respondeo nada, e somente me nomeou pouco depois (Carta regia de 13 de abril de 1768...) secretario Régio para servir a Corte com o Marques Almada que entam tornou para cá. (...) Enfim Deos não quis que eu iluminase a nosa nasâm e eu me conforto com a sua vontade. (...) Perdoe-me este desabafo, e esta longa carta, porque não me podia explicar em menos e Deos guarde V. R.º largos anos¹⁴⁴.

Apreendemos nas reclamações de Verney o realce que atribuiu ao descaso com os seus soldos, e talvez, sua desolação por quicá não ter conseguido seu principal intento – *iluminar* Portugal.

Além do conflito com os jesuítas, Verney foi um grande crítico da obra de Francisco José Freire, apontando-o como pouco criterioso e desvalorizando-o. Andrade traz no seu livro uma carta de Barbadinho, denominando-a como se fosse a décima sétima do *Verdadeiro Método*, uma longa carta dirigida a um amigo não identificado, tendo como subtítulo *Idéia de uma tradução boa*. Na missiva escrita de Roma, Verney crítica Freire,

No tocante as Belas Letras, que compreendem Poezia, Retorica, e Oratória, e Istoría, tu não negas, que ca se-sabem bem, e o-comprovam os livros, que nestas matérias se-tem composto e imprimido. Também não podés negar, que la nenhum moderno tem composto livros iguais a estes (precindo de alguma coisa da Academia, de que logo falarei) Estrangeiros. Queres somente, dizer, que las muitas sabem estas matérias também como ca. Deves-me poreu provar isto ou com os livros, que dam preceitos; ou com os que os-executam. Dos Preceitos é evidente, que artes Poéticas, e Retórica, la nam as-à. A que fez o Candido Luzitano é uma cópia mal extrouxada de alguns livros Estrangeiros. Na verdade é o menos mau; mas está muito longe de ser auto, e de tratar bem a matéria, que escreve. E este, que tem defeitos essenciais,

¹⁴³ A historiografia portuguesa levanta interrogações para as cartas enviadas por Verney a Foyos. Para Andrade, “os correspondentes da carta do Padre Foios e das epistolas a Francisco de Almada, não foram esses personagens, mas sim o Padre José de Azevedo e o Ministro Aires de Sá”. ANDRADE, Antonio Alberto de. op. cit. p. X. Entretanto, esta problemática foge aos âmbitos desta proposta de pesquisa. Pois, interessa-nos as reclamações de Verney para pensarmos sua atuação no governo de Pombal, e não propriamente os *reais* destinatários das correspondências. Assim, ressaltamos a questão porque para outras perspectivas de estudo pode ser relevante.

¹⁴⁴ Carta de Luis Antonio de Verney a Joaquim de Foyos. Roma, 08 de fevereiro de 1786. ANEXO. Aput. MANCADA, Luis Cabral. op. cit. p. 146, 148 e 149.

*não faz pouco no que faz, mas não se-pode chamar Retórico, ou Poético. E bem se-ve no livro que publico de cartas, traduzidas das mais ridículas Italianas, como ele pensa, e como sabe que coiza é escrever cartas*¹⁴⁵.

Argumentamos que embora ambos apresentassem como proposta o *novo* para Portugal, como *homens das letras* de uma época, não deixaram de criticar-se mutuamente, na busca por conquistar um nome na memória lusa, para uma sociedade de corte setecentista de ostentações.

Para Salgado Júnior, o *Verdadeiro Método* é, essencialmente, a obra de um pedagogo¹⁴⁶. Segundo as análises de Falcon a proposta de ruptura que a publicação da obra trouxe para o início da ilustração em Portugal, não foi tudo. Pois, é preciso olhar o *Verdadeiro Método* sobre um pano de fundo que, “lhe dá significação plena – a defasagem mental portuguesa, o isolamento, a intolerância religiosa e intelectual”¹⁴⁷. Com isso, ponderamos a obra de Verney entretida com o pedagogismo, que tinha uma preocupação fortemente amarrada entre *ensino e política*, em um contexto português requerente de mudanças.

O ambiente luso setecentista contou com a atuação de *homens letrados* propondo alterações para o mundo social e cultural, atribuindo aos seus escritos uma *força* de mudança. Dentre todos os engajados, tivemos Freire que propôs aos portugueses atuantes como secretários¹⁴⁸, um melhor relacionamento com escrita, já que a comunicação era com base na arte da escrita. Freire apresentou-se *umedeido* na leitura de estrangeiros, revelando esse inter-relacionamento e necessidade de Portugal. E como expoente luso da Ilustração, como é conhecido, Verney conseguiu com a publicação do *Verdadeiro Método* um marco, não no conteúdo que expõe, mas, principalmente no espírito que preconizava. Para um contexto que

¹⁴⁵ VERNEY, Luis Antonio. op. cit. p. 577.

¹⁴⁶ Salgado Júnior ressalta que as questões pedagógicas também estavam sendo discutidas em outras partes da Europa, como na Alemanha e na França. Porém, segundo sua abordagem a obra de Verney “quando olhada pelo aspecto das idéias pedagógicas que preconiza, a única correspondente ás inúmeras estrangeiras em que o problema pedagógico estava sendo debatido”. SALGADO JUNIOR, Antonio. Apresentação do *Verdadeiro método de estudar*, como edição organizada e comentada por Antonio Salgado. op. cit. p. XVI.

¹⁴⁷ FALCON, Francisco José Calazanas. op. cit. p. 341.

¹⁴⁸ Estamos nos referindo a obra *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*, pois, para a análise aqui referida é a principal obra de Freire.

já tinha armado a *fogueira* e que a publicação do *Verdadeiro Método* contribuiu, dentro dos aspectos analisados, para acender e fazer arder o *fogo* das propostas defendidas por Pombal, de *queimar* o atraso que permanecia entre os lusos.

Quando trazemos para discussão – estes teóricos do século XVIII – a finalidade não é encontrar evidências de suas propostas nas cartas aqui apresentadas para reflexão. Ou seja, identificar nas cartas do marquês do Lavradio, do marquês de Pombal ou nas cartas dos militares responsáveis pela segurança da colônia, traços das sugestões e apontamentos de Freire ou de Verney nos modos de melhor compor uma carta. A apresentação das discussões que perpassam o campo pedagógico do ensino da língua portuguesa e das melhores maneiras de escrever cartas, como representações da prática de escrita, se justificam na tentativa de pensar o governo colonial na sua relação com a escrita. Com uma política de escritura que na escrita epistolar comandava o *ir* e *vir* de um governo, de sentimentos e sensibilidades de homens representando o rei no ultramar – que na prática de escrita exerceram sua governamentalidade.

Quando assinalamos os escritos de Freire e Verney não temos a intenção de erguê-los como os responsáveis por gerenciar o pensamento da prática de escrita de cartas e da política epistolar no século XVIII. Mas, que *olhar* estes escritos permiti-nos *visualizar* e *sentir* o ambiente luso setecentista em que a escrita epistolar tem uma relevante importância, e que seu exercício merecia uma especial observação, atentando para alguns detalhes. Assim, pensando com Verney e Freire, com o que enunciavam segundo o que a época os permitia, a análise da prática de escrita de cartas, envolvendo o contexto colonial nos novos rumos empreendidos por Pombal, toma um sentido diferenciado. Não *lemos* nas cartas apenas dados e informações sendo trocadas, mas a prática de um governo, em que as cartas não são puramente um reflexo deste, mas fazem parte das formulações e exigências de uma sociedade de corte, dentro das intenções focadas para o governo colonial.

A apresentação dessa discussão também serve para nos ajudar a pensar esta relação com a escrita epistolar em suas dimensões discursivas de abordagem, de preservação da memória, da relação presença/ausência, da relação tempo/espaço, e na constituição de um *eu* destinado pelo rei para preservar o território e que *vive e morre*, segundo suas representações escritas, para a honra da coroa.

Idéias iluministas, reformas no ensino, expulsão dos jesuítas, política pombalina – homens que estavam presentes, contribuindo e vivenciando tais transformações, foram destinados para a colônia portuguesa na América meridional. Os administradores enviados para a colônia foram atuantes na consolidação e extensão das novas propostas do pensar.

Havia preocupações com a formação dos homens que conduziriam as propostas de aniquilar o atraso português, ainda que, as reformas pedagógicas fizessem parte dessa formação, isso “demandou uma ação mais ampla que, no plano externo, demandava a formação de representantes do Estado qualificados para a função”¹⁴⁹, ou seja, a formação ideal do homem público era uma das orientações das reformas pombalinas, segundo Ana Rosa Silva.

A política do marquês empenhou-se em criar uma *geração* ilustrada de administradores. Para Maxwell, “sua própria administração, ele a confiou a um grupo muito pequeno de colaboradores que incluía membros de sua família e parentes, alguns pequenos nobres e aristocratas ilustrados, como o morgado de Mateus e o marquês de Lavradio (...)”¹⁵⁰. Dentro desse contexto, Lavradio chegou a América portuguesa para ser governador da Bahia em 1768, e mais tarde, tornou-se vice-rei da América portuguesa, em 1769. Lavradio é um dos principais remetentes e destinatários das correspondências que serão analisadas. Ou seja, Lavradio chegou a América portuguesa, entrelaçado a política de Pombal, que seguia como

¹⁴⁹ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. op. cit. p. 8.

¹⁵⁰ MAXWELL, Kenneth. op. cit. p. 115-116.

meta: defender as fronteiras, povoá-las para garantir a defesa e fazer lucrativo tudo que na colônia fosse descoberto¹⁵¹.

Com isso, observamos que a proposta política para a colônia recebeu uma série de medidas. Segundo Boschi, “a Metrópole providenciava a reestruturação da organização dos corpos militares da Colônia, a fim de que estes, para além de cumprirem suas inerentes atribuições de cuidar de assegurar a ordem pública e defender o território, pudessem atuar subsidiariamente nas atividades tributário-fiscais”¹⁵². Pois, além de garantir a preservação da colônia, era necessário fazê-la render bens para a metrópole, tão desprovida de riquezas.

Após realizar estas considerações, dando espaço a alguns aspectos do contexto setecentista luso, no capítulo seguinte irei dar início à análise do objeto empírico aqui analisado, as cartas.

¹⁵¹ Idem. p. 126.

¹⁵² BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. In.: Tempo/Universidade Federal Fluminense/Departamento de História. vol. 7, n.º. 13, julho. Rio de Janeiro: Sette letras, 2002. p. 82.

A arte de governar na prática de escrita de cartas

Após a exposição levantada durante o primeiro e segundo capítulo, no qual abordamos as práticas de escrita e alguns aspectos políticos, culturais e sociais dos portugueses da segunda metade do século XVIII, envolvidos com o governo colonial, iniciarei a análise das missivas selecionadas como objeto empírico dessa dissertação, percebendo-as como uma prática, antes de tudo, política que fazia parte da arte de governar a colônia e que não apenas significava um exclusivo meio de comunicação.

Assim, lembramos a relevância do exposto na introdução deste trabalho, no qual realizamos apontamentos em torno da conservação e preservação das cartas, como objeto de estudo da História. Com isso, ressaltamos uma noção de arquivo como um lugar depositário de representações produzidas no passado, e que ao serem conservadas não estavam isentas de intenções.

Deste modo, o primeiro *debate* com as correspondências tem o objetivo de analisá-las como um cerimonial sociabilizado na sociedade de corte setecentista lusa.

A escrita de cartas como um cerimonial

A comunicação epistolar setecentista nos possibilita pensar sobre a realização do poder na prática de escrita de cartas, trocadas entre a colônia e a metrópole. O poder da corte atuava na colônia pela prática da missiva, que ia e vinha, com ordens e instruções, proporcionando a comunicação. Deste modo, o poder estabelecia ordens e formas para ser reconhecido, obedecido e referenciado.

Segundo Claudine Haroche, *comunicar* implica em conferir significado ao poder e ao prestígio, dentro da sociedade de corte e, através da comunicação são marcadas as distâncias entre súdito e rei¹⁵³. O *mostrar-se* seja pelo olhar, pelos corpos, pelos cerimoniais, e aqui acrescento pela prática de escrita de cartas, evidencia a troca comunicativa que exibia as relações de poder exercidas na colônia. Com isso, pensamos que a prática de escrita de cartas estrutura-se como um tipo de cerimonial, como um rito pertencente à vivência comunicativa dos setecentistas, destinado não apenas a comunicar/informar, mas também, a trazer as marcas do exercício do poder na arte de governar.

Haroche nos traz, nas discussões que levanta em torno dos cerimoniais e ritos da corte, que,

é conveniente dar significado ao poder e, para isso, mostrar, saber mostrar: persuadir, penetrar nas idéias, convencer, transmitir um saber que, nas cerimônias e nos rituais, dirige-se aos corpos, aos olhares e às almas apelando aos gestos, aos movimentos, às posturas, às expressões, mas também aos comportamentos, à etiqueta, às maneiras de corte. Nesse sentido, comunicar diz respeito à tradição retórica desde a Antiguidade, de sua finalidade prática: da ação oratória que faz do gesto um elemento de comunicação¹⁵⁴.

A escrita epistolar pode ser analisada por esse viés, pois, dentro da arte do governo colonial pode ser pensada como um *mostrar-se*, como um *estar presente*, para convencer, persuadir, e assim, garantir o poder no ultramar, convencendo os súditos da importância de suas condutas, para a garantia do território.

Em 30 de abril de 1776, Lavradio encerrou uma missiva endereçada a Martinho com as seguintes palavras, “*como V. Exa. sabe o que tenho e o de que necessito, e se estou em cazo de o precisar ou não, V. Exa. dará aquella providencia que lhe parecer mais justa, porque a mim só pertence o fazer as representações, e obedecer com todas as forças que tiver ao que me mandarem*”¹⁵⁵. Percebemos que por meio da carta o poder setecentista era invocado e colocado

¹⁵³ HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. São Paulo: Papirus, 1998. p.98.

¹⁵⁴ Idem. p.98.

¹⁵⁵ (*) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 30 de abril de 1776. p. 267.

em prática. Lavradio *mostra* suas ações e declara sua obediência diante do poder da corte. Pela composição de uma missiva o poder da metrópole *mostrava* sua atuação, já que no caso do governo colonial, precisava contar com a prática de escrita de cartas para convencer e persuadir.

Insisto em discutir e apresentar a escrita de cartas, entre os setecentistas, considerando-a como um rito, dentro da sociedade de corte, envolto em normas de etiqueta e valores. A composição das correspondências era conduzida pela sensibilidade setecentista e as informações trocadas, antes de tudo, apresentavam valores e honras em consideração ao nome do rei. Defendo, então, que a prática de escrita pensada dentro dos *sentidos* compartilhados entre os lusos, nos apresenta, segundo a leitura interpretativa aqui almejada, sensibilidades e subjetividades daquela sociedade e não apenas dados e fatos objetivos sendo trocados.

Com isso, mantenho a idéia de pensar a comunicação epistolar como um cerimonial, que dentre outras coisas, buscava exercer o poder. Nesta linha de análise, compartilharemos de mais um pensamento de Haroche: “o diálogo, o debate, a preocupação em *informar* verdadeiramente estão, no entanto, ausentes dessa comunicação; ocultaram-se diante do desígnio maior de organizar, de moldar, de *formar* e de *informar-se*, de fazer saber, de fazer crer, de dominar, de impressionar; em resumo, de governar no sentido literal do termo”¹⁵⁶. Assim, a análise que seguiremos das cartas não se importará se as notícias ou se os fatos narrados foram ou não verdadeiros. Nos interessaremos pela própria condução da escrita, em que o importante eram as garantias oferecidas aos administradores e militares, que se esforçavam para atuarem com sucesso. Deste modo, acreditamos que a escrita de cartas, como uma comunicação política, conferia significados ao poder. Na escrita, buscava-se dominar e impressionar dentro dos valores da sociedade de corte.

¹⁵⁶ HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 98-99. (grifos do original).

Com isso, buscamos compreender dentro do regime monárquico o governo colonial, pelo distanciamento da presença do rei nas relações com os seus representantes no ultramar. Tal constatação nos instiga a querer penetrar nas sensibilidades e sentimentos em que o poder político era mantido e, neste caso de análise, pelo *cerimonial* que envolvia a escrita de missivas. As cartas, além de meio de comunicação vigente, estavam regidas por normas e etiquetas da sociedade de corte. Propondo reflexões dos aspectos representativos, em que remetentes e destinatários representavam-se, assim como, a própria sociedade em que viviam.

Dentro da formação social da corte temos uma série de comportamentos sendo constituídos e, assim, a arte de governar era exercida com cerimoniais e etiquetas que os caracterizavam e marcavam as diferenciações de poder, atuando como uma função *simbólica* para a vida política dessa formação social.

Haroche dialogando com Elias, nos diz que, “é na perspectiva de uma antropologia política das posturas, das posições e das precedências que tentamos mostrar que gestos, sinais, signos, posições, cerimônias e etiquetas estão no centro da simbologia do poder do Antigo Regime (...)”¹⁵⁷. Assim, refletimos que a prática de escrita de cartas era também como um destes gestos, sinais, signos, cerimônias dentro da sociedade lusa setecentista, marcando uma simbologia de poder entre a corte e a colônia. Certos gestos, interesses, palavras, vontades iam compondo a troca epistolar, não apenas para informar, mas marcando ações de poder, condutas e valores, muito difíceis de serem separados entre o político e o privado, para os administradores que atuavam na colônia.

Mesmo que os estudos de Elias tenham sido voltados para a sociedade de corte francesa, citaremos um cerimonial de corte para exemplificarmos o que queremos dizer quanto defendemos a idéia de pensar a prática de escrita de cartas como um cerimonial de corte.

¹⁵⁷ HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 77.

Elias descreve um dos cerimoniais da sociedade de corte, que embora acontecesse em ambiente privado, tinha seu alcance estendido ao espaço público, onde eram marcadas posições diante do rei. Tal ritual era o *lever* do rei, ou seja, o despertar. Por volta das oito horas o rei era acordado por um primeiro criado que dormia aos pés da cama, em seguida, as portas eram abertas aos pajens. Neste momento era noticiado que o rei tinha acordado e algumas funções eram delegadas, o café da manhã era providenciado. Um empregado ocupava posição de posto na porta do quarto permitindo apenas a entrada dos que tinham esse privilégio, que seguia uma hierarquia bastante definida. Assim, seis grupos diferentes de pessoas tinham acesso, marcando as diversas *entrées*. Primeiramente, acontecia a *entrées familière*, acompanhada do primeiro médico e cirurgião, o primeiro criado de quarto e o primeiro pajem. Após, seguiam as próximas *entrées*, com os oficiais, os membros da nobreza, tudo em uma ordem que diferenciava as posições na hierarquia, seguindo regras precisas e revelando os sinais de prestígio¹⁵⁸. As ações eram bastante detalhadas, pois, “o primeiro criado de quarto segurava a manga direita, o primeiro criado de *garderobe*, a esquerda. Assim o rei vestia sua camisa. Então ele levantava de seu *fauteuil* e o *maître de la garderobe* o ajudava a afivelar os sapatos, prendia a espada, vestia os seus trajes e assim por diante”¹⁵⁹. Com isso, Elias afirma a acuidade da etiqueta como uma função simbólica muito importante, dentro dessa sociedade e dessa forma de governo.

Refletimos que o *lever* do rei era um cerimonial repleto de rituais que nos parecem sem sentido, mas que eram fortemente vivenciados e respeitados, marcando os lugares diante do rei. A partir desta reflexão, buscamos entender que a prática de escrita de cartas também pode ser pensada e/ou vista como um cerimonial. Mesmo que as cartas estejam repletas de informações desconstruídas e de posturas não realizadas, diante dos inimigos castelhanos, isso não nos compete discutir, mas sim pensar como a carta constituía-se dentro da sociedade

¹⁵⁸ ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte*. Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 100-101.

¹⁵⁹ Idem. p. 102.

de corte, entre os setecentistas lusos, como mantenedora de privilégios e garantias diante do rei, em um momento de atuação para a manutenção do que parecia ser a *panacéia* para os atrasos e riscos da sociedade portuguesa, ou seja, a preservação do território colonial.

Em 21 de fevereiro de 1776, Lavradio escreveu para Martinho de Mello e Castro. Nesta carta, Lavradio foi compondo sua escrita de maneira que podemos analisar o cerimonial envolvido na prática de escrita de cartas. O vice-rei no encerramento da epístola foi dando conta dos aspectos que envolviam o envio de uma missiva para a corte e que também deveriam fazer parte do cerimonial epistolar. Escreveu Lavradio,

As distancias são grandes; as viagens do mar muito incertas principalmente neste tempo, que é fim de monção para aquellas partes; eu obrei em os diferentes tempos conforme as ordens que de V. Exa. tenho recebido, o mais creio V. Exa. conhece excellentemente que não depende de mim¹⁶⁰.

Lavradio aponta para Martinho o cumprimento de suas funções, enviando as ordens recebidas, mas, declara os problemas que podiam interferir nas suas funções. Assim, percebemos que o cerimonial da prática de escrita de cartas estava suscetível às ações naturais, e, apontar tais ações nas cartas também fazia parte do ritual.

Lavradio, ainda escreveu, “*eu deixo ficar uma embarcação prompta para poder sair, logo que tiver noticia*”¹⁶¹. Pois, dentro do cerimonial epistolar não bastava escrever a carta, era preciso preocupar-se com o envio da mesma, dando conformidade e continuidade as ações resolvidas na corte para a colônia e da colônia para a corte.

Nesta mesma missiva, podemos visualizar a *movimentação* que envolvia o cerimonial epistolar. Lavradio escreveu,

Depois de ter partido a Fragata entrou uma embarcação da Colonia, com a noticia de ter chegado toda a tropa em muito bom estado, e da mesma forma todas as monições de bocca e guerra, com que novamente forneci aquella praça; as mais noticias são as que tenho tido a honra de repetir a V. Exa. já nesta carta¹⁶².

¹⁶⁰ (*) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 21 de fevereiro de 1776. p. 241.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem. Ao mencionar *Colonia* Lavradio estava se referindo a Colônia do Sacramento.

Percebemos toda uma agitação em torno do cerimonial da escrita da carta. No momento em que a carta estava sendo escrita, uma embarcação atraca no porto, trazendo uma nova carta, isso nos diz que novas notícias também estavam chegando. Assim, observamos que a escrita dava conta destes acontecimentos, acrescentando novas informações, caso fosse necessário, pois o restante, como apontou Lavradio, “*são as que tenho tido a honra de repetir a V. Exa. já nesta carta*”. Portanto, o cerimonial epistolar, com seus ritos, era evidenciado na escrita das missivas.

O sistema de governo colonial funcionou pela escritura epistolar, deste modo, assim como os diversos cerimoniais presentes na sociedade de corte, a escrita de uma missiva pode ser pensada como uma dessas práticas envolvidas em um ritual. O *cerimonial de composição epistolar* transparecia dor, sofrimento, alegrias, angústias, satisfações, pois, o destinatário deveria alcançar as caracterizações possíveis, descritas e sentidas no corpo do remetente quando as obrigações com o rei eram alcançadas ou estavam sendo postas em perigo, tudo isso pode ser percebido através do ato da escrita.

Lavradio, em 30 de janeiro de 1776, escreveu para Martinho informando o andamento das ações passadas no Rio Grande de São Pedro, devido aos conflitos de fronteira com os ibéricos. O vice-rei relatou as ações do comandante das tropas dizendo, “*ainda naquellê estado em que está e em que a tropa vae tão arriscada, que elle com o maior gosto está prompto para sacrificar a sua vida, pelos interesses de El-Rey meu Senhor e gloria do Estado*”¹⁶³. Nesta declaração de Lavradio observamos o *cerimonial de composição epistolar* sendo demonstrado, o sacrifício da vida, a dor em nome do rei estava sendo evidenciada, compondo assim, a escritura epistolar setecentista, nas trocas de missivas praticadas na arte de governar da política colonial.

¹⁶³ (*) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 30 de janeiro de 1776. p. 232.

Já sabendo da presença castelhana na ilha, em 19 de março de 1777, o vice-rei escreveu para Pombal dizendo,

Depois de penetrado o meu coração com este dolorozo golpe, animando-me de alguma forma com as cartas que recebi do General e Governador de Sancta Catharina da constancia em que estava aquella tropa e povo para defender-se; de esperar-me que ainda na cazo de se retirarem, o fizessem depois de uma vigorosa e regular rezistencia (digo) exemplar reziztencia. (...) eu confesso a V. Exa. que quando as li cuidei que o coração me rebentava, e não sei como tenho forças para poder fazer a V. Exa. uma similhante participação¹⁶⁴.

Neste *cerimonial de composição epistolar* podemos perceber que com a invasão do território o coração de Lavradio estava sofrendo as dores da perda da ilha, era o *dolorozo golpe* do não cumprimento dos objetivos da política colonial, de preservar as possessões ultramarinas. O vice-rei precisava cuidar para que seu *coração não rebentasse* e precisava encontrar forças para poder escrever palavras da tanta dor, ou seja, falar dos inimigos em território do rei. Assim, com expressões que misturavam dor, angústias, alegrias, sofrimento, o ritual que compunha uma carta era apresentado dentro das sociabilidades compartilhadas na sociedade de corte.

Em 19 de março, no mesmo dia em que Lavradio escreveu para Pombal, o vice-rei também escreveu para Martinho de Mello e Castro, dizendo,

deixo a compreensão de V. Exa. qual terá sido o desgosto e golpe, que tenha trespassado o meu coração; eu me sinto estalar e confesso a V. Exa. me parece impossível, que eu possa ter forças para poder ainda repetir um similhante acontecimento, muito mais quando este se não podia esperar¹⁶⁵.

Podemos perceber que mais uma vez Lavradio manifestava o sofrimento sentido por seu coração. O vice-rei necessitava representar este sentimento de dor, para ir dando conta de seus serviços no posto de maior representante do rei na América portuguesa. Com isso, observamos que dentre os diferentes objetivos de uma carta, ela também se apresentava como um espaço para manifestações de cerimoniais partilhados entre os setecentistas da sociedade

¹⁶⁴ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 19 de março de 1777. p. 301.

¹⁶⁵ Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 19 de março de 1777. p. 314.

de corte lusa. Tal missiva foi encerrada com as seguintes expressões “isto é o que nesta ocasião cheio de tanta magoa, se me offerece dizer a V. Exa”¹⁶⁶, ou seja, o vice-rei estava magoado, o seu coração sofria e, pelo cerimonial da escrita estes sentimentos atravessavam o Atlântico e chegavam até a corte.

A *troca de olhares* entre remetente e destinatários estava presente por intermédio da carta, requerendo a intensificação de sentimentos que faziam parte das práticas sociais e políticas desta sociedade. Pois, “dada sua estreita conexão com os roteiros de cada indivíduo, a comunicação epistolar representa uma das manifestações mais evidentes de escritura subjetivo e existencial”¹⁶⁷, por mais que as cartas, aqui analisadas, sejam qualificadas como oficiais, informando questões administrativas entre a colônia e a metrópole, elas trazem a presença da escritura subjetiva, assim, fazendo parte dos rituais e cerimoniais de corte.

Desde que assumiu o cargo de vice-rei da América portuguesa, em 1769, Lavradio constantemente manifestava preocupações com a conservação do território, seguindo os objetivos da política colonial, evidenciando as precárias condições de defesa da colônia. Em 26 de junho de 1770, o vice-rei escreveu para Pombal demonstrando essa preocupação, referindo-se ao território colonial disse,

*se para o defender assim como para conservar a gloria, e mais interesses do nosso Augustissimo amo bastar só a minha vida, esta me é só estimavel e a conzervo para a sacrificar gostosissimo, sempre que for necessario aos reaes interesses de Sua Magestade, por elles não só a perderei e tudo quanto tiver nome de meu, mas desejaria reproduzir-me mil vezes para em todas ellas offerecer o mesmo vaidoso, e honrado sacrificio aos reaes pez do mesmo Senhor*¹⁶⁸.

Lavradio, neste trecho, fez uso de jogos de palavras, e utilizando-se de artifícios de linguagem assumiu que estava no cargo de vice-rei para manter o território, e que para isso estava disposto a doar sua própria vida. Por mais distantes que estejam de uma *aparente realidade*,

¹⁶⁶ Idem. p. 315.

¹⁶⁷ GÓMEZ, Antonio Castilho. “Como o polvo e o camaleão se transformam” Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In. BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) et. al. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. op. cit. p. 18.

¹⁶⁸ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 26 de junho de 1770. p. 211-212.

as declarações escritas por Lavradio o constituíam como um homem setecentista, que compartilhava das condutas requeridas pela sociedade que fazia parte. Em sua representação epistolar visualizamos um exemplo de cerimonial setecentista, que fez uso das palavras para constituir-se como tal. Mesmo que o desejo de Lavradio em reproduzir-se “*mil vezes para em todas ellas offerecer o mesmo vaidoso, e honrado sacrificio aos reaes pez do mesmo Senhor*” fosse irreal, ele era necessário para manifestar uma vontade de presteza ao rei, reforçando um cerimonial mantido na escrita.

Repetimos uma citação de Francisco José Freire, da obra *O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas*, no qual o compêndio tinha o objetivo de “instruir o Secretario principalmente nas regras, que há de observar, para com respeito, e louvor sustentar o character de sua nobre occupação, e igualmente o da pessoa, a quem servir”¹⁶⁹, ou seja, para os sentimentos setecentistas compartilhados em torno da prática de escrita de cartas, não bastava saber escrever, era preciso: louvor, respeito, considerações, fazendo da composição de uma missiva um forte cerimonial da sociedade de corte.

A arte de bem governar passava pelo bom governo de si

Neste tópico, propomos pensar que na prática de escrita, trocada entre os setecentistas, temos a constituição política da arte de governar a colônia e a própria constituição de si, destes homens como administradores e representantes do rei no ultramar. A escrita de cartas, dentro da política colonial, atuava como uma *força*, uma construção, que constituía os administradores coloniais, nas suas defesas e interesses, não só públicos, como

¹⁶⁹ FREIRE, Francisco José. O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas.

também privados, dentro da sociedade de corte. Assim, pensamos a composição das cartas como um dos cerimoniais e como uma marca de etiqueta.

Em 1708, a obra *O governador de praças*¹⁷⁰ de Antonio de Ville Tolozano foi traduzida para o português, por exigência da corte portuguesa. A obra tornou-se uma importante referência para os homens que atuavam como governador nas praças lusas, segundo Salomon¹⁷¹. *O governador de praças* apresenta-se como um autêntico manual para resolver problemas de defesa do território. A obra também aborda as melhores condutas de um bom governador. Diversos conselhos e regras são exemplificados para garantir a um governador o domínio de sua praça, seja de mãos inimigas, como também, para a condução da população que habitasse a praça governada.

A obra, além do caráter militar, carrega noções de governo, vivenciadas entre os setecentistas na arte de governar, pois, para o período eram aspectos inerentes. Em nenhum trecho da obra, Tolozano menciona métodos referentes à conquista de uma praça. As discussões restringem-se a falar da defesa e, as propostas apresentam o intento de garantir o sucesso das ações defensivas.

No primeiro capítulo *Da eleyção de hum Governador, e dos requisitos que deve ter*, Tolozano, apresenta os valores de um governador e a abrangência de um cargo de governo. Para o autor, “o Governador na sua Praça representa a pessoa do Rey, da sua fidelidade, vigilancia, e valor depende a conservação dos moradores, do país, e da mesma Praça (...)”¹⁷². Com este apontamento, percebemos os sentimentos que conduziram as ações dos responsáveis pela administração colonial, ou seja, serem representantes do rei no ultramar, e sobre este valor mantiveram a política colonial, utilizando-se da prática de escrita de cartas.

¹⁷⁰ O título completo da obra é *O governador de praças, obra muyto útil, e necessária não só para os governadores de praças, mas também para todos os officiais de guerra, que quizerem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presidios*. Obra pesquisada na biblioteca Rio-Grandense.

¹⁷¹ SALOMON, Marlon. *O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, 2002. Tese de doutorado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. p. 23.

¹⁷² TOLOZANO, Antonio de Ville. *O governador de praças, obra muyto útil (...)*. Lisboa, 1708. p.1.

Por isso, o nome do rei era constantemente invocado nas correspondências. As atuações passadas na colônia recorriam à *presença* do rei como um resultante das ações, mesmo que as cartas circulassem entre os administradores e não diretamente com o rei.

Ainda na carta do dia 26 de junho de 1770, Lavradio escreveu “*mas senhor que importará perder a vida se se não ganhar o Estado, para que este se conserve com o glorioso nome de Sua Magestade, é que eu imploro a assistencia de V. Exa. para mim, como meio mais efficaz dos meus acertos*”¹⁷³. Neste fragmento, observamos que mesmo entregando a *vida*, Lavradio demonstrava que o principal objetivo era manter o território em mãos portuguesa, pois caso contrário, sua vontade de perder a vida em nome do rei não teria relevância. Deste modo, pedia assistência para combater os inimigos. Com isso, teria força *mais efficaz* para os seus *acertos*. Além de garantir a defesa do território, Lavradio precisava marcar os seus *acertos*, e disto, construir sua imagem de prudente representante do rei no ultramar. Assim, podemos refletir que juntas caminharam as idéias de conservação do território com a conservação de si, pois, o governo da praça, relacionava-se e exigia um bom governo de si mesmo. Lavradio não pretendia, identificando as fragilidades militares da colônia, relacionar fracassos militares com sua imagem de vice-rei, como maior representante do rei na América portuguesa.

A arte de governar para um governante do século XVIII passava pelo exercício de um *cuidado de si*. Era preciso manter em ordem a terra e os seus habitantes, especialmente, nos territórios coloniais. A literatura que circulava, neste século, abordando as condutas de um bom governador, articulava o bom governo do território com o bom governo de si. Assim, reforçamos a análise de pensar a prática de escrita de cartas como uma das etiquetas circulantes na sociedade de corte, deste modo, fazendo relação do bom governo do território com o bom governo de si. Segundo Claudine Haroche, mesmo sob perspectivas diferentes, os trabalhos de muitos pesquisadores que abordam o período, como Nobert Elias e Michel

¹⁷³ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 26 de junho de 1770. p. 211-212.

Foucault, nos dizem que o governo de si era “indissociável do governo dos outros, como um elemento central no desenvolvimento das formas políticas e sociais modernas das sociedades ocidentais”¹⁷⁴, indissociabilidade esta, que podemos perceber nas correspondências aqui analisadas.

Antonio Carlos Furtado de Mendonça recebeu uma carta de Lavradio, no qual o vice-rei comentava as ações de defesa que deveriam ser praticadas na ilha, quando os castelhanos se aproximassem. O vice-rei escreveu, “*isto porem se entende depois de se terem feito nessa Ilha a mais assignalada e exemplar reziztencia, tendo V. Exa. a certeza de que esta occasião poderá ser aquella que immortalize o nome de V. Exa., e encha a Patria e o Estado da maior gloria*”¹⁷⁵. Com este trecho, podemos refletir a relação existente entre o bom governo do território com o bom governo de si. Lavradio comunicava que a exemplar resistência deveria ser praticada, garantindo o território para o rei, porém, uma exemplar ação de resistência poderia ser a que imortalizaria o nome de Furtado diante dos serviços prestados ao rei. Ou seja, tanto a glória portuguesa quanto a de Furtado seriam alcançadas em uma única ação, no bom governo do território, diante de uma ideal defesa.

Refletimos que a prática de escrita, como uma das etiquetas da sociedade de corte, servia para além das necessidades comunicativas, servia também, como um meio auto-representativo de prestígios e comportamentos que os administradores lusos utilizavam. No exercício da escrita tanto se preocupava com os prestígios e reconhecimentos para o *eu governador* como com a administração da colônia, já que um dependia do outro.

Lavradio, em 20 de janeiro de 1770, comunicando a Pombal sua posse como vice-rei escreveu, “*tomei posse no dia 4 de Novembro de 1769, por satisfazer sem mais demora ás reaes ordens de Sua Magestade, sem embargo da minha saúde estar ainda naquele dia, pouco em estado de*

¹⁷⁴ HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 36.

¹⁷⁵ (*) 24 de fevereiro de 1777 - Cópia escrita por um auditor por ordem de Antonio Carlos Furtado de Mendonça, no qual são apontadas as providências que deveriam ser tomadas de acordo com Lavradio. p. 306-307.

*poder encarregar-me de um emprego tão trabalhoso, tão importante – e tão arriscado*¹⁷⁶. Lavradio mesmo doente colocou em primeiro lugar suas obrigações, tomando posse do vice-reinado e expondo sua presteza com o serviço real. O vice-rei reconhecia o importante passo que estava dando em sua carreira, por isso, referiu-se ao cargo como um emprego *tão arriscado*. Era o risco de conduzir uma boa auto-apresentação de si no cargo de vice-rei, diante das problemáticas de defesa encontradas na colônia, que ele mesmo foi discorrendo no desenrolar da carta. “*Cuidei logo em dar principio ás minhas obrigações, vendo as diferentes repartições de que se compõe este Governo, de que a V. Exa. vou dar a exacta conta que posso e o pouco tempo me permite (...)*”¹⁷⁷. O vice-rei apontava sua prudência como governador da principal colônia lusa, tomando providências para acertar na sua atuação como vice-rei e preservar o território dos invasores.

É muito apropriado ressaltarmos que, quando nos referimos a esse exercício da arte de governar ligada ao próprio cuidado de si, não estamos dizendo o *si* ou o *eu* dos administradores coloniais nas suas vidas, enquanto homens, diretamente, na sua biografia pessoal. Mas, entendemos esse *eu* nos postos ocupados dentro da sociedade de corte, e aqui analisadas na troca epistolar. “Todo esse conjunto de comunicações, trocas e relações sociais interindividuais entre governadores de capitanias, vice-rei e governadores de praças, de modo algum deve ser visto como um signo da crescente individualização em nossa sociedade; elas não definem ou constituem um eu privativo, mas são formas de intensificação das relações de si no domínio da vida política”¹⁷⁸. Compartilhamos da reflexão de Salomon, para reforçarmos a análise de abordar o *eu* dos administradores lusos nas suas ações dentro da vida política setecentista. Para isso, lemos as cartas para pensar as relações presentes na política colonial.

¹⁷⁶ (**) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de janeiro de 1770. p. 191.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ SALOMON, Marlon. op. cit. p. 67.

Portanto, ponderamos que o exercício do governo de si com a arte de governar, nas ações políticas da América portuguesa de preservar, conservar e ordenar o território foi sendo exercido e constituído na troca epistolar. As cartas na sua função de ir e vir, informando, noticiando, ordenando, carregaram as experiências dos setecentistas nos seus sentimentos de administradores coloniais, bem como, dos que escreviam de Portugal para a América.

A obra de Tolozano, vista como uma referência no período, traz vários trechos referindo-se as condutas necessárias para o bem governar, com idéias que apresentam o que um homem deveria possuir para ser considerado um bom governador. Como já citamos, antes de tudo deveria ser valoroso, mas não apenas isso,

por consequência izento dos dous vicios, que são os extremos desta virtude, a saber a temeridade, e a covardia. (...) Hum Governador deve ser prudente, seguro, que se não perturbe de cousa algũa, e de animo aos demais; que aonde for necessário mostre ousadia, e que saiba porém conservar a sua pessoa, como a Praça, sustentando-a em quanto puder, e se elle quer parecer, ha de ser no ultimo esforço, e na ultima resistencia, que na Praça se puder fazer¹⁷⁹.

Um homem/governador que demonstrasse prudência em relação ao seu próprio *eu*, teria assim, condições de bem conduzir uma praça para o rei, devendo sempre oferecer *animo aos demais*.

Em 03 de abril de 1777, Lavradio escreveu para Martinho declarando seu desgosto pelas notícias que dava à corte, acusando a perda da ilha para os castelhanos, disse, “*sendo-me já aquelle golpe quaze insuportavel*”¹⁸⁰. Era insuportável à idéia de ter em seu governo a mancha da perda da ilha relacionada a sua administração. Mas, Lavradio continuava, “*porém lembrando-me que não devia desanimar os povos, antes ao Contrario procurar animar a todos quanto eu podesse, me tenho revertido quanto posso de constancia, mas o meu semblante por mais esforços que faça não pode deixar de acuzar todos, a penetrante ferida que consterna o meu*

¹⁷⁹ TOLOZANO, Antonio de Ville. op. cit. p. 7.

¹⁸⁰ (*) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 03 de abril de 1777. p. 315.

*coração*¹⁸¹. O vice-rei na sua escrita foi relacionando dores físicas com a perda do território. A ferida que consternava no seu coração era a ilha que se encontrava em mãos castelhanas.

Embora, Lavradio declarasse desgosto e sofrimento, acima de seus sentimentos estava seu posto de governador, ou seja, mesmo no desespero, sua função era de *animar* os povos e mantê-los fortes nos compromissos com o rei. Relacionamos, assim, as atitudes de Lavradio de acordo com as declarações de Tolozano, posto que, um bom governador deveria ser corajoso e demonstrar ânimo aos demais. De tal modo, o ato de animar os súditos era um sentimento sociabilizado entre aqueles que assumiam um posto de governador, refletindo no bom governo do território e, conseqüentemente, no bom governo de si mesmo. Com isso, vamos ponderando que as cartas coloniais trazem junto às notícias e acontecimentos, as marcas da política colonial, os traços da sociedade de corte, os sentimentos dos homens setecentistas destinados a abandonarem a corte e partirem em direção as colônias com a função de garanti-las aos portugueses.

O sentimento de *animar* os demais era um aspecto bastante pertinente, o ânimo era um fator importante diante de uma situação de defesa. Mesmo com a presença castelhana diante da ilha, e percebendo a superioridade dos inimigos, o governador da ilha, Gama Freitas, escreveu para Lavradio,

*todas estas forças é uma parte tão insignificante para o grande poder que estes homens trazem, que continuando ainda os nossos corpos com o bom animo de que os acho, será qualquer pequena occasião de felicidade para nós digna de toda a memoria; se o braço omnipotente nos quizer socorrer, poderemos satisfazer os nossos espíritos (...)*¹⁸².

Percebemos que o governador reconhece o poder do inimigo, mas relatou em sua escrita que acreditava no *ânimo* dos súditos portugueses para a defesa e para que as ações fossem dignas de constituírem a memória lusa.

¹⁸¹ Idem. p. 317.

¹⁸² (*)Governador Gama Freitas para o marquês do Lavradio, 24 de fevereiro de 1777. p. 351.

Lavradio, antes de escrever para Martinho, escreveu para Pombal em 19 de março de 1777, apontando a importância de animar os súditos, mesmo diante de uma situação de perigo. De tal modo, escreveu, “*eu não posso fazer que animal-os, e de clamar pelo crédito e reputação das nossas armas, e conservação do Estado; e prestar-me comtudo quanto elles precisam e me requerem, para que não tenham motivo nenhum de desculpar-se*”¹⁸³. Do Rio de Janeiro apenas restava a Lavradio *animar* os súditos e *clamar* para que valorizassem o sangue português, assim, dizia oferecer tudo o que precisavam para que mais tarde não se desculpassem pela falta de ajuda.

Neste trecho, também podemos perceber como Lavradio cuida de sua imagem, mostrando que atendia os pedidos recebidos, *para que não tenham motivo nenhum de desculpar-se* e, o seu nome não fosse relacionado ao episódio da invasão. O vice-rei, em sua escrita, demonstrava preocupação com o território e também preocupações com o bom governo de si mesmo, assim, freqüentemente, ambas apareciam nas missivas produzidas por ele.

Após falar de ânimo e da conservação do território, relacionada com a própria conservação de si, Tolozano insiste na idéia de apresentar o governador afastado de vícios. Além da temeridade e da covardia, acrescentava que o governador deveria ser isento de Impiedade (devendo acreditar em Deus), livre de Avareza e da Gula, especialmente das bebidas. Para Tolozano, “por tanto se não deve fiar a guarda de huã Praça de hu homem, que se não sabe conservar a si mesmo, e deixa muytas vezes perder a melhor prenda que tem, o entendimento e a razão”¹⁸⁴. Não obstante, um governador não deveria perder a razão, diante das ações que deveria tomar no governo do território sobre seu domínio. Razão, enquanto prudência e segurança, para as atitudes que deveriam ser tomadas em situação de perigo. E

¹⁸³ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 19 de março de 1777. p. 301.

¹⁸⁴ TOLOZANO, Antonio de Ville. p. 9.

assim, perspicazmente, vão caminhando as relações entre o bom governo de uma praça com o bom governo de si mesmo, no controle das ações e decisões.

Quando relacionamos as citações de Tolozano com as correspondências aqui analisadas, não pretendemos encontrar evidências de uma na outra. Mas, sim refletirmos os sentimentos que acompanharam as cartas dos lusos, diante da defesa do território em perigo, com o pensamento pertencente à literatura circulante do período, que abordava questões que envolviam a arte de governar.

O governador da ilha de Santa Catarina, Gama Freitas, na mesma carta citada anteriormente, de 24 de fevereiro de 1777, ainda dizia para Lavradio: “*a situação em que nos achamos não é a mais feliz, mas o meu coração ainda tem constancia para sofrer golpes de maior penetração*”¹⁸⁵. Neste trecho, temos a exemplificação da dor física sendo sentida pelo governador diante da possível situação de derrota, a aparência de um coração que sofria o não cumprimento de uma vontade real de defesa do território. Na política colonial a distância era um fato pertinente, o que podia ser *apresentado ao olhar* era a escrita que carregava as aparências e as expectativas, segundo as regras de sociabilidade vividas entre os setecentistas. Se a ilha tinha condições de defesa, e os militares não agiram por medo ou qualquer outro motivo, não era o que estava sendo oferecido para ser *olhado*, mas sim, as dores e os sofrimentos diante da derrota, garantindo as aparências e as atitudes esperadas de acordo com os cargos que ocupavam.

Dentre as práticas conferidas aos membros da sociedade de corte, relacionadas a arte de governar, que pouco a pouco estamos abordando neste trabalho, uma outra prática ainda merece a nossa atenção. Estamos nos referindo ao momento de um luso ser recomendado para um cargo de governo no ultramar, pois isso, significava um histórico de vida dedicado ao serviço real.

¹⁸⁵ (*) Governador Gama Freitas para o marquês do Lavradio, 24 de fevereiro de 1777. p. 351.

Como viemos abordando, as qualidades de um bom governador, segundo a literatura da época, envolviam prudência, valor, responsabilidades, boas experiências de guerra e que tivessem gerado adequados rendimentos para a coroa, além de muita honra. Qualidades que eram mais esperadas entre os que seriam encaminhados para as colônias, pois na distância representariam o rei e suas ações.

Outro fator considerável para a escolha de um administrador eram as boas relações mantidas na corte, garantidas pelo *status* ocupado pela família. Estes fatores unidos compunham um certo tipo de reconhecimento. “A corte faz da aparência sua regra social. O respeito à etiqueta, à vestimenta, à palavra, à apresentação do corpo obedecem a essa mesma exigência de um reconhecimento coletivo. O perfume, o pó, a peruca produzem um corpo enfim conforme às expectativas do olhar social”¹⁸⁶. Segundo esta constatação de Jacques Revel, propomos pensar que a própria escrita de cartas, nas relações metrópole/colônia também estava ao dispor de um reconhecimento coletivo. Um reconhecimento que era requerido tanto na colônia quanto na metrópole. O que artefatos como o *perfume* e a *peruca* produzem em um corpo que estava sendo visto e analisado, a escrita epistolar vai *produzir* nos corpos distantes do *olhar* social da corte. O que estava escrito proporcionaria o *olhar* sobre os acontecimentos do além mar e, deste modo, constituindo a identidade – se é que podemos usar esse termo – dos administradores envolvidos na política colonial.

O pai de Lavradio era D. Antônio de Almeida Soares Portugal, 4º conde de Avintes e 1º marquês do Lavradio, título que recebeu por seus serviços prestados em Angola, de 1749 a 1753. Em 1760, foi nomeado vice-rei do Estado do Brasil, falecendo meses após ocupar o cargo¹⁸⁷. D. Antônio foi um homem de grande destaque nos serviços destinados ao rei. Com isso, apontamos que diversos aspectos da biografia do pai de Lavradio contribuíram para a

¹⁸⁶ REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In.: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (orgs.). História da vida privada, 3 – da Renascença ao Século da Luzes. São Paulo: Companhia da Letras, 1991. p. 197.

¹⁸⁷ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da casa de Lavradio. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 24, n.º 48, jul - dez, 2004. p. 303.

carreira do filho. Pois, estes aspectos *garantiram* ao marquês do Lavradio o voto de confiança pelo posto de vice-rei e o representavam como um modelo ideal para administrar a colônia¹⁸⁸. E como mencionamos no fim do segundo capítulo, o marquês de Pombal confiou dividir a administração de Portugal e das colônias, com um grupo pequeno de parentes, nobres e aristocratas, e destes, temos a presença de Lavradio.

Segundo os estudos de Fabiano Santos, o bom nascimento implicava na assimilação de certos valores que se ligavam à condição de nobre, como, “guerra, honra, ação, coragem, força, virtudes corporificadas em atitudes e até modos de vestir, indicativos do sentimento e da consciência de pertencer à nobreza”¹⁸⁹. Lavradio estava inserido nestas práticas sociais que o acompanharam durante seu governo praticado na América portuguesa.

Portanto, podemos observar constantemente nos escritos setecentistas uma preocupação com a própria imagem, um certo cuidado de si, já que os administradores buscavam garantir seus prestígios e nomes. A situação portuguesa, na segunda metade do século XVIII, era bastante problemática. Os nomes precisavam ser preservados e mantidos. Por isso, as ações na colônia eram delicadas, os escritos mereciam especial atenção, principalmente, com a ameaça castelhana.

Para que o território aparentasse ser bem governado, o governador deveria cuidar de sua imagem. Era necessário manter uma boa imagem de si, na relação com o outro. Entre as práticas da sociedade de corte mesclava-se a idéia do bom governo de si, como uma característica necessária, para o correto governo do território.

No livro *O governador de praças* Tolozano destina um capítulo para discorrer a respeito das capitulações. Começa o capítulo dizendo,

Eu estava na resolução de não escrever este Capítulo para dar a entender aos Governadores que nunca devem capitular, e que he esta a matéria que menos devem saber, e estudar; porém como pôde succeder que depois de hũa valerosa, e competente ditada defesa, o Principe queira que a Praça se rêda por algũas considerações, que a

¹⁸⁸ Idem. p. 306.

¹⁸⁹ Idem.

isso o poderãõ mover, e porque em fim falta o lugar, e a terra para se intrincheirar, ou já não tem soldados para se defender, ou lhe faltãõ as munições para atirar, ou as que servem ao sustento, achandose obrigado a capitular; direy aqui a ordem que deve ter antes, e depois da capitulaçãõ¹⁹⁰.

Durante todo o livro, Tolozano apresenta as melhores maneiras de se governar uma praça e defendê-la, apenas neste capítulo, destina um espaço para abordar as capitulações. Como vemos, a capitulação só deveria acontecer em último caso, após todas as tentativas de defesa terem sido praticadas. O que não ocorreu na ilha. Tolozano ainda discorre como deveriam ser os termos de uma capitulação e de como deveriam ser feitos os acordos com o inimigo. Além disso, de maneira muito cautelosa, Tolozano ressaltava: “este erro cometerãõ muitos Governadores pouco experimentados, que se infamarãõ a si, e à sua posteridade por não terem resistido quãto deviãõ (...)”¹⁹¹. Ou seja, o autor ressaltava o perigo de uma capitulação, a perda do território, e que a imagem e memória de um governador ficaria relacionado com o acontecimento. O que muitas vezes se retratou nas preocupações de Lavradio.

Quando o vice-rei entregou o cargo para Luiz de Vasconcellos e Souza, preparou um relatório para deixar ao seu sucessor. Muitos assuntos foram abordados e também alguns conselhos foram deixados. Apesar do tema da invasão ter sido muito pertinente na grande maioria das correspondências trocadas entre a colônia e a metrópole, no dito relatório, o assunto não foi tratado de maneira direta. Talvez, mais um indicativo da vontade de Lavradio de livrar seu nome da invasão. O episódio foi mencionado de maneira indireta e de forma bastante curiosa, referindo-se ao mau desempenho dos outros administradores/militares.

Ao referir-se a ilha, Lavradio relatou,

na ordem militar é este o estado em que estava aquella ilha; pelo que toca ao político e civil, o Governador e Ouvidor que alli haviam, cada um d’elles não cuidava mais do que nos seus interesses particulares, e de quererem proteger os seus favoritos, tinham diferentes disputas, dando-se-lhe pouco de muito que padeciam os povos, que eram miseráveis espectadores de um tão desordenado governo¹⁹².

¹⁹⁰ TOLOZANO, Antonio de Ville. op. cit. p. 444-445.

¹⁹¹ Idem. p. 445.

¹⁹² LAVRADIO, Marquês do. Relatório do Marquês do Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que sucedeu no vice-reinado. Revista do Instituto Histórico Geográfico

Neste fragmento, percebemos que o vice-rei aponta as dificuldades da ilha e que os povos viviam à mercê de maus governadores.

Outra citação considerável de Lavradio aludi-se aos regimentos militares e seus respectivos generais. “*Do regimento de Moura é seu Coronel Antonio Carlos Furtado de Mendonça; este oficial por ora está impedido, parece-me desnecessário fallar n’elle. Tem vago o posto de Tenente coronel*”¹⁹³. Antonio Carlos era o general das forças militares da ilha, na ocasião da presença castelhana. Quanto Lavradio escreveu “*parece-me desnecessário fallar n’elle*”, o vice-rei não pretendia tocar no assunto da invasão, pois neste momento os militares envolvidos no episódio já tinham sido condenados e estavam presos.

Assim, o vice-rei chega ao final do relatório sem fazer relação direta com o ocorrido em fevereiro de 1777, na ilha. Com as seguintes palavras o relatório foi encerrado,

*O que tenho tido a honra de repetir á V. Exc. n’este papel é o que me parece mais essencial, assim do estado presente d’este Governo, como do que n’elle pratiquei. Todos os meus desacertos os emendará V. Exc. com aquella sabia e prudente mão, que faz brilhar os seus grandíssimos talentos, e por este modo poderão os povos e V. Exc. terem, elles as maiores fortunas e utilidades e V. Exc. a gloria que eu lhe desejo*¹⁹⁴.

Apesar do relatório apresentar-se como um documento bastante extenso, a invasão não recebeu nenhuma citação direta. Lavradio não pretendia registrar em seu relatório os *desacertos* de seu governo. Mesmo porque, quando iniciou sua escrita declarou “*ser eu o primeiro que dou uma conta ao meu successor do governo que lhe entrego*”¹⁹⁵, e diante de um grande feito, como Lavradio demonstrava ser seu relatório, uma situação como a invasão não merecia espaço na memória que o vice-rei buscava construir de sua administração.

Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 16, janeiro de 1843, p. 409-486. (Artigo lido na segunda edição da RIHGB – Tomo quarto, de 1863) p. 416.

¹⁹³ Idem. p. 431.

¹⁹⁴ Idem. p. 486.

¹⁹⁵ Idem. p. 409.

Feitas tais considerações, iremos trazer para análise uma discussão articulada por Lavradio. O vice-rei, após a capitulação, promoveu uma série de discussões com o intento de encontrar culpados pelo acontecido em fevereiro de 1777¹⁹⁶, na ilha de Santa Catarina. Assim, perceberemos como essa discussão relaciona-se com os sentimentos e subjetividades da sociedade de corte, envolvendo a arte de governar, na sua relação entre o governo do território com o governo de si.

Em 10 de março de 1777, Lavradio escreveu para o marquês de Pombal, dizendo,

*Illmo. Exmo. Sr. – Cheio de afflicção que V. Exa. pode imaginar, vou nesta occasião á presença de V. Exa participa-lhe a noticia de haver chegado a Esquadra Castelhana ao porto de Sancta Catharina; remetto a V. Exa. a carta primeira que recebi do General daquella repartição (...)*¹⁹⁷.

Foram as primeiras linhas escritas para a corte comunicando a presença dos inimigos. O coração de Lavradio já se encontrava aflito, sentindo o que estava por vir nos próximos dias, pois, o vice-rei reconhecia as precárias condições do sistema defensivo da ilha.

Entendemos que a grande aflição do coração de Lavradio estava circunscrita à possibilidade de ser um membro recusado pela sociedade, uma vez que a perda da ilha para os castelhanos, durante seu governo, marcaria sua memória, não condizendo com as ações de um bom governo e/ou como um fiel representante do rei. De tal modo, o que mais lhe afligia era informar a corte tais acontecimentos. Eis como Lavradio encerrou a missiva que comunicava a chegada dos castelhanos, “*é o que nesta occasião se me offerece dizer a V. Exa., para o pôr na real presença de El-Rey meu Senhor, onde eu dezejaria poder fazer chegar noticias que fossem mais felices*”¹⁹⁸. Pois, comunicar a possível invasão do território, dentro das sociabilidades da política colonial, era uma das piores notícias.

¹⁹⁶ É preciso lembrar que o rei de Portugal faleceu no mesmo mês da invasão castelhana, ou seja, em fevereiro. O trono português passou a ser ocupado por sua filha, D. Maria I.

¹⁹⁷ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 10 de março de 1777. p. 293.

¹⁹⁸ Idem. p. 297.

Diante da situação de invasão, da perda do principal bem real que era o território, Lavradio precisava tomar providências que preservassem sua imagem de bom governador, afinal de contas, ele era o responsável por toda a América portuguesa. Neste ponto, observamos uma grande intriga que se desdobrou entre Lavradio e o chefe da esquadra portuguesa, Mac Dovall. Marcando, como apontou Elias, que,

a vida na sociedade de corte não era uma vida pacífica. Era grande a quantidade de pessoas restritas a um círculo de maneira permanente e inelutável. Elas se pressionavam mutuamente, lutavam por chances de prestígio, por sua inserção na hierarquia de prestígio da corte. Não cessavam os escândalos, as intrigas, os conflitos por posição ou favorecimentos. Cada um dependia do outro, todos dependiam do rei. Cada um podia prejudicar o outro¹⁹⁹.

Reiteramos, mais uma vez, que embora os estudos de Elias tenham sido voltados para a sociedade de corte francesa, fazemos uso de suas reflexões para a sociedade lusa, dando conta das devidas diferenças. Após a invasão, durante os procedimentos que pretendiam encontrar uma resposta para o que tinha acontecido, todos desejavam livrar seus nomes, todos eram culpados e ao mesmo tempo inocentes, como a leitura das correspondências nos faz supor. Neste jogo de perguntas e respostas, destinatários e remetentes, interessavam-se em desprender seus nomes da capitulação.

O que nos revela a análise do episódio é o que arriscamos dizer, os *valores sociais e culturais* dos setecentistas envolvidos na administração colonial, tendo como ponto de preocupação o não cumprimento da função primordial: a salvaguarda do território. A constante *aparência* dos escritos encontrados nas cartas, de oferecer a vida em nome do rei, não correspondeu com a *essência* das atitudes tomadas naquele fevereiro. O interessante, neste aspecto, foi o desencadeamento que Lavradio ofereceu a situação, que ponderaremos sem a intenção de encontrar evidências que fazem ou não de Mac Dovall o principal culpado pela invasão, mas, para pensarmos os sentidos que se estabeleceram, de acordo com o

¹⁹⁹ ELIAS, Norbert. op. cit. p. 120.

pensamento setecentista, para uma situação que colocava em risco as garantias – ou não – de privilégios na sociedade de corte lusa.

A administração de Pombal foi marcada pelo fortalecimento militar da colônia. Mas, a América portuguesa, com uma grande extensão territorial, não era um território fácil para tal empreendimento. Contudo, mesmo com ordens para reformar as fortalezas e aumentar as tropas, a ilha permaneceu fragilizada. As informações presentes nas correspondências acusavam contradições, e circulavam tanto notícias de otimismo, como dados que previam a derrota.

As instruções que apresentaram os planos tático-militares para a ilha chegavam de Portugal, passavam pelo vice-rei, e deste, aos responsáveis pela defesa da ilha. Em setembro de 1776, Pombal enviou o que ficou conhecido como as *últimas instruções sobre a ilha de Santa Catarina*. As instruções apresentavam inúmeras contradições. Ou seja, Pombal e seus colaboradores organizaram as instruções conhecendo da ilha o que as representações escritas os faziam conhecer, pelos enviados a colônia para relatar as situações das possessões no ultramar. Quando Mac Dovall respondeu as instruções para o vice-rei, sobraram críticas ao desconhecimento da *real* condição da ilha. As contradições alcançavam os próprios aspectos geográficos. Escreveu Mac Dovall para Lavradio,

É longe de toda a compreensão que motivo tem esta informação, que a Ilha de Sancta Catharina não tem agua para beber, quando o próprio nome da Ilha deve ser de mil fontes; nem se podem passar cem braças sem um rio ou fonte corrente de agua cristalina, o que basta para mostrar o pouco boa informação que tem a nossa Corte da situação da Ilha, Porto e Continente da Capitania de Sancta Catharina²⁰⁰.

Dovall, ao responder as instruções denunciava o desconhecimento das condições do território colonial.

Neste desencontro de informações e atitudes, o chefe da esquadra, ininterruptamente, alertava ao vice-rei das péssimas condições das embarcações. Enfatizando que miseráveis 14

²⁰⁰ (*) Roberto Mac Dovall para o marquês do Lavradio, 21 de novembro de 1776. p. 337.

embarcações não teriam condições de enfrentar as forças castelhanas, mas que seu valor de militar promoveria o possível e impossível para preservar a ilha. Dovall, na longa carta que respondeu as instruções, ainda escreveu,

eu acho a maior imprudência o pôr a nossa inconsideravel pequena Esquadra no sacco de uma bahia, para ficar até o inimigo entrar á sua vontade, com superior força, que infelivemente ha-de destruir tudo (...) eu torno a repetir que as fortalezas não valem nada (...) o Monarcha que tiver maior força pelo mar, sempre pode ser senhor da Ilha de Sancta Catharina²⁰¹.

Nestes modos, com ares de decepção e percebendo a derrota dos lusos, Dovall respondeu as instruções vindas de Portugal.

Logo depois da capitulação uma grande discussão foi desenrolada entre o vice-rei e Mac Dovall, em relação ao abandono da esquadra – não oferecendo ajuda as forças de terra presentes na ilha – para a preservação das embarcações. Lavradio criticou Dovall por ter abandonado a ilha, enquanto Dovall argumentava ter tomado tal atitude de acordo com as ordens que chegaram do vice-rei, agindo contra sua vontade de militar, porém, obedecia à ordens. Próximo ao acontecimento, Dovall escreveu novamente para Lavradio, dizendo que mesmo contra sua vontade, de abandonar a ilha, preservaria as embarcações, caso a superioridade castelhana demonstrasse que a resistência seria inútil, segundo as ordens que tinha recebido da corte e do vice-rei. Foi deste mando e desmando – após a invasão, nos procedimentos de averiguação do que tinha ocorrido – que Lavradio buscou encontrar o *escape* para a culpabilidade pela perda da ilha.

Em 20 de novembro de 1776, Lavradio escreveu uma carta extensa para o marquês de Pombal, informando os procedimentos realizados para garantir a defesa da ilha, ressaltando as contradições e apontando os problemas existentes. Os sentimentos pertencentes à sociedade de corte lusa, que deveriam fazer parte de cada português, foram ressaltados. Lavradio dizia,

²⁰¹ Idem. p. 336-337.

Eu não posso assegurar os nossos felices sucessos, porem o que me parece que posso certamente fazer a V. Exa., segundo o conhecimento que tenho, assim dos Officiais General – e o Governador da mesma Ilha, como dos demais officiaes que tem a tropa que a guarnece, e ainda dos mesmos soldados; que se os Castelhanos alli forem, não haverá um só Portuguez que não faça prodígios de valor, todos estão com tão boa vontade e tão rezolutos a darem a vida pela glória da pátria, e com tanta inveja dos felices sucessos que tiveram os seus camaradas²⁰², que a mim me parece, que se Deos continuar a abençoar-nos, fazendo cada um da sua parte o que deve, não conseguirão os Castelhanos o que desejam²⁰³.

Lemos que Lavradio reconhecia os problemas defensivos encontrados na ilha, mas ressaltava os valores e prodígios dos militares lusos para reaverem as dificuldades e realizarem uma gloriosa defesa. Do que apontamos como *dificuldades técnicas de defesa*, Lavradio relatou como esperanças, baseadas nos valores comuns aos setecentistas.

Observamos que o vice-rei mencionou os militares pertencentes às forças de terra, mas para falar das forças de mar, reservou uma outra parte da carta. Lavradio reconhecia as condições da esquadra dizendo “*pelo que toca porem á Esquadra visto a sua pouca força*”²⁰⁴, determinou que a mesma ocupasse uma posição de retaguarda, para atacar os castelhanos assim que estes aproximassem-se da ilha. O vice-rei declarou que tratava o chefe da esquadra como um amigo, embora recebesse ultrajes “*com umas demonstrações de ternura que não é próprio do seu character, nem da sua nação*”²⁰⁵, e assim, foi apresentando sua relação com Dovall.

Lavradio, após os comentários de *amizade*, mencionou a Pombal uma carta que tinha enviado para Mac Dovall, dizendo, “*meu Cheffe, V. Sa. é um estrangeiro, e não tem ainda tempo de conhecer a força dos termos da nossa lingua*”²⁰⁶. Neste trecho, encontramos uns dos

²⁰² Em 1763, alguns tratados foram assinados na Europa restituindo aos portugueses possessões no sul da América, mas os castelhanos não aceitaram devolver. Porém, em 1776 os portugueses organizaram ações militares e tomaram o Rio Grande de São Pedro.

²⁰³ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. p. 276.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Idem. Sem grifo no original.

importantes sentidos produzidos por Lavradio para o desdobramento dos acontecimentos nos momentos pós-invasão.

A missiva do dia 11 de dezembro de 1776, de Lavradio para Dovall, foi encerrada com as seguintes observações: “*V. Sa., de quem confio haja de ter sempre as mais proprias e acertadas, para conseguir para El-Rey meu senhor e todo Estado as maiores felicidades*”²⁰⁷. Dentro do cerimonial epistolar, formalmente, o nome do rei era invocado para encerrar as missivas, entretanto, neste trecho, também nos apresenta um outro sentido que supera as normas de tratamento obedecidas nas cartas. O rei foi citado para ressaltar que as ações praticadas na colônia tinham um objetivo maior, que era a pessoa do rei. Ao manifestar, *meu senhor*, Lavradio marcou claramente as distinções entre ele e Dovall, que embora trabalhasse para a corte portuguesa não alimentava pelo rei os mesmos sentimentos reivindicados por Lavradio.

Quando em novembro de 1776, o vice-rei escreveu para Pombal dizendo, “*não haverá um só Portuguez*”²⁰⁸ que não quisesse defender o nome luso, como percebemos nas missivas escritas antes da capitulação, ele não incluía Mac Dovall que era um irlandês²⁰⁹. Seguindo esta *diferença*, os escritos do vice-rei, pós-invasão, identificaram os motivos que talvez tivessem levado o chefe a abandonar a ilha, pois não nutria os mesmos sentimentos de obediência em nome da honra, como os lusos deveriam nutrir.

Lavradio escrevia para Pombal manifestando sua vontade de fazer felizes as ações passadas na colônia e que com elas “*se faça immortal o nome do nosso augustissimo soberano, e que a posteridade conheça o quanto também devemos a V. Exa*”²¹⁰, o *nosso* declarado pelo vice-rei abrangia os de sangue português, excluindo a pessoa do chefe. Reiteramos que as

²⁰⁷ (*) Marquês do Lavradio para Mac Dovall, 11 de dezembro de 1776. p. 341.

²⁰⁸ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. p. 276. Carta citada na página 102.

²⁰⁹ O chefe da esquadra portuguesa era o coronel de mar Roberto Mac Dovall, irlandês a serviço de Portugal, pois, na administração do marquês de Pombal foram convocados peritos militares estrangeiros para reorganizar as tropas da metrópole e da colônia. PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina*. Brasília, 1978. Dissertação de mestrado em História na área de Política Externa. Universidade de Brasília. p. 111.

²¹⁰ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. p. 276.

observações aqui levantadas estão inseridas nos sentimentos vivenciados na sociabilidade setecentista com as discussões que discorremos envolvendo as práticas da sociedade de corte.

Em 19 de fevereiro de 1777, afastando-se da ilha, depois de avistar a presença dos castelhanos, Dovall escreveu para Lavradio dizendo,

Se as minhas ordens foram para defender a Ilha de Sancta Catharina até a ultima extremidade, isto tenho feito sem a menor duvida até ao ultimo minuto da minha vida, porque o retirar do inimigo é bem contra o meu costume e agora muito mais me custa; a desigualdade é tão grande que nenhuma esperanças posso ter de vencer, e a menor desgraça que suceda a uma das da nossa Esquadra, é a certa perca de todas²¹¹.

Dovall, no momento em que se retirava da ilha, escreveu para o vice-rei declarando que sua ação seguia as ordens. Ao perceber a potência das embarcações castelhanas, em relação às problemáticas embarcações portuguesas, o chefe retirou-se do confronto, porém, sem antes deixar de registrar que agia conforme as ordens recebidas. Este *ir e vir de ordens e contra-ordens* marcou as relações do chefe com o vice-rei. Ainda, podemos perceber aqui, as diferenças marcadas pelos sentimentos compartilhados, Dovall, como estrangeiro, agiu e escreveu, conforme um contratado pelo rei português, enquanto que, as escritas de Lavradio são marcadas por sentimentos, diretamente, suscitados em nome do rei e do sangue luso.

Desta carta em diante permaneceram as acusações. Lavradio defendia-se dizendo que tinha ordenado ao chefe de permanecer na ilha para a defesa, e que teriam sido as más interpretações que o fizeram se retirar. Do outro lado, Dovall argumentava que contra sua vontade tinha abandonado a ilha para preservar a esquadra cumprindo as ordens do vice-rei, e agindo contra sua própria vontade e índole de militar. Assim, as cartas foram circulando com este *tom* de desentendimento entre os dois.

Mac Dovall, em 09 de março, quando se viu veemente pressionado a dar explicações por ter deixado a ilha, escreveu,

²¹¹ (*) Roberto Mac Dovall para o marquês do Lavradio, 19 de fevereiro de 1777. p. 344.

*agora só me resta pedir a V. Exa. que me declare, se approva ou desapprova a minha conducta na Esquadra, porque eu não sou capaz de continuar nem uma hora debaixo de reflexões, que eu em todo o tempo responderei pela minha conducta e obediencia, das minhas ordens a Sua Magestade que Deos guarde, e pela falta de próprias forças não posso eu ser responsavel*¹².

Dovall demonstrava bastante irritação com as acusações que vinha recebendo. Ainda escreveu, “*nem tomei eu a opinião dos meus camaradas, para me livrar em alguma parte de ser responsavel pelo governo desta esquadra; nem dei eu mais forças aos pareceres dellles, somente me confirmo que eu tenho feito a minha obrigação como devo, tanto no espirito como na prudencia, e na justa observação das ordens que recebi e obrei como devia*”²¹³, apontando mais uma vez que assumia a responsabilidade por ter se afastado da ilha, mas, que sua atitude foi segundo o recebimento de ordens superiores. Dovall, manteve esta posição em todas as cartas aqui analisadas, deste modo, procurava se livrar da culpa pela perda do território, argumentado que mesmo sendo a majestade de Lavradio (*Sua Magestade*), sua conduta tinha sido de obediência, pois representava os lusos na chefia da esquadra.

Lavradio escreveu inúmeras cartas para a corte explicando a capitulação. Nas cartas procurava manter e conservar a imagem de bom governador, “*o zelo que eu tenho pelo serviço de El-Rey meu senhor, a pureza com que devo fazer chegar a verdade á sua real prezença, é que me obrigam a explicar-me com tanta liberdade*”²¹⁴, expressando sua correta postura como representante do rei. A *liberdade* explicada por Lavradio justificava sua impetuosa ação de acusar Dovall, dizendo, “*elle foi a origem e cauza principal da perda da Ilha, por se não querer sujeitar a couza nenhuma que se lhe ordenou*”²¹⁵.

Como percebemos, diferentes sentimentos mesclaram-se na tentativa de encontrar um culpado para o sucesso castelhano. O desenrolar do acontecimento permitiu que diversos

²¹² (*) Roberto Mac Dovall para o marquês do Lavradio, 09 de março de 1777. p. 354.

²¹³ Idem.

²¹⁴ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 02 de junho de 1777. p. 93.

²¹⁵ Idem. p. 94.

sentimentos sociabilizados entre os lusos, e não lusos como Dovall, também em relação à política colonial, pudessem fazer parte da prática de escrita de correspondências. Analisar este grupo de missivas nos permite sentir mais do que a capitulação, mas, sentimentos de honra, acusação, estratégias, etiquetas mantidas, modos de preservar uma boa imagem, questões trocadas de um lado ao outro do Atlântico, mediadas pela prática de escrita de cartas, mantida pela sociedade de corte como um meio de comunicação vigente e como mais uma *prática cerimoniosa* vivenciada entre eles.

Lavradio, a cada carta que escrevia enfatizava as acusações contra Dovall,

A má fé deste Official, a sua falta de obediencia, e permitta-me V. Exa. que eu diga assim, e o seu medo, a vaidade e soberba com que ficou a da Carta de louvor, e agradecimento que recebo do Marquez de Pombal²¹⁶; e esperando elle como publicava que tudo lhe succederia pelo contrario, segundo o que tinha feito, o animou a toda aquella indesculpavel acção, e a ser a origem e a causa principal da desgraça da Ilha de Sancta Catharina, talvez para se vingar dos primeiros Officiaes daquela Ilha, a quem elle tinha um odio implacavel, e a quem tinha feito sempre as maiores desattenções²¹⁷.

O vice-rei em suas cartas não apenas acusava Dovall, dirigindo-se ao chefe com adjetivos pejorativos, mas também buscou justificativas que esclarecessem os motivos pelos quais Dovall teria abandonado a ilha. Para isso, apresentou um certo tipo de desentendimento entre o chefe e os militares dos regimentos da ilha, que o teriam levado a vingança, afastando-se da ilha e não prestando a devida defesa. Assim, observamos as diferentes estratégias de Lavradio no ato de comunicar e buscar resolver os acontecimentos no sul da América portuguesa, sendo representados na prática epistolar.

Os outros militares das forças de terra também foram acusados pelo vice-rei. Para Lavradio esses militares procuraram salvar suas vidas, diante do poderio castelhano apresentado na grandiosa esquadra que chegou até a ilha, em lugar de defender o sangue

²¹⁶ Lavradio faz referências aos sucessos ocorridos no extremo sul, como a tomada das possessões portuguesas que permaneciam em poder dos castelhanos.

²¹⁷ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 02 de junho de 1777. p. 96.

português. Porém, nada foi tão enfático e simbólico, nas correspondências do vice-rei, quanto as denúncias levantadas contra Dovall. Pois, o chefe da esquadra era um estrangeiro, o que contribuiu para as acusações de Lavradio, diante de Dovall, que não era um súdito português.

Com o episódio da invasão e perda do território, o vice-rei ordenou que se elaborasse um processo de devassa, que foi assinado pelo *Desembargador Ouvidor Geral do Crime* Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, e concluída em 30 de novembro de 1777. O processo apresentava-se como um relatório envolvendo os preparativos, a chegada do inimigo e a retirada portuguesa para a terra-firme; relatando a conduta dos principais militares em cada uma das etapas. Logo no início da devassa, a esquadra foi citada, “*é verdade que todas estas fortificações novamente feitas, eram muito próprias para a defeza, na suposição de estar a nossa Esquadra Maritima dentro do porto; não havendo força no mar deveriam ser em outra parte e por outra forma: esta é a diferença que algumas testemunhas fazem*”²¹⁸. Neste fragmento, percebemos que entre as testemunhas ouvidas na devassa, a presença da esquadra seria de suma importância, porém, em nenhum momento foram levantadas acusações contra Mac Dovall.

Durante o processo de devassa, os militares permaneceram presos em fortalezas no Rio de Janeiro até serem levados para Portugal, onde seriam julgados. Os militares foram enviados para a corte somente em 1779, quando o vice-reino já era governado por Luis de Vasconcellos e Souza. Em 29 de janeiro de 1779, o visconde de Villa Nova da Cerveira escreveu para Martinho de Mello e Castro informando,

*que V. Exa ordene ao Vice Rey do Brasil Luis de Vasconcellos e Souza, remetta presos a este Reino ao Governador da Ilha de Santa Catharina Antonio Carlos Furtado, e aos mais Reos acusados da perda daquella Ilha; assim Cavaleros das Ordens Militares, como Seculares, para serem julgados nos Tribunaes, que pelos privilegios lhe competirem*²¹⁹.

²¹⁸ (**) 30 de novembro de 1777 – Devassa pelo desembargador ouvidor geral do Crime – Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão. p. 117.

²¹⁹ Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Santa Catarina (1717 – 1827). Projeto resgate de documentação histórica – Barão do Rio Branco. Conselho Ultramarino/Brasil. Ministério da Cultura. Cd-rom.

Na mesma carta também pedia o visconde que todos os documentos e instrumentos referentes à invasão fossem enviados, para que se pudessem realizar as defesas, e, nada mais tardasse o julgamento.

A mesma missiva, nos traz outra peculiar informação,

he outro sim Sua Mag.^{de} servida, que os ditos Reos sejam conduzidos para este Reino em Navio diferente daquelle em que para elle vier o Marquez do Lavradio, e julga inutil recomendar a Segurança, mas sim o commodo e decencia com que os ditos Reos devem ser transportados²²⁰.

Mesmo que os militares presos tivessem seus privilégios e ainda recebessem as considerações da corte, não eram dignos de embarcarem no mesmo navio que transportaria o vice-rei. As sociabilidades da sociedade de corte possuem marcas de distinção que diferenciam os súditos um do outro, e a própria convivência era baseada em manter diferenciações, como neste caso, do transporte dos prisioneiros e do vice-rei.

Em 04 de agosto de 1777, Lavradio escreveu para a corte dizendo, “*eu confesso a V. Sa. que já não tenho forças para tantos golpes; o que tem estado da minha parte julgo tel-o feito, e muito mais do que permitem as minhas possibilidades. Eu bem quis ter hido por todas estas partes, e pode ser que a minha prezença os tivesse conservado mais constantes (...)*”²²¹. O vice-rei buscava deixar evidente que a perda da ilha não deveria fazer parte de sua memória, pois argumentava ter feito todo o possível, e que se estivesse na ilha não teria permitido que os castelhanos tomassem o território. Lavradio registrava que possuía valores e que agia segundo a conduta de um bom governador. Fabiano Santos em seus estudos nos traz que “a preocupação em averiguar a receptividade de suas ações foi presença contumaz no cotidiano do marquês do Lavradio nos onze anos em que esteve na América”²²², visto que, o vice-rei, de acordo com os

²²⁰ Idem.

²²¹ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 04 de agosto de 1777. p. 103.

²²² SANTOS, Fabiano Vilaça dos. op. cit. p. 318.

sentidos da sociedade de corte, carecia de manter uma boa imagem diante dos outros. Pois, a construção do *eu* passava pelo reconhecimento recebido ou negado pelo outro, por isso, as questões de auto-representação eram tão importantes.

No dia 25 de agosto, Lavradio iniciou mais uma carta para Martinho. Na missiva o vice-rei desculpava-se pela demora no processo de devassa e foi dando as notícias da colônia. Lavradio encerrou a carta referindo-se às atividades do chefe da esquadra e, assim, agradeceu a rainha por tê-lo autorizado a tomar as providências necessárias em relação à conduta de Dovall. O vice-rei reclamou da carta que Dovall tinha recebido pelos sucessos ocorridos no extremo sul, anteriores ao episódio da invasão castelhana. Pois, tal carta o teria enchido de infinitas honras “*para quem tão pouco as tinha merecido, persuada-se V. Exa. que os nossos sucessos d’América, nos não teriam sido tão desgraçados e injuriosos*”²²³.

Lavradio prosseguiu sua escrita lamentando-se pela soberba do chefe da esquadra com a carta de reconhecimento recebida pela corte. O vice-rei deveria agir com prudência, segundo seu entender, tentando fazer menos conceito de Dovall, pois nas cartas que recebia de Portugal “*dizendo-se-me que eu tivesse entendido ser elle um homem de muito merecimento, e que poderia fazer grandíssimos serviços ao Estado, eu não tive outro remédio que baixar a Cabeça cheio de maior respeito, soffrer – calar – e obedecer*”²²⁴. Mesmo que Lavradio fosse o maior representante do rei no ultramar, antes de tudo, era um súdito, devendo acatar as ordens que recebia da corte. Era evidente o constante cruzamento dos postos ocupados, observando-se a autorização para promulgar ordens, mas, também prudência para as receber e obedecer.

No encerramento da correspondência, Lavradio declarou que não abusaria da permissão recebida pela rainha para tomar as providências em relação a Dovall, e escreveu

²²³ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 25 de agosto de 1777. p. 107.

²²⁴ Idem.

“*porque parece impossível que aquelle homem, haja de mudar do mau character que tem*”²²⁵. Deste modo, o vice-rei continuava pertinente em suas acusações contra o chefe da esquadra.

A próxima carta de Lavradio para Martinho foi escrita em 10 de setembro de 1777. Na carta o vice-rei declarou que enviaria em anexo as ordens que passou para Dovall, justificando assim, sua conduta, e que Dovall tinha se afastado da ilha por si próprio, e não por ordens suas ou da corte. Em outras cartas Dovall também mencionava possuir as correspondências recebidas com ordens de preservar a esquadra de ser destruída pelos castelhanos. Não nos interessa discutir *sentidos* de verdade nas acusações para dar razão a um ou ao outro, mas, de como se desenvolveu tal evento através das correspondências, dentro das sociabilidades que envolviam a arte de governar a colônia, entre os setecentistas lusos, já que a conservação do território era a principal função dos administradores coloniais.

Na carta, Lavradio demonstrou ofensivamente sua opinião, dizendo, em relação a perda da ilha, “*que perdemos primeiro por culpa delle e em segundo lugar pela dos outros que podiam tão gloriosamente defendel-o*”²²⁶. Confessadamente, o vice-rei emitiu sua opinião e a classificou, pois primeiro a culpa foi do chefe da esquadra, vindo em segundo plano a retirada dos militares para a terra-firme, sem nenhum confronto direto com os castelhanos. A grande responsabilidade sempre recaía sobre Dovall, que era um *estrangeiro*. Nestes termos, Lavradio procurava manter sua boa imagem, diante da perda do território, utilizando-se de estratégias compartilhadas entre as sociabilidades permitidas para a sociedade de corte. Com isso, *produzia* em sua escrita sentimentos e subjetividades que faziam parte dos sentidos esperados de um bom governador.

Advertimos que a finalidade deste exercício de análise não é *condenar* ou *absolver* Mac Dovall, de acordo com as representações escritas de Lavradio. Mas, diante deste seletivo grupo de correspondência colonial buscar compreender os valores, as sensibilidades, as

²²⁵ Idem. p. 107.

²²⁶ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 10 de setembro de 1777. p. 109.

estratégias, representadas em defesa dos *sentimentos* setecentistas lusos, que precisavam ser preservados de acordo com a vivência das relações políticas e sociais entre a metrópole e a colônia. Posto que os envolvidos com a perda do território sabiam que o acontecimento marcaria a história portuguesa e seus nomes estariam *colados* ao não cumprimento de funções, como foi a perda da ilha.

Acusar e/ou responsabilizar Dovall pela invasão castelhana, pode ser interpretado como o escape justificável encontrado por Lavradio para reafirmar seus sentimentos e subjetividades à frente do governo colonial. Pois, como o chefe da esquadra não era um súdito luso, não sustentaria os mesmos sentimentos por Portugal. Disse Lavradio: “*se eu me podesse repartir por todos os lugares em que estão os diferentes corpos, juro a V. Exa. que não me desamparando Deos, estes fantasmas não conseguiriam nenhuma gloria, sem que primeiro todos nós não tivéssemos derramado até a ultima gota do nosso sangue*”²²⁷. Era a representação de *derramar o sangue* em nome da soberania portuguesa. Lavradio, nas suas cartas, buscava enfatizar um certo deslocamento de culpabilidade, caracterizando Dovall como estrangeiro e como o principal culpado pelo sucesso castelhano. Acredito, que tal atitude buscava *amenizar* o sentimento e a representação de não ter cumprido a missão de preservar o território soberano diante da corte.

Muitas das acusações do vice-rei nos levam até a pensar em questões de intrigas pessoais entre Lavradio e Dovall. Porém, dentro das sociabilidades setecentistas é difícil identificar ou diferenciar o que seria privado ou público. Na sociedade de corte e como observamos na leitura interpretativa das cartas coloniais, seguem juntas questões de caráter público com questões privadas, que cuidam das aparências e dos nomes preservados, aspectos presentes na prática de escrita de cartas. O espaço público e privado existia dentro de suas diferenciações, mas, insistimos em pensar como estes espaços se *confundem* no decorrer das

²²⁷ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 19 de março de 1777. p. 301. Sem grifo no original.

escritas. O território precisava ser preservado, assim como, as aparências de bons homens condutores do nome luso no ultramar.

O grupo de correspondências analisado nos permite *olhar* o passado do desencadear de acusações e defesas entre Lavradio e Dovall, até aqui. Cada um dentro de suas representações escritas revelou seus sentimentos e sentidos de acordo com as práticas políticas e sociais de que faziam parte. Com o episódio da invasão, da falta com um dos principais mandamentos da política colonial de conservar o território, podemos perceber sensibilidades e subjetividades setecentistas da arte de governar, fazendo da escrita de cartas no período colonial, não apenas um modo de *falar* por noticiar, mas, um *falar* por comunicar práticas políticas e também subjetivas pertencentes à sociedade de corte.

Deste modo, pensamos que as acusações de Lavradio pretendiam manter a garantia de privilégios, já que o vice-rei destinou ofensivas palavras contra um *estrangeiro*, para assim marcar sua existência social como um correto governador, e, com isso, definir sua identidade pessoal dentro da sociedade que fazia parte. Pois, segundo Elias “qualquer perda de privilégio significava um esvaziamento de sentido de suas existências. Em função disso, cada um deles tinha de cumprir, também, com os deveres de representação que estavam ligados às suas posições e aos seus privilégios”²²⁸. Lavradio, concentrou-se em garantir seus privilégios e seu sentido de representante do rei no governo da América portuguesa.

Com isso, analiso que o episódio da invasão nos permite visualizar uma série de procedimentos e atitudes pertencentes às práticas sociais, culturais e políticas dos setecentistas, envolvidos com o governo da colônia, representadas na escrita de cartas. Observamos regras e sentimentos sendo reivindicados, identidades sendo constituídas, com base em um episódio que agitou as estruturas da política colonial, com a perda de um território. A leitura interpretativa das cartas, aqui almejada, nos permitiu chegar além da

²²⁸ ELIAS, Norbert. op. cit. p. 95.

capitulação em si, pois, nos permitiu uma aproximação com as sociabilidades compartilhadas entre os lusos do século XVIII, que, entre outras funções, representavam a pessoa do rei nas relações entre metrópole e colônia.

Em 09 de dezembro de 1778, Lavradio escreveu sua última carta, que temos conhecimento, para Martinho. Nesta carta, o vice-rei agradecia a notícia de ter sido nomeado em 30 de abril de 1778, Luis de Vasconcellos e Souza, para ser seu sucessor. Lavradio pedia que sem demoras o novo vice-rei fosse enviado para a América. “*Eu estou com a maior impaciência esperando o meu successor, pelo interesse que me devem as felicidades destes povos, e para também eu poder hir descansar o resto dos meus dias, dos laboriosos trabalhos que por mim tem passado, e dilacerado o meu coração*”²²⁹. O vice-rei antes de seu cansaço aponta o interesse que tem na felicidade da colônia, que com a vinda de Vasconcellos passaria por uma nova administração, segundo o que ele mesmo escreveu no relatório que deixou para o seu sucessor.

Lavradio também manifestou seu cansaço, apontando que o posto de vice-rei era trabalhoso, e assim, merecia descansar. Dos *laboriosos trabalhos*, o vice-rei tocou mais uma vez nas dores do seu coração, pois diferentes ações passadas na colônia tinham *dilacerado* o seu *coração*. Dentre essas ações, podemos incluir a capitulação da ilha, pelo tanto que consumiu das escritas recebidas ou enviadas por Lavradio.

Ao encerrar sua missiva, o vice-rei, manifestou que esperava o *reconhecimento* de sua majestade. Lavradio escreveu:

*E que eu consiga o unico premio que dezejo de todos estes meus serviços e trabalho, em apresentar alguns generos que possam augmentar a grandeza e riqueza do Estado, e que se façam dignos da real attenção de Sua Magestade*²³⁰.

²²⁹ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 09 de dezembro de 1778. p. 140.

²³⁰ Idem. p. 141.

O vice-rei fez de sua escrita epistolar o condutor da imagem de um bom governador, assim, tinha bem governado a colônia, e ao mesmo tempo, mantido um bom governo de si mesmo. Tudo isso, na tentativa de livrar seu nome da capitulação, para que assim pudesse receber a atenção da rainha. Ou seja, ao terminar seu governo no ultramar, Lavradio buscava representar que tinha contribuído para a riqueza portuguesa e, que assim seus serviços mereciam reconhecimento. Pois, após ocupar um grande posto, como o de vice-rei, Lavradio pretendia chegar em Portugal garantindo a superioridade de seu nome.

Fabiano Santos no estudo que desenvolveu abordando as mediações da fidalguia portuguesa, nos diz, que “as experiências militares” de Lavradio “e os valores nobiliárquicos permitiram que o governador e vice-rei conseguisse equilibrar as vicissitudes da governança, com os códigos de comportamento e as posturas da fidalguia, diante do crivo de seus pares na Corte”²³¹. Percebemos, então, com a análise das cartas, que Lavradio conseguiu chegar em Portugal atribuindo a sua administração um bom governo e mantendo as distinções prevalecidas por seu nome, entre os homens da corte. Lavradio, com seu governo manteve a sobrevivência do seu nome, tanto que ao chegar em Portugal foi recompensado com outros trabalhos de governança, e segundo Santos, passou a ser vedor da rainha D. Maria I e recebeu a Grã-cruz da Ordem de Cristo²³².

Honra, valor e piedade: sentimentos compartilhados

Como estamos abordando, as relações mantidas dentro da sociedade de corte setecentista lusa, aparecem cheias de sentimentos expressos na prática de escrita de cartas. Estes sentimentos se confluem na arte de governar e, assim, na política empreendida para o

²³¹ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. op. cit. p. 322.

²³² Idem. p. 324.

governo colonial. Deste modo, analisaremos estes sentimentos presentes nas missivas, compreendendo-os fora de categorias de verdade, mas, pensando a invocação destes sentimentos como experiências que eram representadas na prática epistolar, pois faziam parte das sociabilidades e subjetividades do século XVIII.

A honra, o valor e a piedade apresentavam-se como os sentimentos que inúmeras vezes aparecem nas correspondências, como sendo, os mais esperados e reivindicados entre um administrador setecentista. O sentimento de honra era uma motivação para as atitudes. Segundo Elias, “a honra é um valor em si, ela glorifica a existência de seu detentor e não precisa nem é passível de nenhuma fundamentação externa”²³³. Assim, constantemente, o sentimento de honra, em relação ao rei, era colocado a frente da tomada de decisões. Pois, era preciso preservar o sentimento de honra dentro de si, para conduzir um cargo de governo. Diversas vezes Lavradio reivindicou e apresentou o sentimento de honra, como sendo, o condutor de suas atitudes. Segundo Renato Janine Ribeiro, ainda não podemos esquecer “que o Antigo Regime, e até um pensador nada crédulo como Voltaire, conceberam o político *a partir de outras noções* que as nossas, especialmente as de honra e glória; e devemos reconhecer que estes valores produziram efeitos, ajudaram a compor uma sociedade que não podemos compreender sem eles”²³⁴.

Tolozano, em sua obra, também evidencia os sentimentos que deveriam fazer parte de um governador. Logo no início, escreveu,

Convem que hum Governador ame a sua Praça mais que qualquer outra cousa do mundo, suppondo que della depende a sua honra, e a sua vida, pois perdida ella não deve viver mais; e assim deve ter tanto cuydado da sua conservação, como de si mesmo, considerando sempre o como poderá melhorar, melhor guardar, e mais bem municionar²³⁵.

²³³ ELIAS, Norbert. op. cit. p. 119.

²³⁴ RIBEIRO, Renato Janine. A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 9.

²³⁵ TOLOZANO, Antonio de Ville. op. cit. p. 9.

Tolozano apresentava que um governador deveria amar e preservar seu território, em todos os sentidos, já que assim estaria mantendo seu sentimento de honra. Observamos também, que Tolozano equipara o sentimento de honra com a própria vida do governador – *suppondo que della depende a sua honra, e a sua vida* – pois, caso o governador perdesse o território, perderia sua honra, e assim, não mereceria mais viver. Deste modo, vamos apresentando a importância e a constância do sentimento de honra na prática de escrita de cartas, como um sentimento compartilhado e vivenciado entre os lusos setecentistas.

Na extensa carta do dia 20 de novembro de 1776, de Lavradio para Pombal, o vice-rei encerrou a missiva com as seguintes expressões,

*desejarei com todos estes procedimentos, continuar a mostrar a El-Rey meu Senhor e a V. Exa., que ainda os maiores sacrificios para mim serão sempre os mais gostosos, sempre que eu entender que com elles se satisfaz mais o mesmo Senhor, e se dá por melhor servido. É o que se me offerece ter a honra de dizer a V. Exa. nesta occasião*²³⁶.

Lavradio, diante dos preparativos militares para receber a comentada esquadra castelhana, sentia-se *honrado* por informar ao secretário, que faria de tudo para satisfazer o rei. Na representação escrita do vice-rei, qualquer tipo de sacrifício seria *sempre os mais gostosos*, pois, colocava o sentimento de preservação da honra, diante das ações que praticaria em nome do rei na colônia.

Portanto, as escritas de Lavradio, freqüentemente, invocavam e apresentavam o sentimento de honra como uma constante na condução da administração colonial. O vice-rei cuidava para manter sua imagem relacionada ao sentimento de honra, pois, pretendia ser reconhecido como um governador honrado. Em carta do dia 03 de abril de 1777, Lavradio relatou para Martinho a chegada, ao Rio de Janeiro, dos militares responsáveis pela ilha que tinham *permitido* a capitulação. Na carta, escreveu, “*logo que eu vi desembarcar o Governador, assentei não vir em figura que merecesse o eu fallar-lhe mandei-lhe receber a parte que elle me trazia*

²³⁶ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. p. 277.

a qual me fez aquella dolorosa impressão que V. Exa. poderá supor da minha honra, e da minha fidelidade”²³⁷. Ou seja, para um governador honrado, como Lavradio dizia ser, receber os militares que tinham permitido a perda do território, era um encontro que lhe causava uma *dolorosa impressão*. Lavradio ao escrever para Martinho, tanto comunicava os acontecimentos, quando reforçava para sua imagem os sentimentos de honra e fidelidade, como sentimentos que pretendia *colar* em sua imagem de vice-rei da América portuguesa.

Na mesma carta, Lavradio, ainda escreveu,

*Remetteo-me igualmente o mesmo General o Termo Conselho de Guerra, ou Conferencia que fez com os Officiaes Maiores para tomar aquella ultima resolução, sem se ter nenhum delles lembrado quando a tomaram, que ella era inteiramente contraria aos fundamentos de que se servirão quando se resolveram a largar a Ilha, e finalmente não lembrou aquelles infelices, mais que o salvarem as vidas, atropelando a sua honra a da Patria e a da Nação*²³⁸.

Neste fragmento, Lavradio aponta a capitulação como *inteiramente contraria aos fundamentos de que se servirão*, pois, não fazia parte dos sentimentos esperados de administradores coloniais. E, mais uma vez, menciona o sentimento de honra que teria sido *atropelado* pelos militares, ao não manterem a honra para eles mesmos, e nem para a *Patria* e a *Nação*.

Em 1728, o engenheiro-mor dos reinos portugueses, Manoel de Azevedo Fortes, publicou, em dois volumes, a obra *O engenheiro português*²³⁹. Segundo Salomon, os volumes “deveriam ser utilizados como manuais, não apenas práticos, mas também de formação dos aprendizes militares”²⁴⁰. Fortes faz referências aos apontamentos da obra de Tolozano, alusivos a arte de governar e aos princípios que um governador deveria possuir. Assim, percebemos a relevância tanto da obra de Tolozano como de Fortes, para a formação dos militares lusos, sejam eles ou não governadores.

²³⁷ (*) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 03 de abril de 1777. p. 316.

²³⁸ Idem.

²³⁹ FORTES, Manoel de Azevedo. O engenheiro português. Tomo segundo, que comprehende a fortificação regular, e irregular; o ataque e defesa das praças; e no Appendice o uso das Armas de guerra. Lisboa, 1728. Exemplar consultado na Biblioteca Rio-Grandense.

²⁴⁰ SALOMON, Marlon. op. cit. p. 23.

Fortes ao dialogar com Tolozano, nos diz que, “hum Governador de honra não deve capitular”²⁴¹. Assim, vamos analisando dentro da literatura que fazia parte da formação dos militares portugueses do século XVIII, os sentimentos compartilhados por eles. Fortes aponta uma relação direta entre a capitulação e a ausência da honra, pois, ambas não poderiam *caminhar* juntas na imagem de um governador. O próprio vice-rei indica a capitulação como um sentimento contrário ao sentimento de honra. Portanto, na troca de cartas que apresentava os acontecimentos da invasão, os sentimentos de honra são citados, pois, os militares pretendiam livrar-se da imagem da invasão que lhes traria a desonra.

Embora, Lavradio acusasse os militares, responsáveis pela ilha, de faltarem com o sentimento de honra, esse mesmo sentimento será reivindicado pelos militares nos seus processos de defesa. Foi o caso de Antonio Carlos Furtado de Mendonça, que mesmo após o decreto²⁴² da rainha, de 1786, que deu fim ao processo referente à invasão da ilha, escreveu um longo documento procurando justificar os acontecidos naquele fevereiro de 1777. No documento, constantemente, Furtado anuncia pertencer o sentimento de honra.

Na sua defesa, Furtado, procurava deixar evidente que não era o responsável pela fatalidade da perda da ilha. Dizia: “*o supplicante de uma parte olhava para a sua honra adquirida com immensas fadigas e risco em 3 das 4 partes do mundo aonde tinha militado, no ponto de perder-se agora sem ella dar occasião, e por culpa de quem tinha faltado o plano de instrução que a côrte deu para a defesa*”²⁴³. Furtado declarava que sua honra de militar tinha sido adquirida em serviços prestados ao rei, porém, agora via tudo ser desconsiderado não por sua culpa, mas *por culpa de quem tinha faltado o plano de instrução*, por isso, escreveu sua defesa, para readquirir sua honra, já que segundo o decreto, Furtado ficou inabilitado para o serviço real, sendo isso, o que lhe causava tanta dor e o instigava a reivindicar sua honra.

²⁴¹ FORTES, Manoel de Azevedo. op. cit. p. 423.

²⁴² O decreto de 14 de janeiro de 1786 será tratado com mais detalhes a seguir.

²⁴³ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 28 e 29, tomo 27 – parte primeira, 1864. p. 323 - 324.

Na seqüência de sua defesa, Furtado ainda disse,

Ah! Senhora! Quantas vezes estas cogitações despedaçando o coração do supplicante lhe fizeram odiosa a vida. Quantas vezes assentou que vivia mais do que lhe convinha, e que seria o homem mais feliz do mundo se morresse dias antes de chegar a este lance de tormento maior²⁴⁴.

Podemos analisar as declarações de Furtado com o pensamento de Tolozano, no que cabe a relação existente entre o sentimento de honra e a vida. Pois, Furtado argumentou que preferiria a morte a permanecer vivo e ver sua honra de militar ser pedida e desconsiderada pelo serviço real, com o episódio da invasão. Assim, vamos ponderando nos escritos setecentistas a importância dos sentimentos compartilhados e evidenciados nos acontecimentos que envolviam a política colonial.

Nestes termos, Furtado encerrou seu documento de defesa,

Digne-se Vossa Magestade honrar o supplicante com esta opinião no seu real conceito, e elle será sempre contente em qualquer fortuna, no abysmo mesmo da infelicidade. Se é necessário sacrificar a vida do supplicante, ou á razão do Estado, ou á honra da Nação, elle a oferece com toda a vontade aos pés do throno de Vossa Magestade, mas como victima innocente, pelo que respeita á culpa de profissão; sente muito não ter perdido esta vida no leito da honra, com tantos dos seus gloriosos maiores, pelo serviço de Vossa Magestade²⁴⁵.

Furtado implorou ter de volta sua honra e que passasse, novamente, a ser visto como honrado pela rainha, pois isso, lhe colocaria contente. Assim, Furtado ofereceu sua vida em nome da *razão do Estado*, ou da *honra da Nação*, postando-se aos pés da majestade. E mais uma vez, Furtado relacionou a vida ao sentimento de honra, pois, sentia-se por *não ter perdido esta vida no leito da honra*, ou seja, prestando serviços que louvassem o nome de Portugal. Portanto, analisamos que o sentimento de honra, constantemente, representado nas missivas apresentava-se para os setecentistas como causa justa de *vida* ou *morte*, especialmente, para os militares, que em suas mãos tinham a garantia de preservação do território do rei.

²⁴⁴ Idem. p. 324.

²⁴⁵ Idem. p. 329 - 330.

Junto a esta discussão do sentimento de honra, podemos refletir que muitas vezes, mesmo diante da possível situação de guerra, com a ameaça castelhana, as cartas apresentavam que os sentimentos de valor, pertencentes aos lusos, superariam em número os castelhanos.

Na obra de Tolozano, no capítulo XLVIII, em que menciona os métodos de defesa, o autor evidencia que as máquinas e artifícios de guerra eram importantes, porém “mais que tudo serve a força, e o valor dos soldados”²⁴⁶, pois, eram em ocasiões de defesa que se podia conhecer quem eram os “soldados valorosos”, já que, “verdadeiramente em hum exercito não he o numero o que faz a força, mas sim o numero dos valerosos”²⁴⁷. Nestes trechos, percebemos um nobre sentimento que circulava entre os setecentistas, o anseio pelo *valor* prestado em nome da coroa.

Nas cartas em que Lavradio escrevia as preocupações com a invasão castelhana e de como deveriam ser as atitudes dos militares portugueses em situação de defesa, o vice-rei reivindicava e sustentava sentimentos de *valor* e *honra* para com o rei. Para Lavradio estes sentimentos podiam superar o número de adversários que viessem invadir as terras coloniais. Em 11 de dezembro de 1776, Lavradio escreveu para o chefe da esquadra lusa, Mac Dovall, dizendo

*As forças com que se diz virem os Castelhanos atacarnos, sam muito maiores que aquellas com que nós prezentemente nos achamos, porém a dextridade de V. Sa. prestimo – honra e valor de todos, que tem a honra de servir nesta Esquadra; o exemplar espirito de uma Nação que sempre com a inveja de muitas outras, se tem em todas as occasiões distinguido, faz esperar que as distinctas qualidades desta Esquadra, supra muito ao maior numero de embarcações que trazem os Castelfalhanos*²⁴⁸.

Nesta correspondência, o vice-rei reforçava a idéia de que seriam os sentimentos de cada militar em relação ao rei que mostrariam a verdadeira força portuguesa de defesa. Não que

²⁴⁶ TOLOZANO, Antonio de Ville. op. cit. p. 423.

²⁴⁷ Idem. p. 444.

²⁴⁸ (*) Marquês do Lavradio para Mac Dovall, 11 de dezembro de 1776. p. 338.

Lavradio tivesse lido a obra de Tolozano e dela se baseado para a composição da missiva, mas, devemos pensar que tais argumentações eram circulantes e que faziam parte do pensamento compartilhando entre os setecentistas na arte de governar.

Em outra correspondência, do dia 10 de março de 1777, Lavradio comunicava as primeiras notícias da presença castelhana na Ilha, para a corte, dizendo ao marquês de Pombal,

Ainda que a Ilha de Sancta Catharina não pode ter forças competentes, ás que traz a grande Esquadra Castellhana, comtudo eu sempre conto que elles hão de ter perto de quatro para cinco mil homens; está muito fortificada nos diferentes passos que dão comunicação á Ilha, tem officiaes de muita honra e valor, e tenho-a fornecida de muitas e excellentes munições de guerra²⁴⁹.

Assim, mais uma vez, percebemos as intensificações da idéia de que os *officiaes de muita honra e valor* fariam a diferença perante a superioridade do inimigo. Os números fornecidos, nesta carta, em relação aos militares e aos armamentos são bastante contraditórios. Diante deste desencontro de informação, para com o número de oficiais na ilha e de munições, o que estava sendo colocado em discussão era a conduta de honra e valor de cada militar, pois, seriam estes sentimentos os grandes diferenciais diante das ações de defesa. Lavradio mantinha esse ideal setecentista da sociedade de corte, nos cerimoniais epistolares que enviava tanto para a metrópole quanto para os que estavam na colônia, como no caso do chefe da esquadra. Percebemos que não importava saber que diante da *situação real de invasão* esse fator de conduta não prevalecesse, mas, o importante era que a conduta fosse lembrada e evidenciada, principalmente no registro epistolar.

Em carta do dia 30 de janeiro de 1776, para Martinho, Lavradio demonstrava em sua escrita à constituição de um governador prudente e que acreditava no sangue luso que corria nos militares para honrar o nome do rei,

eu não digo a V. Exa. que ganharei as acções, e que ellas nos serão tôdas felices, porem posso assegurar a V. Exa. que ellas se hão de emprehender; que todo aquelle

²⁴⁹ (**) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 10 de março de 1777. p. 296.

*exercito mostrará ao mundo todo, o ardor, a fidelidade e o gosto com que se apromptam a offerecer, e sacrificar as suas vidas pela honra – gloria – e felicidade de nosso augustissimo amo, e de todo o Estado*²⁵⁰.

Lavradio, nos preparativos militares para receber os invasores, fazia de sua escrita um espaço para transcrever os valores que eram por eles vividos, ou esperados por homens que ocupavam postos como o dele. E continuava, “*não imagine V. Exa. que estas expressões sejam um adorno, com que eu queira elogiar estas tropas; não senhor, eu lhe faço a justiça que merecem, e se houver occasião espero que todo o mundo fará, da mesma forma que eu*”²⁵¹. Assim, Lavradio em sua escrita reforçava às ações que deveriam ser praticadas pelos militares e, argumentava que seus votos para com os militares que defenderiam a colônia não eram *adornos*, mas sim votos de confiança.

Fortes, na sua obra *O Engenheiro Português*, ainda nos acrescenta que um governador deveria “mostrar brio, e honra em todas as suas acções, medindo-as, e regulando-as pela prudência, que he o meio mais efficaz para adquerir boa reputação; porque tendo sempre a honra diante dos olhos, não poderá commetter nenhuma baixeza”²⁵². Neste fragmento de Fortes, aludimos que sustentar o sentimento de honra passava por adquirir uma *boa reputação*. Assim, o governador deveria ser reconhecido entre os membros da sociedade de corte como um homem honrado, pois, ao manter a honra diante dos olhos não poderia *commetter nenhuma baixeza*, ou seja, permitir a capitulação. Ressaltamos que a exigência destes sentimentos fazia parte do pensamento setecentista luso e, constantemente, era ressaltado na escritura de cartas, porém, não estamos dizendo que as ações consideradas como ideais eram praticadas, mas, que faziam parte da prática de escrita de cartas como um dos cerimoniais da sociedade de corte lusa.

²⁵⁰ (*) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 30 de janeiro de 1776. p. 235.

²⁵¹ Idem.

²⁵² FORTES, Manoel de Azevedo. op. cit. p. 438.

Lavradio, nas diversas cartas que escreveu, como a carta de 11 de dezembro de 1776²⁵³, acreditava que os valores e a honra dos militares seriam os principais pontos para combater os inimigos. O vice-rei reconhecia a inferioridade das forças portuguesas, mas esperava que a honra e o valor, pudessem superar os números, mantendo um *rito* setecentista – pertinente na prática de escrita de correspondências – em que, embora a resistência lusa fosse impraticável, o conveniente era manter o ideal dos valores que se acreditava.

Qualquer situação poderia ser uma oportunidade de se expor na tentativa de garantir reconhecimento. As atitudes dentro da política colonial deveriam aproveitar as chances de marcar diferenciações, de um em relação ao outro. O reconhecimento das diferenças formava uma das fortes características da sociedade portuguesa do século XVIII, especialmente, envolvendo a colônia. Dentro desta reflexão, o sentido apresentado por Lavradio no tratamento dos militares lusos envolvidos na capitulação foi díspar. Pois, eram súditos do mesmo rei, assim, relações de piedade apareceram, mesmo que os militares lusos tivessem perdido o território, já que essas relações poderiam revelar um governador coberto de compaixão e visto pelos demais como um homem sábio e como um modelo ideal de representante do rei.

Em carta do dia 12 de dezembro de 1777, Lavradio escreveu para Martinho falando de José Custódio²⁵⁴. Esse militar partiu com os castelhanos para a região do Prata, quando a ilha foi invadida. Até hoje na historiografia existem controvérsias em relação a ida de José Custódio com os castelhanos, ora visto como refém de guerra ora como traidor. Nesta carta, Lavradio escreveu para Martinho comunicando que os outros militares tinham sido induzidos por José Custódio a abandonar a ilha sem manifestar resistência.

²⁵³ Carta citada nas páginas 103 e 120.

²⁵⁴ No fim de fevereiro de 1777, após a tomada da ilha, cerca de 80 embarcações castelhanas foram em direção ao rio da Prata. Tal frota levava o brigadeiro José Custódio e mais 523 prisioneiros, muitos na situação de desertores. No processo de devassa Custódio foi acusado de traidor, somente em 1783 foi reconhecido como refém, porém, este continua sendo um tema de debate na historiografia.

Estas ideas fomentadas a Antonio Carlos, por Joze Costodio, e a Francisco Jose da Rocha por entender mal os livros, fizeram inuteis os honrados e valorosos sentimentos dos seus súbditos, que eu julgo serem merecedores da real piedade da Rainha minha senhora; parece-me que posso protestar a V. Exa. que nenhuma daquellas rezoluções que praticaram os Commandantes, foi por falta de fidelidade nem valor principalmente o de Sancta Catharina²⁵⁵.

Para Lavradio, os militares continuavam sendo honrados e valorosos, porém, as más interpretações o fizeram partir em direção a terra-firme, por isso, mereciam a piedade da rainha, pois dentro do sentimento de piedade cabia aos monarcas *punir* ou *perdoar*. O vice-rei assumiu uma postura, que em nenhum momento tomou em relação ao *estrangeiro* Mac Dovall, suscitando a piedade para os militares portugueses.

Lavradio ainda prosseguiu dizendo, “*se persuadio que a Sua Magestade fazia maior serviço, e ao Estado, salvar a vida dos seus subditos, suposta a grande superioridade com que elle julgava ser atacado*”²⁵⁶, pois, segundo os militares nenhum esforço compensaria a grande força castelhana “*principalmente vendo-se desamparado da Esquadra*”²⁵⁷. Percebemos que Lavradio mudou suas argumentações, antes representava homens sem valor, porém, nesta missiva traz argumentos de que os militares quiseram salvar a vida dos portugueses, conservando os súditos da rainha. E mais uma vez, a culpa referia-se ao desamparo da esquadra.

Neste contexto de relação com os militares portugueses que permitiram a capitulação, Lavradio reivindicou um outro sentimento, muito recorrente na sociedade de corte lusa, ou seja, o sentimento de *piedade*. Nas relações do rei com seus súditos a *piedade* era um sentimento que abrangia a noção do rei como *pai*, como aquele que protege, ama e que também pune. E como temos visto, o súdito apresenta-se como o *filho* que obedece, que clama, que respeita, que oferece a vida em nome do pai.

²⁵⁵ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 12 de dezembro de 1777. p. 115.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Idem.

O vice-rei comunicou que conservava os militares presos em fortalezas no Rio de Janeiro. Entretanto, recorreu a sua piedade, pois, os prisioneiros estavam vivendo em profunda pobreza e miséria, sem receberem os soldos. Assim, escreveu, “*eu por me parecer indispensável o acudir a esta miséria, determino mandar assistir aos presos como aos mais com os seus meios soldos, declarando-lhe esta graça no dia dos felicíssimos anos da Rainha minha senhora*”²⁵⁸. Lavradio, no seu ato de piedade, pagando os soldos aos militares, escolheu uma data simbólica, o aniversário da rainha, e, certamente, fez com que os militares soubessem que estavam recebendo seus soldos naquela data. Assim, reiterou a piedade da rainha e a sua, para com os prisioneiros que, embora tivessem se envolvido na capitulação, eram súditos portugueses. Pois, do próprio pagamento Lavradio promoveu um cerimonial ao envolver a data de aniversário, para que os súditos reconhecessem o valor dos seus superiores e se vissem devedores desses valores.

Os militares portugueses envolvidos no episódio da invasão, levados para Portugal, ficaram presos até a promulgação do decreto de 14 de janeiro de 1786, assinado pela rainha D. Maria I. O decreto entendido como um finalizador para as discussões que envolviam a presença dos castelhanos na ilha, também contribui para observarmos os sentimentos e as subjetividades que a perda do território suscitou entre os lusos. Decretou a rainha,

*Mando e Hei por Meu serviço, que a dita Sentença do Conselho de Justiça se não publique, e que os referidos autos, Sentenças, e informações sejam logo, e antes de outra alguma obra, recolhidos à Secretaria de Estado da Repartição da Guerra para nela se guardarem com o maior segredo, e recato, a fim de que este negócio fique em perpetuo esquecimento*²⁵⁹.

Portugal, representado na pessoa da rainha, manifestava sua vontade de manter no *esquecimento* a falta dos militares para com o rei – a desonra pela capitulação e a maculação da honra de Portugal – entre outros acontecimentos.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Decreto de 14 de janeiro de 1786, de D. Maria I de Portugal. In.: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia. Rio de Janeiro, Conselho Federativo de Cultura, 1972. p. 136.

A ilha foi tomada em fevereiro de 1777, e em outubro, deste ano, foi assinado um tratado entre Portugal e Espanha devolvendo a ilha para Portugal, embora ela só tenha sido devolvida em julho de 1778. Mesmo que a presença castelhana tenha sido curta e meses depois o assunto já estava resolvido entre as coroas ibéricas, o episódio estendeu-se por muitas e muitas cartas, reivindicando valores e posturas que nos permitiram *sentir* um pouco do século XVIII, envolvido com a política colonial.

O acontecimento da invasão, apesar da curta permanência dos castelhanos da ilha, foi um assunto de muita repercussão, já que, como estamos abordando, a perda do território comprometia os sentimentos mantidos entre o rei e os súditos. Tolozano, várias vezes reforçou em sua obra que o governador deveria amar *a sua Praça mais que qualquer outra cousa*. Pois, quando Tolozano ponderava a respeito dos cuidados que um governador deveria ter nos preparativos de defesa da praça, ressaltava que todo detalhe deveria ser observado, para que diante do inimigo os governadores não “se achão attonitos, desprovidos de tudo sem saber a que arrimar, e perdem a praça, a honra, e algũas vezes a vida com infâmia, ou passã o resto della com ignomia²⁶⁰”. Ou seja, perder um território, para os sentimentos vividos entre os setecentistas, representava perder a honra e viver na infâmia, por isso, Furtado preocupou-se tanto em ter sua honra, novamente, reconhecida pela rainha.

Uma outra carta, após a assinatura do decreto, ainda nos chama a atenção. Foi a carta de Aires de Sá e Melo a Martinho de Mello e Castro, de 23 de janeiro de 1786, em que Aires remetia o ofício do Duque de Lafões, noticiando que todos os oficiais encarregados do governo e defesa da ilha tinham sido postos em liberdade, com apenas uma exceção. “*V. Exª porá na presença da Rainha Minha Senhora que conforme as suas Reaes ordens foraõ postos em sua liberdade todos os officiaes que tinhaõ sido encarregados do Governo, e defesa da Ilha (...) menos*

²⁶⁰ TOLOZANO, Antonio de Ville. op. cit. p. 52.

*João de Figueiredo Pinto*²⁶¹. João de Figueiredo Pinto foi um militar pertencente a uma das quadro companhias do Porto, que estavam na ilha no momento da invasão. O duque completava a informação dizendo

*Fica ainda preso com as mesmas antecedentes cautellas por não ter assignado o termo que por ordem de S. Mag.^e lhe mandava assignar dizendo entre lagrimas e suspiros que entre todas as suas desgraças elle reputava pela maior, o não poder rezolver-se a obedecer nesta parte a S. Magestade, por estar persuadido que assignar o d^o termo depoz do cruel insulto q obrára contra elle Caetano da Silva Sanches, com quem poderia cazualmente encontrarse era cauza que lhe ficava mal a sua honra, e que não só preferia a semelhante baixeza huma prizão perpetua, mas todo o outro castigo de que o julgassem merecedor*²⁶².

Com o caso de João Figueiredo, percebemos que por mais estranho que tal atitude nos pareça, o militar preferiu a prisão a ter que se encontrar com outro militar e experimentar sentimentos que suscitassem a perda da ilha. As *lágrimas* e os *suspiros* do militar ainda envolviam o não cumprimento das ordens estabelecidas pelo decreto da rainha, pois, preferiu permanecer preso. João Figueiredo pode ser visto, dentro das sociabilidades que fazia parte, como um homem que ao não obedecer ao rei sentia-se envergonhado e merecedor de castigos, transpassando a *dor* da perda do território para o seu corpo, que seria mantido em prisão perpétua. Com este exemplo, percebemos as profundidades dos sentimentos reivindicados na prática de escrita de cartas e que tais sentimentos não são simples adornos escritos, mas sentimentos vivenciados e divididos entre os setecentistas da sociedade de corte lusa.

²⁶¹ Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Santa Catarina (1717 – 1827). Projeto resgate de documentação histórica – Barão do Rio Branco. Conselho Ultramarino/Brasil. Ministério da Cultura. Cd-rom.

²⁶² Idem.

As redes de interdependência

Neste tópico, faremos algumas considerações referentes às redes de interdependências que articulavam a sociedade de corte. Norbert Elias, nos propõe analisar a sociedade de corte como uma formação social, em que os indivíduos são ligados por redes de interdependências com comportamentos próprios, e o Antigo Regime como uma formação social que pode ser denominada como corte. Assim, refletimos a sociedade de corte sobre esta perspectiva, mesmo sabendo, que os estudos de Elias tenham sido voltados para a sociedade de corte francesa.

Dentro das inconstâncias da sociedade de corte as posições eram *fluidas*, e existia um forte desejo de manter as posições ocupadas. Nas relações marcadas dentro do acontecimento da invasão, podemos perceber as preocupações com essa fluidez. O triângulo administrativo formado pela ilha de Santa Catarina, Rio de Janeiro (como sede do vice-reino) e Portugal (metrópole), nos permite perceber as dependências marcadas nessa sociedade, um dependia do outro e todos dependiam do rei.

Como já observamos, na preocupação com o cuidado e com a constituição do próprio eu, o outro era notado. Assim, constantemente, os comportamentos estavam sendo observados e analisados, não apenas para a formação da própria identidade, mas também, para manter a garantia das redes de interdependências que também compunham a arte de governar no século XVIII.

Diante do contexto de promover a defesa da ilha, a capitulação e perda do território, o não desempenho adequado das funções; os postos ocupados estavam sendo ameaçados, com isso, as redes de interdependências podem ser observadas.

No documento de defesa escrito por Furtado, no qual, o militar invocava que sua honra fosse outra vez reconhecida, podemos perceber ligações de interdependências sendo

apontadas por Furtado. Pois, as redes de interdependências mantidas na sociabilidade da sociedade de corte, serviam para garantir privilégios e reconhecimentos, em relações que buscavam manter as redes de favores.

Logo após ser enviado para ilha como responsável militar, Furtado foi surpreendido por “*Pedro Antonio da Gama Freitas, feito governador da Ilha, nomeado pelo marquez vice-rei*”²⁶³. Assim, Furtado escreveu longas palavras, no seu documento de defesa, falando a respeito do governador. Para Furtado, “*aquella praça, ameaçada d’um ataque formidável, necessitava d’um governador hábil, com o maior conhecimento da guerra, provector em experiências, intelligente em fortificações, e consummado o que póde ser na arte militar*”²⁶⁴, porém, Lavradio deixou para trás muitos militares capazes e escolheu Gama Freitas, “*este official, sem princípios, sem experiência militar, sem conhecimento da fortificação, sem exercício mais que o da sala do marques vice-rei da Bahia*”²⁶⁵. Neste ponto, Furtado apontava redes de favorecimento existentes entre Lavradio e Gama Freitas, assim, o vice-rei o teria feito governador da ilha, mesmo sabendo, segundo Furtado, que “*na conjuctura em que ella precisava mais que nunca d’um homem completo para governa-la*”²⁶⁶.

Segundo as acusações de Furtado, o governador Gama Freitas não seria um homem capaz de governar um território, especialmente, a ilha que estava diante da ameaça castelhana. Furtado, para justificar-se e livrar-se da culpa pela perda do território, apontou as ligações existentes entre o vice-rei e Gama Freitas, como prejudiciais para sua defesa, como também, foram para o governo da ilha, já que o governador era um homem *sem princípios, sem experiência militar, sem conhecimento da fortificação*. Lembramos também que as qualidades, apontadas por Furtado, para um bom governador – habilidade, conhecimento de

²⁶³ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. op. cit. p. 300.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Idem. p. 301.

guerra, provecto de experiências, inteligência em fortificações e conhecimento da arte militar – são as qualidades requeridas e esperadas, entre os setecentistas lusos, para um bom governo.

Fortes defendeu em sua obra, que a formação de um governador deveria passar pela engenharia, porém,

O Governador de huma Praça, quando não seja Engenheiro de Profição, deve ao menos saber perfeitamente tudo o que pertence ao ataque, e defença das Praças, com huma boa idéia da fortificação, e da disposição, e grandeza das suas partes flanqueantes, e flanqueadas; e se o seu Príncipe lhe confiou o governo, suppoz, que sábia todos os meios de a bem defender: e assim para exercitar este posto com honra, e credito²⁶⁷.

Neste trecho, devemos considerar os apontamentos de Fortes aos saberes necessários ao governador de um território. Assim, se relacionarmos os critérios indicados por Fortes com as descrições de Furtado, em relação a Gama Freitas, o governador da ilha de Santa Catarina não seria um militar qualificado para tal posto.

O que podemos refletir, sobre estas informações, são as relevâncias e abrangências das redes de interdependências e de sociabilidades. Pois, as ligações entre Gama Freitas e Lavradio o fizeram governador, mesmo que mais tarde fosse apontado como um administrador que não possuía as condições necessárias para conduzir o cargo. Portanto, a finalidade em elucidar estes questionamentos não é saber se Gama Freitas possuía as qualidades para ser um bom governador, mas, sim analisarmos a existência de tais qualidades, e que para as sociabilidades compartilhadas na sociedade de corte lusa, as redes de interdependências eram existentes e fortes, onde um protegia ou acusava o outro de acordo com os interesses e privilégios em jogo. Contudo, as práticas de escrita dos setecentistas nos permitem visualizar as relações e sociabilidades vivenciadas entre eles.

Em outro trecho, referindo-se ao documento de devassa, as denúncias de Furtado foram mais veementes,

permitta Vossa Magestade que o supplicante faça uma lembrança superficial, que encerra profundas reflexões. Foi essa devassa tirada pelo marquez do Lavradio, os

²⁶⁷ FORTES, Manoel de Azevedo. op. cit. p. 384 – 385.

interrogatórios foram feitos por elle e pellas pessoas de sua confidência: as testemunhas mesmas conheciam que o espirito d'elle era formar culpa ao supplicante, eximindo a Pedro Antonio: ellas sabiam a opposição do marquez vice rei: ao supplicante já de tempo antigo; sabiam finalmente as suas paixões e os seus despotismo, praticados mesmo em despique, e por obsequio a Pedro Antonio, de quem têm sido testemunhas oculares os todos os habitantes do Rjo de Janeiro e muitos exemplos²⁶⁸.

Nestes termos, Furtado apontava as relações mantidas entre Lavradio e Gama Freitas como um fator prejudicial para sua defesa. Para Furtado as testemunhas eram *peessoas de confidência* do vice-rei, deste modo, jamais iriam trair um pedido feito por Lavradio, assim, mantinham os laços das redes de interdependências fortemente atados. Portanto, a amizade de Lavradio com o governador da ilha, fazia com que as culpas recaíssem mais sobre ele, do que sobre Gama Freitas, segundo as manifestações de Furtado.

Nas revelações empreendidas por Furtado, ao pedir à rainha que reconsiderasse sua honra, podemos perceber os envoltimentos em torno das redes de interdependências. No entanto, analisamos que de um lado Furtado buscava acusar Gama Freitas, anunciando as relações entre o governador e o vice-rei. De outro lado, Lavradio acusava Dovall, ao apontar a diferença de sangue, já que o chefe não era um português. Com isso, percebemos que *todos* procuravam garantir suas posições, um acusava o outro, *todos* se defendiam, na tentativa de livrar os nomes da capitulação, e para isso, recorriam às redes de interdependências para dar base as suas objeções.

Devemos considerar que as redes de interdependências marcavam as relações entre os administradores lusos, e assim, reivindicavam relações de amizade como garantias de confiança e dedicação, pois faziam parte também das redes de sociabilidades. Dentre as diferentes cartas que formam o circuito comunicativo, aqui analisado, a carta de Lavradio para Pombal do dia 26 de junho de 1770, é bastante interessante para pensarmos as redes de interdependências.

²⁶⁸ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. op. cit. p. 329.

Ao escrever esta carta, Lavradio estava a menos de um ano no cargo de vice-rei, ou seja, suas atuações no governo da colônia ainda eram recentes. Deste modo, o vice-rei desconhecia as apreciações, ou não, da corte em relação ao seu *arriscado* trabalho. De tal modo, após mencionar a escrita de cartas particulares ao secretário, Lavradio escreveu,

*porem agora me não pode por mais tempo dispensar a minha obrigação, o continuar em pôr na presença de V. exa. os meus repetidos agradecimentos, protestando a V. Exa. os meu reconhecimento e o quanto procurarei sempre não desmerecer-lhe o seu favor e protecção, em que tanto confio. (...) porque meu Exmo. Snr., eu não me desejo afastar um só instante das determinações de V. Exa. a quem continuo a pedir com as mais vivas expressões, me aconselhe e me corrija*²⁶⁹.

Percebemos que Lavradio pretendia iniciar seu governo colocando os acontecimentos passados na colônia, na *presença* do secretário, fazendo assim, uso da missiva para alcançar tal objetivo. Com isso, vamos analisando o quanto que a prática de escrita de cartas estava relacionada e proporcionava o *exercício* do governo colonial, assim, abrangendo as sociabilidades dos setecentistas lusos envolvidos com a arte de governar do sistema colonial.

Lavradio, nesta carta, elucidou suas relações com o secretário. O vice-rei anunciou os laços existentes entre os dois administradores, marcados nas redes de interdependências, ao reivindicar o *favor* e a *protecção* de Pombal, como sentimentos que confiava para seguir no seu *arriscado* trabalho. Assim, o vice-rei esperava conduzir sua administração sem afastar-se das determinações do secretário, e que caso necessário, Pombal deveria aconselhá-lo e corrigi-lo, pois segundo a escrita de Lavradio, os conselhos de Pombal seriam “*o único modo*” dele “*ter satisfação dos*” seus “*trabalhos*”²⁷⁰. Deste modo, Lavradio compartilhava suas responsabilidades com o secretário e nos permite perceber a imbricação das relações de dependência que marcaram as vivências e a própria arte de governar, dentro da sociedade de corte lusa. Um dependia do outro para que as ações obtivessem sucesso – Pombal tinha interesse nas acertadas ações de Lavradio, que era um subordinado seu; o vice-rei também

²⁶⁹ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 26 de junho de 1770. p. 208 – 209.

²⁷⁰ Idem. p. 209.

tinha interesse em acertar, para que seu nome pudesse ser elevado – de tal modo, todos se interligavam em redes de favorecimento e objetivavam um lugar mais próximo ao lado do rei.

Lavradio, ainda escreveu, “*V. Exa. deve perdoar-me a singeleza com que lhe escrevo, porem eu o não faço ao Ministro de Estado*”²⁷¹, e com palavras que invocavam sentimentos, o vice-rei foi abrindo espaço as relações que ultrapassavam o sentido oficial, “*eu desafogo o meu coração com o meu amigo e meu protector, eu contemplo a V. Exa. como o único escudo que tenho, para defesa da minha honra e do meu credito*”²⁷². Assim, justamente, no que dissemos *ultrapassar um sentido oficial*, compunha uma das relações presentes na arte de governar do governo colonial, ou seja, as redes de interdependências. Lavradio, expôs Pombal como seu *protector* e colocou o secretário, além de um ministro, mas, como aquele que seria um *escudo*, na defesa de sua *honra* e do seu *credito*.

Observamos que Lavradio, desde o início de seu governo, já foi delineando as relações das redes de interdependência, para assim, cuidar da sua imagem de fiel e honrado representante do rei no além mar. Pois, neste contexto, o vice-rei reconhecia as delicadas situações por que passava a metrópole, assim como, os precários sistemas defensivos da colônia. Com isso, Lavradio reforçava as relações de camaradagem e amizade, já que constituíam as redes de interdependência sociabilizadas entre os lusos setecentistas.

Portanto, as relações sociais, culturais e políticas vivenciadas na sociedade de corte, e no nosso caso, na arte de governar do governo colonial giravam em torno de redes de interdependências, e assim, se constituía, tais relações, na troca epistolar.

²⁷¹ Idem. p. 211.

²⁷² Idem.

As relações espaço/tempo

Por fim, faremos mais um exercício de análise com as cartas tomando como reflexão as relações de *espaço e tempo*, marcadas pela alteridade do passado.

Deste modo, os sistemas de representação de cada época são também coordenados pelas relações compreendidas entre espaço e tempo. Através do principal meio de comunicação do século XVIII, as cartas, percebemos que os vínculos mantidos entre as relações de espaço e tempo eram fortemente diferentes dos que apreendemos para o século XXI. As cartas ao conduzirem as notícias levavam dias ou meses para alcançarem seus destinos. Porém, hoje em dia, vivemos na era dos modernos meios de comunicação, fazendo com que a comunicação seja imediata, sem que tempo e espaço sejam, necessariamente, o mesmo. Segundo as análises de Hall, vivemos no que se denominou chamar processo de globalização, assim, vivemos a “compressão espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre as pessoas e lugares situados a uma grande distância”²⁷³. Tal abrangência não era verificada entre os setecentistas, que para a comunicação ser efetuada, seja de maneira oral ou escrita, o tempo precisava condizer com o espaço.

Muitas das relações sociais, atualmente, são baseadas na comunicação virtual. Em frações de segundos, ou no instante de um piscar, alcançamos o outro em espaços diferentes. Pois, com o processo de globalização, e nas palavras de McGrew, atravessamos as fronteiras “integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”²⁷⁴ e mais

²⁷³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 69.

²⁷⁴ Anthony McGrew (1992). Aput. HALL, Stuart. op. cit. p. 67.

rápido. No século XVIII essa interconexão apresentava uma outra compreensão de espaço e tempo. Pois, as cartas precisavam de cerca de dois meses para chegarem de Portugal a América portuguesa, e vice-versa, o caminho era longo e as embarcações necessitavam vencer essa *distância real* antes de atracarem nos portos com as notícias.

Assim, a partir destas constatações temos outra questão presente nas propostas desta dissertação, pensar a prática de escrita de cartas em combinações de tempo e espaço diferentes das vivenciadas no século XXI. Especialmente, dentro do governo colonial em uma situação de *preservação do território* que requeria ações imediatas diante do inimigo, deste modo, vamos analisando nas cartas que o *imediato* para o século XVIII tinha um outro alcance.

Para *visualizarmos* essa percepção temporal entre a distância e o processo de comunicação, citaremos o episódio do envio de mantimentos para a esquadra portuguesa, saídos do Rio de Janeiro em direção ao sul da América.

No dia 04 de fevereiro de 1777, Lavradio escreveu para o comandante da esquadra Mac Dovall,

*Fica-se carregando com a maior diligencia uma embarcação mercante que comprei, para servir de levar os mantimentos precizos para o fortalecimento da Esquadra; agora remetto segundo as clarezas que pude alcançar o mantimento que poderá ser preciso para completar cinco mezes á Esquadra, fazendo a conta segundo o tempo em que foram aqui providos e o em que poderá chegar esta embarcação*²⁷⁵.

Segundo as ordens anunciadas por Lavradio, as embarcações deveriam entregar os mantimentos e retornar ao Rio de Janeiro com urgência. Assim, o vice-rei escreveu, “*V. Sa. as deixará partir, porque do contrario ou seja a respeito de se alterar o ajuste com que foi tomada a carne, ou da demora destas embarcações, se poderão seguir grandes prejuízos aos interesses de El-Rey meu senhor, e ao seu real serviço*”²⁷⁶. Percebemos que Lavradio, através de sua missiva,

²⁷⁵ (*) Marquês do Lavradio para Mac Dovall, 04 de fevereiro de 1777. p. 341.

²⁷⁶ Idem. p. 342.

invocou o nome do rei como estando acima de suas decisões, pois, caso ocorressem prejuízos, estes afetariam, diretamente, o soberano.

Nesta mesma correspondência, Lavradio comunicou outra interessante notícia ao chefe da esquadra, escrevendo que a expedição castelhana talvez já tivesse partido do porto de Cádiz em novembro de 1776. Porém, ressaltou “*eu a este respeito não recebi avizo da Corte; é verdade que ainda não chegou uma embarcação que sahio de Lisboa, quatro dias primeiro que uma que chegou a este porto no dia 11 de Dezembro*”²⁷⁷. Neste trecho, alcançamos as diferenças relacionadas à distância: uma carta esperada para início de dezembro, ainda em fevereiro, não estava nas mãos de Lavradio. Com isso, o vice-rei não podia confirmar *oficialmente* a partida da expedição castelhana. Lavradio relatou tal informação no início de fevereiro, e notemos, que em fins do mesmo mês, os castelhanos tomariam a ilha de Santa Catarina e as notícias ainda não tinham sido confirmadas. Tal situação, fazia parte das sociabilidades compartilhadas entre os setecentistas de acordo com a prática de escrita de cartas como meio de comunicação, relacionada às percepções de tempo e espaço compreendidas naquele período.

No dia 20 de fevereiro, o responsável militar pela ilha, Antonio Carlos Furtado de Mendonça, escreveu para Lavradio dando as primeiras informações da presença dos castelhanos. A carta apresentava um *post scriptum* que dizia,

*um dos Mestres das Sumacas que vieram com carnes para a Esquadra, que foi ás Garoupas buscal-a e não achando, sahindo para fora diz que no dia 16 avistara trinta e cinco embarcações, e isto é dito agora neste instante porque entrou para dentro, por conta da Esquadra Hespanhola*²⁷⁸.

Observamos o *desencontro*, as cartas foram escritas e enviadas, mas não chegaram na ocasião de tomar as providências que traziam. A esquadra portuguesa já tinha partido em direção ao

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ (*) Antonio Carlos Furtado de Mendonça para o marquês do Lavradio, 20 de fevereiro de 1777. p. 348.

Rio de Janeiro, assim que avistou a superioridade da expedição castelhana aproximando-se da ilha. Deste modo, os mantimentos não foram entregues e retornaram a sede do vice-reino.

Diante de uma situação de conflito, como a invasão do território, a carta continuava sendo o meio responsável pela comunicação, proporcionando-nos compreender as relações vivenciadas entre espaço e tempo pelos setecentistas. Ao lermos na carta de Furtado *isto é dito agora neste instante*, precisamos refletir a representação de *instante* para o século XVIII, com suas implicações e coerências. Pois, neste caso de análise, envolvendo o envio dos mantimentos, a carta chegou até a ilha, porém, não conseguiu cumprir sua meta de alcançar a esquadra portuguesa.

Furtado, apressadamente, ao estar diante da presença do inimigo, precisava comunicar o vice-rei, assim, escreveu que tal notícia era dita naquele instante. Com isso, percebemos que um *instante* para os setecentistas é diferente de um *instante* para quem vive a comunicação via satélite, que pode representar um piscar de olhos, enquanto que para Furtado dias ou semanas até alcançar Lavradio. De tal modo, a arte de governar no governo colonial apresentava uma específica combinação tempo e espaço para o processo de comunicação, com as implicações técnicas e estratégicas próprias do século XVIII e que devemos considerar ao propormos a análise da prática de escrita de cartas como um fator inerente ao governo colonial.

Em 24 de fevereiro, Furtado escreveu sua segunda carta para Lavradio, diante da presença dos castelhanos. Nesta carta, Furtado comunicou as providências que estavam sendo tomadas para que se pudesse defender a ilha. Ao encerrar a missiva, o representante militar da ilha escreveu,

esta carta foi começada esta manhã, e ainda agora que são dez para onze horas da noute a não posso expedir, por conta do Auditor não poder concluir as copias dos termos que se tem feito, e fica esta Parada prompta para se expedir logo que for possível; e como V. Exa. sabe o muito que padeço conhecerá o estado em que me acho, principalmente porque há cinco dias e noutes, que em todas ellas poderei ter

*dormido trez para quatro horas, e o que mais me custa é lir dando tão infelices noticias*²⁷⁹.

Furtado comunicou que a carta tinha sido escrita pela manhã, mas, embora já fosse *dez para onze horas da noite*, a mesma ainda não tinha sido expedida, pois, era necessário que as cópias ficassem prontas.

Observamos que no momento da escrita, os portugueses estavam na presença do inimigo, assim, fazia-se necessário muita rapidez e agilidade para que o objetivo da política colonial de preservar o território fosse cumprido e o rei honrado. Entretanto, toda essa possível agitação tem um alcance particular dentro das sensibilidades dos setecentistas. No século atual as notícias são imediatas, tempo e espaço não condizem, mas, a comunicação é simultânea. Com isso, a percepção dos mecanismos de guerra apresenta um sentido diferente para o século XVIII, marcando a alteridade das épocas e a importância dessa ressalva ao analisarmos o passado. Deste modo, *tentamos* sentir – neste exercício de análise – como eles sentiram, através da prática epistolar, os sentimentos que envolveram a invasão da ilha. Uma vez que, o historiador está sempre diante do dilema da desafiante concepção de tempo, e como nos diz Pesavento, “captar as razões e sentimentos de uma temporalidade já escoada é ter em mente a alteridade do passado, com sua diferença de códigos e valores”²⁸⁰.

Assim, no episódio da invasão da ilha, as ordens e as notícias tinham a agilidade própria dos setecentistas. Furtado escrevia e as cartas levavam semanas até o Rio de Janeiro, e ao cumprirem o caminho contrário, mais algumas semanas eram necessárias. Portanto, a percepção vivida diante de uma situação de guerra e de notícias que necessitavam de rapidez fazia parte das sociabilidades dos setecentistas lusos, que tinham na prática de escrita de cartas o meio de condução para que tais acontecimentos pudessem ser comunicados e viabilizados.

²⁷⁹ (*) Antonio Carlos Furtado de Mendonça para marquês do Lavradio, 24 de fevereiro de 1777. p. 303 – 304.

²⁸⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades*. p. 04. <http://www.chess.fr/cerma/Revue/indexCR.htm>. Acessado em 04/03/2004.

Na prática de escrita de cartas podemos observar que junto à representação da concepção de tempo, estava presente a representação de sentimentos. Dizia Furtado, *para se expedir logo que for possível*, na intenção de apresentar-se como um militar que tomava as devidas providências e agia de acordo com os procedimentos que os meios lhe proporcionava. Ao escrever, Furtado colocava em *visualização* seu cansaço, *conhecerá o estado em que me acho*, porém, o cansaço não era o que mais lhe afligia, e sim as *tão infelices notícias*. Assim, todas estas representações estavam de acordo com as percepções de tempo e espaço compartilhadas entre as sensibilidades que a prática de escrita de cartas nos proporciona analisar. Pois, a prática epistolar, inseparavelmente, deve ser relacionada, nas suas diversificadas dimensões de análise, às práticas da arte de governar do governo colonial.

Outro aspecto ainda deve ser considerado ao observamos a prática de escrita de missivas nas relações de espaço e tempo, no século XVIII. No dia 11 de agosto de 1777, Lavradio começou, com as seguintes palavras, mais uma carta para Martinho,

Illmo. e Exmo. Snr. No dia de hontem que se contaram 10 do corrente, appareço fora da barra desta Capital o Bergantim denominado o – Leão dourado, – commandado pelo Capitão Tenente Joze Baptista, e como trazia signal de avizo mandei logo a seu bordo; e não permittindo o tempo que entrasse a embarcação por falta de vento, veio o Commandante della para terra em um escaler, e me entregou os officios de V. Exa. datados de 16 e 17 de Junho do presente anno²⁸¹.

Notamos que o vice-rei ao avistar a embarcação *Leão dourado* e percebendo que ela trazia *signal de avizo*, ordenou que a mesma atracasse no porto. Porém, os maus ventos não permitiram e o comandante necessitou fazer uso de um escaler para entregar as missivas vindas de Portugal. Com isso, podemos *visualizar* as agitações, expectativas e apreensões em torno da chegada das cartas, para que diante das distâncias súdito e vassalo fossem colocados em *presença*. As novidades chegaram dois meses após terem sido escritas e, diante do destinatário, ainda precisaram vencer as ações climáticas para completarem sua missão – *não*

²⁸¹ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 11 de agosto de 1777. p. 103.

permittindo o tempo que entrasse a embarcação por falta de vento. Assim, as ordens circulavam com esse distanciamento temporal de um lado ao outro do Atlântico, e por essas percepções se deram às noções de tempo e espaço sociabilizadas entre os lusos envolvidos no governo colonial.

Na carta em que Lavradio comunicou a chegada dos ofícios, ao encerrar a missiva, manifestou sua agilidade no cumprimento de suas funções, “*o que participo a V. Exa. para pôr na real presença da Rainha minha senhora que pela parte que me pertence tudo se acha executado*”²⁸². Lavradio pretendia que a metrópole o reconhecesse como um bom governador, e assim, dava conta de suas ações na colônia, escrevendo, “*sem mais demora que a das poucas horas que foram precisas, para se escreverem os avizos e se apromptarem as embarcações que fiz sahir*”²⁸³. Dentro das disponibilidades do governo colonial setecentista, o vice-rei representava através da prática epistolar, cumprir sua função, demonstrando rapidez – *poucas horas*. Deste modo, mais uma vez ressaltamos a necessidade de compreendermos o anúncio das *poucas horas* no entendimento setecentista de tempo e espaço no processo de comunicação.

O governador Gama Freitas, após ter escrito a primeira correspondência para Lavradio, comunicando a presença castelhana, escreveu no dia seguinte outra carta para o vice-rei, dando conta das movimentações na ilha diante dos inimigos. Assim, ao encerrar a missiva o governador escreveu: “*esta tarde entraram quatro Naos que parecem ser de linha, e creio pela sua posição que se destinam a bater a Fortaleza de Sancta Cruz; isto é o que a pressa me permite fazer chegar á presença de V. Exa.*”²⁸⁴. Gama Freitas suscitou o sentimento de *pressa*, na necessidade de manter o vice-rei informado. Entretanto, a carta levaria dias para chegar até Lavradio, e diante do processo de invasão, quando a carta chegou nas mãos do vice-rei a ilha já era possessão do rei espanhol. Deste modo, levando-se em consideração essas

²⁸² Idem. p. 104.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ (*) Governador Gama Freitas para o marquês do Lavradio, 24 de fevereiro de 1777. p. 352.

diferenciações dos mecanismos de comunicação do século XVIII, em relação aos do século XXI, buscamos mostrar a alteridade do passado na relação espaço/tempo, compreendida, neste caso, através do cerimonial de composição epistolar.

Contudo, a arte de governar do século XVIII para o governo da colônia precisa ser analisada levando-se em consideração a distância e o tempo que os meios de comunicação necessitavam para desempenharem a função de informar. Com isso, não pretendíamos suscitar conceitos de *demora*, *rapidez* e *atraso* com as noções atuais, mas, sim refletirmos dentro da prática epistolar, como um processo inerente ao governo colonial, as percepções de tempo e espaço compartilhadas nas sensibilidades setecentistas.

Ao analisar as representações envolvidas em fotografias Boris Kossoy diz que, “a fotografia não é uma tomografia da mente e do espírito, apenas um registro expressivo da aparência²⁸⁵”. Sugiro substituir *fotografia* por *carta* e refletir a citação. Ponderando as correspondências como um registro da aparência. Pois, pensamos o passado com as aparências deixadas por aqueles que viveram tal situação e transcreveram, em distintos meios, as representações dos acontecimentos. Assim, procurei neste exercício de reflexão analisar a correspondência colonial, sem intentar ver as cartas *como uma tomografia da mente e do espírito* dos lusos setecentistas, mas, procurando entender nestas representações – cartas – não apenas a coerência de fatos narrados, mas o envolvimento de sentimentos e de subjetividades atribuídos às práticas sociais, culturais e políticas da sociedade de corte setecentista lusa.

²⁸⁵ KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 25, n.º 49, jan - jun, 2005. p. 40.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 20 de fevereiro de 1770, o marquês de Lavradio, ainda no início de seu mandato de vice-rei da América portuguesa, escreveu ao marquês de Pombal, manifestando seus sentimentos em relação ao importante cargo que ocupava,

*eu me previno com todo o cuidado para que sempre estes povos se conservem naquella pureza de sentimentos, que poderão conduzir-os a se fazerem com a sua fidelidade, uns dignos vassallos de um Rey, a quem devemos todos amar como pae, e como libertador da injuriosa escravidão em que nos achavamos.
Agradeço a V. Exa. a certeza da conservação da preciosa vida de Suas Magestades, e da boa saúde com que se recolheram á Corte de Lisboa, assim como toda a mais real família, a quem os Ceos permittam continuar a mesma perfeita disposição, para felicidade dos que temos a incomparavel fortuna de ser seus vassallos²⁸⁶.*

A leitura deste trecho da correspondência de Lavradio, nos permite perceber muitos aspectos que conduziam as redes de subjetividades que pertenceram à sociedade de corte setecentista lusa, relacionada à arte de governar a colônia.

Esta dissertação teve como intuito principal analisar o governo colonial na sua relação intrínseca a prática da escrita de cartas. Com isso, as discussões levantadas no decorrer dos três capítulos que dão forma a esta pesquisa, embrenharam-se por abordar as relações existentes entre a arte de governar a colônia com as subjetividades partilhadas entre os setecentistas lusos envolvidos com a administração colonial, com base na prática de escrita das cartas.

O grupo de correspondência colonial selecionado, como objeto empírico de pesquisa, tratou do desenrolar de um acontecimento em especial: o episódio da invasão castelhana na ilha de Santa Catarina, em 1777. Esse episódio já mereceu inúmeros tratamentos historiográficos de diversas gerações de historiadores. Porém, essa dissertação não objetivou

²⁸⁶ (*) Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de fevereiro de 1777. p. 190.

trazer nada de novo para a interminável discussão em torno dos culpados ou inocentes pela perda da ilha pelos portugueses aos castelhanos.

O episódio da invasão, como assunto das cartas, colocou em debate muitas questões pertinentes às funções do governo colonial. Só por isso, o assunto da conquista castelhana nos interessou.

Na segunda metade do século XVIII, a política destinada para a colônia tinha na conservação e preservação do território *além mar* o principal objetivo dos administradores coloniais. Devido à precária situação econômica e social de Portugal, a garantia do império ultramarino significava a garantia de mais da metade das rendas do Estado português.

Tudo isso nos leva a conceber um governo funcionando com ordens, contra-ordens, instruções, que circulavam, em diversas embarcações, de um lado ao outro do oceano Atlântico. Para que tal procedimento fosse possível, a prática da escrita de cartas como o único meio que possibilitava a comunicação à distância – na segunda metade do século XVIII – foi essencial. Assim, afirmamos que a arte de governar a colônia estava, intimamente, interligada ao circuito comunicativo formado pela troca epistolar.

Portanto, as análises desenvolvidas, nesta dissertação, procuraram compreender a arte de governar através da prática de escrita de missivas, levando-se em consideração o envolvimento das redes de subjetividades partilhadas pela sociedade de corte lusa, com suas normas de etiqueta, seus cerimoniais e com as manifestações de sentimentos presentes na composição das cartas.

Pela escrita o poder exerceu sua função. As ordens chegavam de Portugal para a colônia através das missivas, assim como, a colônia dava conta dos acontecimentos passados na América portuguesa. Deste modo, a epistolografia portuguesa apresentava preocupações com a prática da escrita de cartas que passava pela formação do homem público que atuaria na administração da metrópole e/ou da colônia. Tal preocupação não foi diferente em outras

partes da Europa, à medida que as missivas iam ganhando espaço, dentro da cultura letrada, como um importante meio de comunicação. As inquietações em torno da prática de escrita de cartas faziam parte dos aspectos pertencentes às sociedades de corte, que procuravam no domínio nas normas, gestos, ações, controlar e manter o exercício do poder.

A leitura que desenvolvemos das cartas foi nos permitindo *olhar* além dos aspectos técnicos, militares, estratégicos, que envolveram a capitulação da ilha de Santa Catarina. Considero a prática epistolar como um cerimonial pertencente à sociedade de corte. Assim, devemos perceber nesta prática um rito compartilhado pela sociedade de corte lusa, ou seja, o *cerimonial de composição epistolar*. Portanto, cada carta escrita não apenas informava dados e fatos, mas, aludia a sentimentos que precisavam ser reconhecidos no cerimonial epistolar, posto que, dores, alegrias, satisfações, indecisões, afetos, acusações, precisavam ser demonstrados. Como escreveu Lavradio, na citação que inicia estas considerações, “*eu me previno com todo o cuidado para que sempre estes povos se conservem naquella pureza de sentimentos, que poderão conduzir-os a se fazerem com a sua fidelidade, uns dignos vassallos de um Rey*”, pois, não bastava a Lavradio demonstrar que cumpria sua função administrativa de vice-rei, era preciso suscitar sentimentos, relações de vassalagens, de cumplicidade, já que isso, para as redes de sociabilidades partilhadas entre os setecentistas fazia parte da arte de governar.

A análise da escrita de cartas, na leitura aqui almejada, nos permitiu perceber o quão tênue caminhavam as relações do bom governo do território com o bom governo de si, na arte de governar para a sociedade de corte. Um bom governador deveria cuidar de sua imagem, porque dela dependia a boa imagem de suas ações de governo, como fomos analisando nas obras do século XVIII que tinham o intuito de contribuir com o exercício da arte de governar.

Dentro das redes de sociabilidades alguns sentimentos eram constantemente lembrados, como honra, valor e piedade. Percebemos na prática de escrita de cartas que tais

sentimentos, necessariamente, estavam ligados à arte de governar. Neste trecho: “*dignos vassallos de um Rey, a quem devemos todos amar como pae*”, Lavradio demonstrava as relações de sentimentos que envolviam a arte de governar. Para os administradores que atuavam na colônia como representantes do rei no ultramar, era preciso honrar o nome do soberano e amá-lo como um pai, suscitando a piedade, como manifestações de um rei que amava, mas que também punia. Pois, “*para felicidade dos que temos a incomparavel fortuna de ser seus vassallos*”, Lavradio evidenciava a felicidade de ser um vassalo, em uma demonstração de honra e fidelidade ao rei.

Assim, essa pesquisa precisou analisar as práticas de escrita, em especial, a prática epistolar como um acontecimento cultural que deve ser pensado dentro da alteridade de cada época. Deste modo, a leitura que realizamos de alguns compêndios que instruíam as melhores formas de escrever uma carta, não tinha a intenção de propiciar comparações, tentando visualizar nas cartas, aqui analisadas, as sugestões apresentadas pelos autores. Mas, objetivamos pensar a prática epistolar envolvida em uma política de escritura, como uma arte que levantava preocupações com a sua produção, de acordo com os sentidos de seu tempo.

Meu objetivo aqui não foi enaltecer as cartas. A escritura de missivas apresentava-se, para os setecentistas, como um *instrumento-mor* para o processo de comunicação entre os distantes em espaço e tempo. A intenção, que aqui foi almejada, buscou perceber no vai e vem das cartas o funcionamento do governo colonial, relacionado às subjetividades da sociedade de corte que estavam presentes na prática epistolar.

Com isto, alcancei o objetivo pretendido de analisar o grupo de correspondência colonial, selecionado, propiciando uma leitura desse objeto cultural como um acontecimento dentro das subjetividades setecentistas. Assim, o estudo da arte de governar deve levar em consideração as especificidades que a prática de escrita de cartas suscita no decorrer de sua produção, que além de noticiar – “*é o que se me offerece sobre esta materia, ter a honra de dizer a*

V. Exa.”²⁸⁷ – ; colocar na presença – “*é o que na presente occasião se me offerece dizer a V. Exa. para o pôr na real presença da Rainha minha senhora*”²⁸⁸ –, carregava os sentimentos e as subjetividades, de sua época.

²⁸⁷ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 9 de dezembro de 1778. p. 141.

²⁸⁸ (**) Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 25 de agosto de 1777. p. 108.

FONTES

➤ *Biblioteca Rio-Grandense*

TOLOZANO, Antonio de Ville. O governador de praças, obra muyto útil, e necessária não só para os governadores de praças, mas também para todos os officiais de guerra, que quizerem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presídios. Lisboa, 1708.

FORTES, Manoel de Azevedo. O engenheiro português. Tomo segundo, que comprehende a fortificação regular, e irregular; o ataque e defesa das praças; e no Appendice o uso das Armas de guerra. Lisboa, 1728.

_____. Tratado do modo mais fácil e mais exacto de fazer Cartas geográficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos e sem instrumentos. Lisboa, 1722.

➤ *Biblioteca Nacional*

Anais da Biblioteca Nacional, volume 98. Catálogo de manuscritos sobre Santa Catarina existentes na Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1978.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Aula do Commercio. Rio de Janeiro: Xerox, 1982. (Edição comemorativa do bicentenário da morte de Sebastião Jose de Carvalho e Mello, Marques de Pombal (1782-1982). Transcrição e reprodução fac-similar de documentos do Arquivo do Cosme Velho de Marcos Carneiro de Mendonça).

FREIRE, Francisco José. O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso. Obra consultada no setor de Obras Raras.

_____. Diccionario Poetico – para uso dos que principião a exercitar-se na poesia portugueza: a obra igualmente útil ao Orador Principiante. Lisboa, S. Thaddeo Ferreira, 1794. (Edição consultada de 1820).

_____. Reflexões sobre a Língua Portuguesa. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842. (Obra publicada com algumas anotações da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis de Lisboa)

VERNEY, Luis Antonio. Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. (Edição organizada e comentada por Antonio Salgado Júnior, publicada em 1946).

➤ *Arquivo Público do Estado de Santa Catarina*

Ofícios do vice-rei para o governo da Capitania – 1775 à 1779. “ De Luiz de Vasconcelos e Souza ao governador Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Homem, respondendo officio sobre a precariedade do Hospital (...)”. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, acervo n.º 01, estante n.º 03E, documento 62.

Ofícios do vice-rei para o governo da Capitania – 1775 à 1779. “ De Luiz de Vasconcelos e Souza ao governador Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Homem, pedindo que remeta o plano de defesa da ilha e também o armamento que não pertence a tropa desta Ilha”. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, acervo n.º 01, estante n.º 03E, documento 77.

Ofícios do vice-rei para o governo da Capitania – 1775 à 1779. “ De Luiz de Vasconcelos e Souza ao governador Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Homem, requisitando informações sobre os armamentos da Ilha que supostamente estaria agora na mão dos espanhóis”. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, acervo n.º 01, estante n.º 03E, documento 78.

Ofícios do vice-rei para o governo da Capitania – 1775 à 1779. “De Luiz de Vasconcelos e Souza ao governador Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Homem, tratando do

descobrimto de armamentos na villa de São Francisco e dos soldados desertores na invasão dos espanhóis”. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, acervo n.º 01, estante n.º 03E, documento 82.

➤ *Arquivo Nacional*

Arquivo Nacional: Fundo Marquês do Lavradio: inventário. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Livro de registros de cartas expedidas pelo Marquês do Lavradio aos desembargadores da relação do Rio de Janeiro, Provedoria da fazenda real, Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro, magistrados, oficiais militares e outras autoridades das capitânicas do Brasil (...), invasão espanhola e defesa da Ilha de Santa Catarina (...).Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD4, p. 230, 231, 235, 243, 252.

Carta do Marquês do Lavradio para Nicolau Joaquim de Miranda Silva de Alarcão sobre conflitos na Ilha de Santa Catarina e a atuação de Roberto Mac Dowall. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD9.

Livro de correspondência de José Marcelino Figueiredo, governador da Colônia do Sacramento, Cristóvão de Almeida Carvalho, governador de Santa Catarina, e Francisco José da Rocha Campos de Fontoura, sargento-mor, para o Marquês do Lavradio (...).Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD 16, p. 138, 139, 140, 148, 149, 150, 153 a 162, 163, 164, 165, 166, 179 a 187.

Cartas do Marquês de Pombal para o Marquês do lavradio abordando, entre outros assuntos, a derrota para os argelinos, o envio de instruções para a defesa das fronteiras do sul do Brasil e a repressão aos contrabandistas de ouro e diamantes. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD20, p. 11.1 a 11.4 e 13.1 a 13.6.

Cartas de Martinho de Melo e Castro para o marquês do Lavradio referente à defesa das capitânicas do Rio de Janeiro e São Paulo; ao estabelecimento da Colônia do sacramento, e das capitânicas do Rio Grande e Santa Catarina; ao envio de munição, instrutores e tropas

militares; às demarcações dos domínios portugueses e espanhóis etc. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD21, p. 30, 31, 32, 33, 52 a 59.

Carta de Antonio Carlos Furtado de Mendonça, governador de Santa Catarina, para o Marquês do Lavradio, dando notícias e encaminhando relação dos mortos e feridos em combate contra as forças militares castelhanas no sul em 19/02/1776. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD24.

Livro de correspondências de diversas autoridades, entre elas a rainha D. Maria I, Marquês de Pombal, Marquês do Lavradio e Martinho de Melo e Castro, sobre demarcações dos limites das coroas portuguesa e espanhola no sul do Brasil; instrução para governadores de diversas capitânias (...).Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 025-97, RD32, p. 57 a 68 e 69 a 74.

Mapa e relação contendo dados estatísticos do dinheiro e ouro enviados a Portugal pelo capitão-de-mar-e-guerra Guilherme Roberto, comandante da fragata São João Batista, referentes aos anos de 1776 e 1777. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 025-97, RD37, p. 2 e 3.

Relação e planta sobre a situação da vila capital de Santa Catarina e sua defesa, feita em dezembro de 1772. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD47.

➤ *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB*

Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador, para o Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e Marquês do Lavradio. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962.

Bicentenário da transferência da capital do Brasil, da cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 256, julho-set., 1962.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues (documentos). A devolução pelos espanhóis da Ilha de Santa Catarina em 1778 – Cartas do Vice-rei Marquês do Lavradio, dirigidas ao Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara, governador. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 317, out.-dez., 1977.

Defesa de Antonio Carlos de Furtado Mendonça. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 28 e 29, tomo 27, 1864.

MATOS, Libanio Augusto da Cunha. Quadro das forças de mar e terra: existentes nas capitanias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande. Minas Gerais, e a na Praça da Colônia, disponível para a defesa da fronteira do Sul em 1776. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 230, p. 85-88, jan.-março, 1956.

Memória sobre as necessidades da província de Santa Catarina, por João Bitencourt Pereira M. e Souza, membro do governo provisório, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1822. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, lata 19, pasta 01.

Correspondência diplomática (cópia e rascunho) do Conde de Floridablanca. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, lata 358, pasta 05, documento 24.

Correspondência diplomática ao embaixador de Portugal, com carta de Dom Pedro de Cevallos (cópia). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, lata 358, pasta 03, documentos 1, 2, 3, 4, 5.

Relações de desembarque e ocupação das fortalezas de Ponta Grossa e de Santa Cruz. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, lata 216, documento 01.

Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino. O brigadeiro José da Silva Paes dá conta dos termos em que se achão as fortificações da Ilha de Santa Catarina, e da necessidade q há de quem administra (...). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 27.

Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino. Correspondência do Marquês do Lavradio para o Sr. Martinho de Mello e Castro, 25 de setembro de 1777. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 28, p. 441v e 442.

LAVRADIO, Marquês do. Relatório do Marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, que sucedeu no vice-reinado. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 16, janeiro de 1843, p. 409-486. (Artigo lido na segunda edição da RIHGB – Tomo quarto, de 1863).

➤ *Outros*

COELHO, Manoel Joaquim D’Almeida. Memória histórica da província de Santa Catarina. Typ. De J. S. Lopes, 1877.

CORRÊA, Carlos Humberto P. O atraso sócio-econômico da capitania de Santa Catarina e a crítica ao sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina, na Colônia. XXI Reunião da Sociedade brasileira de pesquisa histórica, Rio de Janeiro, julho, 2001.

SERPA, Élio; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à capitania de Santa Catarina – 1717-1827. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Santa Catarina (1717 – 1827). Projeto resgate de documentação histórica – Barão do Rio Branco. Conselho Ultramarino/Brasil. Ministério da Cultura. Cd-rom.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772). Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.

➤ *Bibliografia geral*

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. A ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Anais do Congresso de História e geografia de Santa Catarina 1896-1996, Florianópolis, 1997.

AMBAVER, Henrique Schutel. A província do Rio Grande do Sul – Descrição e viagens. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo LI, parte II,

p. 42-44, 1888.

ANDRADE, Antonio Alberto de. Vernei e a cultura do seu tempo. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1965.

_____. Contribuição dos Oratorianos portugueses para a formação do Brasil. Coimbra, 1965. (Separata do V Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros).

ANIBAL, Abadie Aicardi. Portugueses y brasileños hacia el Río de la Plata. Recife, POOL Editorial, 1977.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (orgs.). História da vida privada, 3 – da Renascença ao Século da Luzes. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

AZEVEDO, J. Lucio de. Política de Pombal em relação ao Brasil. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial do Congresso Internacional de Historia da América, 1922.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Estética da criação verbal. Trad. (versão francesa) Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBA, Enrique M. Don Pedro de Cevallos. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988. 3º ed.

BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.) Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a história de Santa Catarina. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.

BOPPRÉ, Maria Regina. Por terras e águas de Santa Catarina no século XVIII com o Barão de Böhm. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis,

3º fase, número 08, 1988-1989.

BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. Revista Tempo: Universidade Federal Fluminense - Departamento de História. Rio de Janeiro: Sette letras, 2002, vol. 7, número 13, julho.

BOXER, C. R. O império colonial português (1415 – 1825). Lisboa, Ed. 70, 1969.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia. Rio de Janeiro, Conselho Federativo de Cultura, 1972.

_____. Decadência agrícola do açoriano. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, volume XI, 2º semestre, 1943.

_____. Desorganização da vida colonial. Anais do Museu de antropologia da UFSC. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1978.

_____. História de Santa Catarina. Florianópolis (?): Landes, 1970.

CALDAS, Candido. História militar da Ilha de Santa Catarina: notas. Florianópolis, Lunardelli, 1992.

Camões. Revista de letras e culturas lusófonas. Lisboa, jan./junho, número 15 e 16. Edição especial: Marquês de Pombal.

CAMPIGOTO, José Adilçon. Hermenêutica da fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Florianópolis, 2002. Tese de doutorado em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina.

CÁRCEL, Ricardo García (coord.). Historia de España. Siglo XVIII, la España de los Borbones. Madrid: Cátedra, 2002.

CARDIM, Pedro. La presencia de la escritura (siglos XVI-XVIII). In.: GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

CARVALHO, Maria Elisabeth Cadete C. Verney e o Verdadeiro Método de Estudar. Cornélio Procópio: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, Dep. de Pedagogia, 1970.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. Os desafios da escrita. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A invasão espanhola na ilha de Santa Catarina, no século XVIII. Revista Blumenau em Cadernos. Blumenau, 2003. tomo XLIV, número 03/04, março-abril.

CORBIN, Alain. O prazer do historiador. [Entrevista concedida a Laurent Vidal. Tradução de Christian Pierre Kasper]. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 25, n.º 49, jan - jun, 2005.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FALCON, Francisco José Calazanas. A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FISHER, Harold Edward Stephen. De Methuen a pombal e o comercio anglo-português de 1700 a 1770. Lisboa: Imprensa nacional, (??)

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

_____. Os espanhóis conquistam a ilha de Santa Catarina – 1777. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

FOSSARI, Teresa Domitila (coord.). A pesquisa arqueológica do sitio histórico São José da Ponta Grossa. Anais do museu de antropologia da UFSC. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987/1988.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade III: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985. [Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque.]

_____. A escrita de si. In. Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUENTES, Carlos. A cadeira da águia. Trad. Marcos Arzua. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Batella (orgs.) Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas. São Paulo: Companhia das letras, 2000

GOLIN, Tau. A guerra guaraníca. Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761). Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

GOMES, Angela de Castro. (org.) Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARO, Martin Afonso Palma de (org.). Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC – Lunardelli, 1996.

HAROCHE, Claudine. Da palavra ao gesto. Trad. Ana Montoia e Jacy Seixas. São Paulo: Papyrus, 1998.

KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 25, n.º 49, jan - jun, 2005.

LENHARO, Alcir. Crise e mudança na frente oeste de colonização. Cuiabá: UFMT, Imprensa Universitária – PROEDI, 1982.

LIMA, Ebion de. A Congregação do Oratório no Brasil. Vozes: Rio de Janeiro, 1980.

MANCADA, Luis Cabral. Um “iluminista” português do século XVIII: Luis Antonio Verney. São Paulo: Saraiva & C., 1941.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Christiane. Guerra e sociedade: a situação militar do Rio de Janeiro no vice-reinado do Conde da Cunha, 1763-1767. Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, 2004, vol. 5, número 9, jul-dez.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A primeira mudança da capital do Brasil. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 224, 1960.

_____. A rendição da Ilha de Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico

Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 321, out.-dez., 1978.

_____. O marquês de Pombal e a unidade brasileira. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 219, 1953.

MOSIMANN, João Carlos. Ilha de Santa Catarina – 1777:1778 – A invasão espanhola. Florianópolis: Edição do autor, 2003.

Ó, Jorge Ramos do. O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: EPUCA, 2003.

Para a história do Rio de Janeiro (vice-reinado) século XVIII, correspondência do Conde da Cunha Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 254, jan.-março, 1962.

PARRA, Elena del Rio (Brown University). La figura del secretario en la obra dramática de Lope de Vega. www.ucm.es/info/espetaculo/numero13/secretos.html.

PÉCORA, Alcir. Máquina de gêneros. São Paulo: Editora da USP, 2001.

PEREIRA, Carlos da Costa. Acerca da Invasão espanhola. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 1º semestre, volume X, 1943.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. <http://www.chess.fr/cerma/Revue/indexCR.htm>. Acessado em 04/03/2004.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina. Brasília, 1978. Dissertação de mestrado em História na área de Política Externa. Universidade de Brasília.

PIAZZA, Walter F. A igreja em Santa Catarina, notas para a sua história. Florianópolis: Ed. do Governo do estado de Santa Catarina, 1977.

_____. Pombal e a entrega da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis, em 1777. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3º fase, número 04, 1982-1983.

_____. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC e Lunardelli, 1983.

PINTO, Virgilio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

RIBEIRO, Renato Janine. A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROCHA, Andréa Crabbé. A epistolografia em Portugal. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.

ROSA, General Vieira da. A vergonha de 1777. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, XIII, p. 25-38, 2º semestre, 1944.

SALOMON, Marlon. As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

_____. O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis, 2002. Tese de doutorado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da casa de Lavradio. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 24, n.º 48, jul - dez, 2004.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A ocupação europeia do Rio Grande do Sul: séculos

- XVII e XVIII. Turismo e Cultura – História regional. Santo Ângelo: Venâncio Ayres, volume 02, 2001.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova história de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Do autor, 1977.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. A formação do homem-público no Portugal setecentista (1750-1777). Revista Intellectus / Ano 02 Vol. II – 2003. p. 03. www2.uerj.br/~intellectus.
- SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil – Época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importância defensiva e valor actual. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo XLVIII, parte II, 1885.
- SOUZA, Laura de Mello. O público e o privado no Império português de meados do século XVIII: uma carta de D. João de Almeida, conde de Assumar, a D. Pedro de Almeida, marquês de Alorna e vice-rei da Índia, 1749. Revista Tempo: Universidade Federal Fluminense - Departamento de História. Rio de Janeiro: Sette letras, 2002, vol. 7, número 13, julho.
- Tese do 2º Congresso Internacional de Cooperação Intelectual – Santander, 1956. A presença da Espanha no Brasil. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 250, jan.-março, 1961.
- TIM, Emerson. A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- TONERA, Roberto. Fortalezas Multimídia. Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001 CD-ROM.
- VARZEA, Virgílio. Santa Catarina: a ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985.
- VENTURI, Franco. Utopia e Reforma no Iluminismo. Trad. Modesto Florenzano. Bauru:

EDUSC, 2003.

VIANNA, Hélio. Pretensões inglesas à Ilha de Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 276, julho-set., 1967.

WARNKE, Martin. O artista da Corte: os antecedentes dos artistas modernos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.